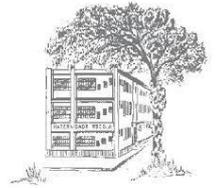




UFRJ

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE  
MATERNIDADE ESCOLA  
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM  
SAÚDE PERINATAL**



**ISMÊ CATUREBA SANTOS**

**O PROTOCOLO DE RELACIONAMENTO ENTRE AS UNIDADES ACADÊMICAS  
E AS UNIDADES HOSPITALARES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE  
JANEIRO: O CASO DA MATERNIDADE ESCOLA.**

Rio de Janeiro

2020

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE  
MATERNIDADE ESCOLA  
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM SAÚDE PERINATAL**

**ISMÊ CATUREBA SANTOS**  
<http://lattes.cnpq.br/9321364571292244>  
<https://orcid.org/0000-0002-7350-6876>

**O PROTOCOLO DE RELACIONAMENTO ENTRE AS UNIDADES ACADÊMICAS  
E AS UNIDADES HOSPITALARES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE  
JANEIRO: O CASO DA MATERNIDADE ESCOLA.**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Saúde Perinatal da Maternidade Escola da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Saúde Perinatal.

Orientadores: Prof. Dr. Joffre Amim Junior  
CV lattes: <http://lattes.cnpq.br/6975185315875455>  
<http://orcid.org/0000-0002-9890-6972>  
Prof. Dr. Antonio Jose Ledo Alves da Cunha  
CV lattes: <http://lattes.cnpq.br/3092151856113795>  
<http://orcid.org/0000-0003-3592-1849>  
Prof. Diana Maul de Carvalho  
CV lattes: <http://lattes.cnpq.br/0835204170407920>  
<https://orcid.org/0000-0001-9474-4286>

Rio de Janeiro  
Março, 2020

Sa596 Santos, Ismê Catureba  
O Protocolo de Relacionamento entre as Unidades Acadêmicas e as Unidades Hospitalares da Universidade Federal do Rio De Janeiro: o Caso da Maternidade Escola / Ismê Catureba Santos. –Rio de Janeiro: UFRJ/ Maternidade Escola, 2020.  
152f. ; 31 cm.  
Orientador: Joffre Amim Junior  
Orientador: Antonio Jose Ledo Alves da Cunha  
Orientadora: Diana Maul de Carvalho  
Dissertação (Mestrado Profissional em Saúde Perinatal) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Maternidade Escola, Saúde Perinatal, 2020.  
Referências bibliográficas: f. 133  
1. Universidades. 2. Faculdades de Medicina. Hospitais Universitários. 3. Educação em Saúde. 4. Organização e Administração. 6. Dissertação. I. Amim Junior, Joffre II. Cunha, Antonio Jose Ledo Alves da III. Carvalho, Diana Maul de. IV. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Maternidade Escola. V. Título

CDD - 378.8161

**O PROTOCOLO DE RELACIONAMENTO ENTRE AS UNIDADES ACADÊMICAS  
E AS UNIDADES HOSPITALARES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE  
JANEIRO: O CASO DA MATERNIDADE ESCOLA.**

**Autora: Ismê Catureba Santos**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Saúde Perinatal da Maternidade Escola da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre Profissional em Saúde Perinatal.

Rio de Janeiro, 06 de março de 2020.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Joffre Amim Junior  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

---

Prof. Dr. Roberto de Andrade Medronho  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

---

Prof. Dr. Roberto José Leal  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

*À Deus, pois sem Ele nada disso seria possível. Aos meus pais, que me permitiram seguir em frente. A fé e o amor têm sido o meu sustento.*

## AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal do Rio de Janeiro, representada pela Minerva, que é “*Athena para os gregos, símbolo de grande significado, a sabedoria que não conhece as fronteiras entre o dia e a noite*”, os meus mais sinceros agradecimentos pela dignidade proporcionada a minha vida. Aqui foi o começo de tudo! Aprendi que devemos construir nosso próprio caminho. “*Não é fácil, pois se assim o fosse, todo mundo fazia*”. Aqui tive a grande oportunidade de conhecer e conviver com pessoas incríveis que somente somaram na minha vida. Defendê-la sempre fará parte do meu eterno agradecimento e da minha consciência, bem como da minha “*solidariedade institucional*”.

À minha mãe Nina, pelo seu amor incondicional e infinito. Mulher simples, porém, de uma sabedoria imensurável, sempre atenta e acompanhando cada passo de nossas vidas. A cada dia sua benção me faz sentir forte para enfrentar as adversidades da vida, suavizando meu coração.

*In memoriam*, ao meu pai Valdevino Galdino por ter deixado um legado familiar constituído à base de muito amor e união.

Aos meus queridos irmãos, em especial, à Sonali Catureba, amiga e companheira de todas as horas, detentora de muitas orações em prol da minha vida. Nossos sonhos caminham juntos!

À minha filha do coração, Luane Catureba Barboza, que me presenteou com a Manuella e o Lorenzo. Eles são os meus amores, e, me dão forças para lutar por um futuro melhor.

Aos queridos amigos, em especial à Tania Cristina, pelo apoio e colaboração em tantos momentos, inclusive, nos mais difíceis.

À profa. Vera Lúcia Rabello de Castro Halfoun, pela confiança e oportunidade no início da minha carreira na UFRJ.

À profa. Sylvia da Silveira Mello Vargas, ex-diretora da Faculdade pela dedicação e amor à Instituição. Obrigada pelos ensinamentos e amizade que perdura até hoje!

Aos meus ex-diretores da Faculdade de Medicina da UFRJ, nas pessoas dos professores Vera Lucia Rabello de Castro Halfoun, Sylvia da Silveira Mello Vargas, *in memoriam* Almir Fraga Valladares, e especialmente, ao Antonio Jose Ledo Alves da Cunha, que me fez ver novas perspectivas na minha vida e na carreira profissional. Obrigada a todos pela confiança e oportunidade de poder caminhar juntos, jamais poderia ter chegado sozinha até aqui.

Ao professor Antonio Jose Ledo Alves da Cunha, companheiro profissional de longa data, amigo e grande incentivador. Obrigada por compartilhar seus conhecimentos durante a nossa jornada de trabalho e me fazer acreditar na possibilidade da realização desse sonho. Gratidão me define!

Aos meus orientadores, Joffre Amim Junior, Antonio Jose Ledo Alves da Cunha e Diana Maul de Carvalho, por terem abraçado e acreditado inicialmente na proposta do estudo. Obrigada por todo o conhecimento transmitido, pelo carinho, confiança, contribuições e incansável trabalho ao longo dessa trajetória.

À Faculdade de Medicina da UFRJ, casa que inicialmente me acolheu ao longo de vinte e quatro anos, que me ensinou muito, e que foi minha verdadeira escola. Aos grandes mestres que na convivência do dia a dia sempre me trataram com tanto carinho e respeito. Obrigada por tanto aprendizado.

Ao Laboratório Multidisciplinar de Pesquisa em Epidemiologia e Saúde/LAMPES/FM, pelo valoroso apoio, e por me proporcionar conhecimentos e experiências que têm sido imprescindíveis para a minha caminhada, galgando novos horizontes profissionais.

À Maternidade Escola da UFRJ, na pessoa do Prof. Joffre Amim Junior, Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Saúde Perinatal, que acampou a ideia de que era possível desenvolver um projeto institucional através da pesquisa. Um antigo sonho se tornando realidade.

Aos participantes da pesquisa que com muito carinho e solicitude colaboraram com o estudo.

Aos diretores da Faculdade de Medicina e Maternidade Escola, professores Roberto Medronho e Jorge Rezende Filho, pelo apoio na pesquisa.

Aos meus mestres e colaboradores do Programa de Mestrado Profissional da Maternidade Escola da UFRJ, em especial a Prof.<sup>a</sup> Dra. Ana Paula Vieira dos Santos Esteves.

Às minhas colegas de turma, em especial, a Carol Pritsivelis, Priscila Borges, Andrea Nowak e Imaculada Mundim por toda a amizade e companheirismo ao longo do curso. Estarmos juntas principalmente nos momentos mais difíceis, foi fundamental para continuar.

Aos servidores da Maternidade Escola da UFRJ, Carlos Santana, Pedro Henrique Carvalho Amorim, em especial, as Bibliotecárias Janaina Lopes da Motta, Olímpia Vale de Resende e Márcia Medeiros pelo carinho, dedicação e solicitude em todos os momentos necessários.

Aos servidores da Faculdade de Medicina pela longa convivência.

À Débora Nascentes Ribeiro, pela colaboração.

A Bianca Boechat e Larissa Alves Monteiro, pelo carinho e colaboração em poder ajudar.

Por fim, a todos àqueles que por alguma razão não foram nominados, mas que contribuíram de forma direta ou indireta, os meus sinceros agradecimentos.

*“Não fiz o melhor, mas fiz tudo para que o melhor fosse feito.*

*Não sou o que deveria ser, mas não sou o que era antes”.*

*(Martin Luther King)*

## RESUMO

SANTOS, Ismê Catureba. **O protocolo de relacionamento entre as unidades acadêmicas e as unidades hospitalares da Universidade Federal do Rio de Janeiro: o caso da Maternidade Escola**, 2020, 152f. Dissertação (Mestrado Profissional em Saúde Perinatal) - Programa de Mestrado Profissional em Saúde Perinatal, Maternidade Escola, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

Na Universidade Federal do Rio de Janeiro, a Faculdade de Medicina (FM) e a Maternidade Escola (ME) interagem através das atividades acadêmicas. É relevante estudar as relações entre as instituições de ensino e os hospitais universitários a fim de contribuir com a qualidade das atividades acadêmicas e a sustentabilidade interinstitucional. **Objetivos:** i) descrever os protocolos de relacionamento, acordos de cooperação, e congêneres entre as Unidades Acadêmicas e as Unidades Hospitalares, vigentes na UFRJ; ii) descrever as interseções das atividades no ensino, pesquisa, extensão/assistência entre a Faculdade de Medicina e a Maternidade Escola, previstas no Estatuto da UFRJ, Regimento Geral e Regimentos destas Unidades; iii) propor um modelo de protocolo de relacionamento para a interlocução entre a Faculdade de Medicina e a Maternidade Escola da UFRJ. **Método:** pesquisa exploratória, descritiva, sendo usado o estudo de caso de abordagem qualitativa, realizada por meio de análise documental e história oral. Os dados da pesquisa documental, foram coletados nos portais oficiais das Unidades da UFRJ incluídas no estudo, no período de junho a 13 de novembro de 2019 e as entrevistas semiestruturadas no período de 3 de abril a 29 de agosto de 2019. Foi realizada a análise de conteúdo de Bardin (1974) das entrevistas transcritas. **Resultados:** na fase análise documental: **a)** encontrou-se um protocolo de relacionamento entre a Faculdade de Medicina e o HUCFF (1978) e está vigente; **b)** interseção nas atividades acadêmicas entre FM e ME, previstas no: Estatuto da UFRJ: não há interseção no ensino, (art.36); há interseção na pesquisa (art. 10) e não há interseção na extensão (art.95). Quanto ao Regimento Geral da UFRJ: não há interseção no ensino (art. 2); há interseção no ensino e pesquisa (art. 282) e não há descrição de interseção na extensão. Quanto aos Regimentos da FM e ME: há interseção no ensino, pesquisa e extensão. Na fase da história oral: dos entrevistados predominaram 33,3% para os ex-diretores da FM, 44,4% para os ex-diretores da ME e para os diretores atuais da FM e ME, 11,1%. Da análise de conteúdo das narrativas dos entrevistados, emergiram as seguintes categorias: ensino 51,8%; pesquisa 22,2%; extensão/assistência 5,9% e gestão 19,9%. **Conclusões:** análise documental, conclui-se: a) não há Protocolo de Relacionamento entre a FM e a ME; b) interseção nas atividades acadêmicas

previstas no Estatuto da UFRJ: não há clareza no art. 36, sobre a descrição do ensino em relação aos Órgãos Suplementares/Hospitais Universitários; não há descrição da interseção na extensão art. 95; há interseção nas atividades de pesquisa entre a FM e ME por meio do art. 10º. Regimento Geral: no art. 2º, somente há descrição das atividades de ensino para a FM, e há interseção das atividades de ensino e pesquisa levando em consideração o art. 282. Não foi identificado nenhum artigo que trate da extensão para os Órgãos Suplementares. Regimentos FM e ME, conclui-se que há interseção entre as atividades acadêmicas no ensino, pesquisa e extensão. c) história oral – análise de conteúdo, das narrativas dos entrevistados para propor um modelo de protocolo de relacionamento entre a FM e ME, emergiram as categorias 51,8%, pesquisa 22,2%, extensão 5,94% e gestão 19,9%. Houve predomínio do ensino sobre as demais categorias e uma baixa preponderância para a extensão.

**Palavras-chave:** Universidades. Faculdades de Medicina. Hospitais Universitários. Educação em Saúde. Organização e Administração.

## ABSTRACT

At the Federal University of Rio de Janeiro, the Medical School (Faculdade de Medicina, FM) and the Maternity School (Maternidade Escola, ME) engage through academic activities. It's meaningful to analyse the relationship between the educational institutes and the University Hospital, in order to contribute with the improvement of academic activities and interinstitutional sustainability. **Purposes:** i) describe the interaction protocols, cooperation agreements and similar documents between the Academic Unities and Hospital Unities currently available at UFRJ; ii) describe intersections among teaching, research, extension/assistance programs between UFRJ's Medical School and Maternity School. **Method:** exploratory research, descriptive, using a qualitative approach case study, conducted by document and oral history analysis. The documents analysed were gathered on the official websites for the UFRJ unities included in the studies, from July, 2019 until November, 13<sup>th</sup>, 2019 and the interviews semi-structured from April 3<sup>rd</sup>, 2019 to August 29<sup>th</sup>, 2019. The results were evaluated using Bardin's content analysis method (1974). **Results:** on the document evaluation stage: **a)** an interaction protocol between the Medical School and the HUCFF (1978) is active; **b)** an intersection between the academic activities between FM and ME, established on: UFRJ's Statute: there is no intersection in teaching methods (article 36); intersection in research is foreseen (article 10) and there is no intersection in extension programs (art. 95); On UFRJ's General Regulation: there is no intersection in teaching (article 2); there is intersection in teaching and research (article 282) and there is no description of such interaction in extension programs. Regarding the Internal Regiments for FM and ME: there is intersection in teaching, research and extension. On the oral history stage: 33,3% of the respondents were former FM principals, 44,4% former ME principals and 11,1% current FM and ME Principals. Regarding the content analysis of the interviews, came out the following categories: teaching, 51,8%; research, 22,2%; extension/assistance, 5,9% and management, 19,9%. **Implications:** From the document analysis, we conclude that: a) there is no relationship protocol between FM and ME; b) intersection on the academic activities set forth on: UFRJ's Statute: the description of the teaching methods related to the additional entities/University Hospitals on article 36; there is no description of an intersection on the extension programs (art. 95); there is an intersection between the research activities amid FM and ME, established on art. 10. General Regimnet: on article 2, there is a sole description of the teaching activities and there is an intersection between the teaching and research activities, considering what is set forth under article 282. There was not identified any article which sets extension programs for the Additional Entities. FM and

ME Regiments: it is concluded that there is an intersection amid the academic activities in teaching, research and extension. c) on the oral history – content analysis, from the narratives of the responds to suggest a model of a relationship protocol between FM and ME, came out the categories (51,8%), research (22,2%), extension (5,94%) and management (19,9%). There was a predominance of teaching over the other categories and a lower preponderance for extension programs.

**Keywords:** Universities. Medical Schools. University Hospitals. Health Education. Management and Organization.

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

<b>ANDES</b>	Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior
<b>ABE</b>	Associação Brasileira de Educação
<b>ABC</b>	Associação Brasileira de Ciências
<b>ASSUFRJ</b>	Associação dos Servidores da UFRJ
<b>ADUFRJ</b>	Associação dos docentes da UFRJ
<b>APS</b>	Atenção Primária à Saúde
<b>CAPES</b>	Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior
<b>CAE</b>	Coordenação de Atividades Educacionais
<b>CEP</b>	Comitê de Ética e Pesquisa
<b>CF</b>	Constituição Federal
<b>CFE</b>	Conselho Federal de Educação
<b>CCS</b>	Centro de Ciências da Saúde
<b>CFCH</b>	Centro de Filosofia e Ciências Humanas
<b>COAA</b>	Comissão de Orientação e Acompanhamento Acadêmico
<b>CEG</b>	Conselho de Ensino de graduação
<b>CNPQ</b>	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
<b>CRM</b>	Conselho Regional de Medicina
<b>CTI</b>	Centro de Tratamento Intensivo
<b>CNPJ</b>	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
<b>CEPG</b>	Conselho de Ensino de Pós-Graduação
<b>CEU</b>	Conselho de Extensão Universitária
<b>CSCE</b>	Conselho de Coordenação Executiva
<b>COPPE</b>	Coordenação de Pós-Graduação de Pós-Graduação em Engenharia
<b>CPDOC</b>	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
<b>CONSUNI</b>	Conselho Universitário
<b>DCN</b>	Diretrizes Curriculares Nacionais
<b>DE</b>	Dedicação Exclusiva
<b>DCE</b>	Diretório Central dos Estudantes
<b>EBSERH</b>	Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
<b>EEAN</b>	Escola de Enfermagem Ana Nery

<b>FM</b>	Faculdade de Medicina
<b>FAPERJ</b>	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro
<b>FAU</b>	Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
<b>FGV</b>	Fundação Getúlio Vargas
<b>FNM</b>	Faculdade Nacional de Medicina
<b>FNFi</b>	Faculdade Nacional de Filosofia
<b>G/O</b>	Ginecologia e Obstetrícia
<b>HE</b>	Hospital de Ensino
<b>HESFA</b>	Hospital Escola São Francisco de Assis (Instituto de Atenção à Saúde)
<b>HU</b>	Hospital Universitário
<b>HUCFF</b>	Hospital Universitário Clementino Fraga Filho
<b>HESFA</b>	Instituto de Atenção à Saúde São Francisco de Assis
<b>IES</b>	Instituição de Ensino Superior
<b>IESC</b>	Instituto de Estudos em Saúde Coletiva
<b>IFES</b>	Instituições Federais de Ensino Superior
<b>ICES</b>	Instituto do Coração Edson Abdala Saad
<b>IDOR</b>	Instituto D'OR de Pesquisa e Ensino
<b>IDA</b>	Integração Docente Assistencial
<b>IDT</b>	Instituto de Doenças do Tórax
<b>IG</b>	Instituto de Ginecologia
<b>INDC</b>	Instituto de Neurologia Deolindo Couto
<b>IPUB</b>	Instituto de Psiquiatria
<b>IPPMG</b>	Instituto de Pediatria Martagão Gesteira
<b>IVIG</b>	Instituto Virtual Internacional de Mudanças Globais
<b>LDB</b>	Lei de Diretrizes e Bases
<b>LAMPES</b>	Laboratório Multidisciplinar de Pesquisa em Epidemiologia e Saúde
<b>MEC</b>	Ministério da Educação e Cultura
<b>ME</b>	Maternidade Escola
<b>MP</b>	Mestrado Profissional
<b>MS</b>	Ministério da Saúde
<b>M1</b>	Medicina primeiro período
<b>PDI</b>	Plano de Desenvolvimento Institucional
<b>PQI</b>	Programa de Qualificação Institucional
<b>PPC</b>	Programa Pedagógico de Curso

<b>PUC</b>	Pontifícia Universidade Católica
<b>PET SCAN</b>	Positron Emission Tomography
<b>PSF</b>	Programa Saúde da Família
<b>PIPA</b>	Projeto Infância e Poluentes Ambientais da UFRJ
<b>PNE</b>	Plano Nacional de Educação
<b>PR1</b>	Pró Reitoria de Graduação
<b>PR2</b>	Pró Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa
<b>PR3</b>	Pró Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento
<b>PR4</b>	Pró Reitoria de Pessoal
<b>PR5</b>	Pró Reitoria de extensão
<b>PR6</b>	Pró Reitoria de Gestão e Governança
<b>RCS</b>	Requisitos Curriculares Suplementares
<b>RUF</b>	Ranking das Universidades do Brasil/Folha
<b>RUTE</b>	Rede Universitária de Telemedicina
<b>SIGA</b>	Sistema de Gerenciamento Acadêmico da UFRJ
<b>SIGPROJ</b>	Sistema de Gestão de Extensão da UFRJ
<b>SCNES</b>	Sistema Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde
<b>SINTUFRJ</b>	Sindicato dos Trabalhadores em Educação da UFRJ
<b>SUS</b>	Sistema Único de Saúde
<b>TCLE</b>	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
<b>TIC</b>	Tecnologia da Informação e Comunicação
<b>UB</b>	Universidade do Brasil
<b>UFRJ</b>	Universidade Federal do Rio de Janeiro
<b>UMG</b>	Universidade das Minas Gerais
<b>URJ</b>	Universidade do Rio de Janeiro
<b>UDF</b>	Universidade do Distrito Federal
<b>USP</b>	Universidade de São Paulo
<b>UTI</b>	Unidade de Tratamento Intensivo
<b>UFBA</b>	Universidade Federal da Bahia
<b>UENF</b>	Universidade Estadual Norte Fluminense
<b>UNICAMP</b>	Universidade Estadual de Campinas
<b>UPA</b>	Unidade de Pronto Atendimento

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Reitoria da Universidade do Brasil .....	35
Figura 2 – Administração Central – Cidade Universitária .....	41
Figura 3 – Desempenho das principais universidade brasileiras em pesquisa .....	48
Figura 4 – Organograma da Universidade de Medicina .....	53
Figura 5 – Complexo Hospitalar da UFRJ .....	55
Figura 6 – Organograma da Maternidade Escola .....	55
Figura 7 – Maternidade Escola .....	57
Figura 8 – Três da Análise de Conteúdo .....	72
Quadro 1 – Pessoal do Laboratório de Biofísica – 1945 .....	47
Quadro 2 – Missão da Faculdade de Medicina e Maternidade Escola da UFRJ .....	58
Quadro 3 – Características da análise documental e análise de conteúdo .....	76
Quadro 4 – Análise documental -legislação geral.....	76
Quadro 5 – Análise documental – legislação da Administração Pública.....	77
Quadro 6 – Análise documental – legislação institucional .....	77
Quadro 7 – Lista dos protocolos de relacionamento, acordos de cooperação e congêneres entre a FM e os HU vigentes na UFRJ.....	84
Quadro 8 – Protocolo de Relacionamento entre a FM e o HUCFF no segmento administrativo.....	85
Quadro 9 – Protocolo de Relacionamento entre a FM e o HUCFF no segmento ensino.....	86
Quadro 10 – Protocolo de Relacionamento entre a FM e o HUCFF no segmento da pesquisa .....	86
Quadro 11 – Descrição das interseções no ensino entre a Faculdade de Medicina e a Maternidade Escola, de acordo o Estatuto da UFRJ, versão 27/06/2019 .....	87
Quadro 12 – Descrição das interseções na pesquisa entre a Faculdade de Medicina e a Maternidade Escola, de acordo com o Estatuto da UFRJ, versão 27/06/2019... ..	88
Quadro 13 – Descrição das interseções na extensão entre a Faculdade de Medicina e a Maternidade Escola, de acordo com o Estatuto da UFRJ, versão 27/06/2019... ..	88
Quadro 14 – Descrição das interseções no ensino entre a Faculdade de Medicina e a Maternidade Escola, de acordo com o Regimento Geral da UFRJ, versão 1970 .....	89
Quadro 15 – Descrição das interseções na pesquisa entre a Faculdade de Medicina e a Maternidade Escola, de acordo o Regimento Geral da UFRJ, versão 1970 .....	89
Quadro 16 – Descrição das interseções na extensão entre a Faculdade de Medicina e a Maternidade Escola, de acordo com o Regimento Geral da UFRJ, versão 1970 .....	90
Quadro 17 – Descrição das interseções no ensino, pesquisa e extensão/assistência entre a Faculdade de Medicina e a Maternidade Escola, de acordo os Regimentos da FM (versão 1971) e ME (versão) da UFRJ.....	90
Quadro 18 - Modelo do Protocolo de Relacionamento entre a Faculdade de Medicina e a Maternidade Escola da UFRJ.....	93
Quadro 19 - Modelo do Protocolo Geral de Relacionamento entre as Unidades Acadêmicas e as Unidades Hospitalares da UFRJ .....	97
Quadro 20 – Resumo das principais críticas atribuídas ao processo orçamentário.....	125

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1- Distribuição das Frequências (absolutas e relativa) dos entrevistados da Faculdade de Medicina e da Maternidade Escola da UFRJ em 2019 .....	91
Tabela 2- Resultado da Análise de Conteúdo das entrevistas .....	91

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	19
<b>1.1</b>	<b>Objetivos</b> .....	23
1.1.1	Objetivo Geral .....	23
1.1.2	Objetivos Específicos .....	23
<b>1.2</b>	<b>Justificativa</b> .....	23
<b>2</b>	<b>FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b> .....	25
<b>2.1</b>	<b>Da Criação da Universidade</b> .....	25
2.1.1	Breve Histórico do Ensino Superior no Brasil .....	25
2.1.2	A Universidade Federal do Rio de Janeiro.....	30
2.1.2.1	Da origem - período 1920-1929 – Primeira República .....	30
2.1.3	Período 1930-1945 .....	31
2.1.3.1	Era Vargas – Segunda República (Governo Provisório e Constitucional).....	31
2.1.4	Período 1945-1967 .....	35
2.1.5	Pós Reforma Universitária de 1968 à atualidade .....	39
2.1.6	Ensino .....	42
2.1.7	Graduação.....	42
2.1.8	Pós-Graduação e Pesquisa.....	44
2.1.9	Institucionalização da Pesquisa Científica na Universidade Brasileira.....	46
2.1.10	Pesquisa e os Rankings.....	47
<b>2.2</b>	<b>Estrutura Organizacional</b> .....	48
2.2.1	Da UFRJ .....	49
2.2.2	Das Unidades Acadêmicas - A Faculdade de Medicina (FM) .....	50
2.2.3	Dos Hospitais Universitários - A Maternidade Escola (ME) .....	54
2.2.4	Breve Histórico do seu Papel .....	56
<b>2.3</b>	<b>Contextualizando a Unidade Acadêmica e o Hospital Universitário através das suas missões</b> .....	58
<b>2.4</b>	<b>Comunicação Interna para integrar</b> .....	62
2.4.1	Comunicação Organizacional.....	64
2.4.2	A Comunicação Organizacional na Era Digital .....	65
<b>2.5</b>	<b>Protocolo</b> .....	66
2.5.1	Protocolo de Relacionamento.....	66
<b>3</b>	<b>PERCURSO METODOLÓGICO</b> .....	72
<b>3.1</b>	<b>Tipo do Estudo</b> .....	72
<b>3.2</b>	<b>Local do Estudo</b> .....	78
3.2.1	Caracterização do Local do Estudo .....	78
<b>3.3</b>	<b>Descrição e Coleta de Dados</b> .....	80
<b>3.4</b>	<b>Aspectos Éticos</b> .....	83
<b>4</b>	<b>RESULTADOS</b> .....	84
<b>4.1</b>	<b>Descrever os Protocolos de Relacionamento, Acordos de Cooperação e Congêneres entre as Unidades Acadêmicas e as Unidades Hospitalares, vigentes na UFRJ</b> .....	84
<b>4.2</b>	<b>Descrever as Interseções das Atividades no Ensino, Pesquisa, Extensão/Assistência entre a Faculdade de Medicina e a Maternidade Escola,</b>	

	previstas no Estatuto da UFRJ, Regimento Geral e nos Regimentos destas Unidades.....	87
4.3	<b>Propor um Modelo de Protocolo de Relacionamento para a Interlocação entre a Faculdade de Medicina e a Maternidade Escola da UFRJ.....</b>	<b>90</b>
5	<b>DISCUSSÃO .....</b>	<b>100</b>
5.1	<b>Discussão da 1ª Parte: Descrevendo os Protocolos de Relacionamento, Acordos de Cooperação e Congêneres entre as Unidades Acadêmicas e as Unidades Hospitalares da UFRJ .....</b>	<b>100</b>
5.2	<b>Discussão da 2ª Parte: Descrevendo as Interseções das Atividades no Ensino, Pesquisa, Extensão/assistência entre a Faculdade de Medicina e a Maternidade Escola, previstas nos Estatuto da UFRJ. Regimento Geral e Regimentos destas Unidades.....</b>	<b>106</b>
5.3	<b>Discussão da 3ª Parte - Propondo um Modelo de Protocolo de Relacionamento para a Interlocação entre a Faculdade de Medicina ea Maternidade Escola da UFRJ.....</b>	<b>110</b>
6	<b>CONCLUSÕES .....</b>	<b>129</b>
6.1	<b>Fase: Análise Documental.....</b>	<b>129</b>
6.2	<b>Fase: História Oral (Análise de Conteúdo).....</b>	<b>130</b>
7	<b>RECOMENDAÇÕES .....</b>	<b>132</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>133</b>
	<b>APÊNDICE A - TERMO DE COMPROMISSO DE UTILIZAÇÃOE DIVULGAÇÃO DE DADOS .....</b>	<b>146</b>
	<b>APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) .....</b>	<b>147</b>
	<b>APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA.....</b>	<b>149</b>
	<b>APÊNDICE D – JUSTIFICATIVA TÍTULO DO PROJETO CADASTRADO NA EMENDA.....</b>	<b>150</b>
	<b>ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP.....</b>	<b>151</b>
	<b>ANEXO B – PARECER CONSUBSTANCIADO – EMENDA .....</b>	<b>152</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A escolha do tema **O Protocolo de Relacionamento entre as Unidades Acadêmicas e as Unidades Hospitalares da Universidade Federal do Rio de Janeiro: o caso da Maternidade Escola** contribuiu para uma reflexão das experiências por mim vividas na direção da Faculdade de Medicina da UFRJ durante o período de 1990 a 2011, com ênfase nas relações estabelecidas com as unidades hospitalares.

O curso de Medicina do Rio de Janeiro foi criado em 05 de novembro de 1808 por Ato do Príncipe Regente D. João VI com a denominação de Escola de Anatomia, Medicina e Cirurgia. Finalmente no dia 03 de outubro de 1832, A Regência, em nome do Imperador D. Pedro II, sanciona a Lei criando as Escolas ou Faculdades de Medicina, atualmente Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ.

A criação dos hospitais vinculados as escolas médicas, surge como uma das recomendações do relatório Flexner (1910). A partir deste relatório, origina-se um novo conceito de hospital, o hospital de ensino médico, que quando está vinculado a uma universidade é também denominado hospital universitário (ARAÚJO, 2014).

Contudo, a criação da universidade no Brasil chega tardiamente em contraste com alguns países da América espanhola que tiveram suas primeiras universidades ainda no período colonial, como o México e Peru, ou no Pós independência como o Chile (SAMPAIO, 1991).

A Universidade do Rio de Janeiro (URJ), primeira Universidade do Brasil, foi criada no governo Epitácio Pessoa, décimo primeiro presidente do país, em 7 de setembro de 1920, através do Decreto nº 14.343, assegurada a autonomia didática e administrativa (FÁVERO, 2006).

Deste modo, a primeira universidade do Brasil é resultante da justaposição de três escolas tradicionais, medicina, engenharia e direito, sem integração entre elas. Cada uma com as suas peculiaridades e funcionamento independente.

O ensino superior no Brasil desde a sua criação vem passando por transformações sociais e políticas. Nesse sentido a universidade é convocada a ser o palco de discussões sobre a sociedade, porém não em termos puramente teóricos, abstratos. Deve ser o espaço de desenvolvimento do pensamento teórico-crítico de ideias, opiniões, reflexões, da diversidade, enfim, do encaminhamento de propostas e alternativas de solução de problemas de ordem social nas mais diversas áreas do saber (FÁVERO, 2006).

A partir da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, foi mudado o nome de Universidade do Brasil para Universidade

Federal do Rio de Janeiro, passando a ter personalidade jurídica, constituída em autarquia didática e disciplinar. O foco era a promoção da educação, da pesquisa e do desenvolvimento científico, literário e artístico, bem como a formação de recursos humanos para a sociedade (GOMES; VARGAS; VALLADARES, 2001).

A Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ está localizada na cidade do Rio de Janeiro (RJ). Possui quatro *Campi*, a saber: no Rio de Janeiro, na Cidade Universitária e/ou Ilha do Fundão, o Campus Fundão, na zona sul do RJ, Praia Vermelha, *Campus* Praia Vermelha. Na região metropolitana do RJ, município de Duque de Caxias, Campus Duque de Caxias Professor Geraldo Cidade. Na cidade do Estado do Rio de Janeiro, em Macaé, Campus UFRJ Macaé Prof. Aloisio Teixeira.

A pesquisa abordou a relevância da relação interinstitucional e suas interseções no ensino, pesquisa e extensão/assistência entre a Faculdade de Medicina e a Maternidade Escola, a fim de contribuir com a qualidade das atividades acadêmicas e a sustentabilidade interinstitucional.

A integração entre as diversas áreas de uma instituição é considerada *sine qua non*. Diante dessa realidade a comunicação organizacional neste terceiro milênio, tem se destacado dada a complexidade vivida pelas instituições e organizações nessa era digital que vem contribuindo para repensar suas formas e estratégias de se comunicar, não havendo mais lugar para improvisações (KUNSCH, 2009).

Mediante o surgimento de uma sociedade da informação, pensar sobre os procedimentos da comunicação exige atualmente um amplo campo de investigação teórica que possa dar conta dos fenômenos sociais contemporâneos (OLIVEIRA *et al.*, 2018).

Isto posto, a grande diferença da complexidade, hoje, o grande mote é justamente o poder da era digital, sobretudo da internet, com todas as suas consequências nas formas de sociabilidade e nos processos de gestão (KUNSCH, 2014).

É notável o poder que a comunicação exerce no mundo contemporâneo. Essa comunicação precisa ser considerada não meramente como instrumento de divulgação ou transmissão de informações, mas como processo social básico e como um fenômeno presente na sociedade. Deve ser adquirida como um poder transversal que perpassa todo o sistema social global, incluindo neste âmbito as organizações (KUNSCH, 2014).

Diante dessa visão e seguindo a corrente da interdependência entre as Unidades Universitárias e a tratativa das relações estabelecidas entre ambas às instituições partiu da premissa que a comunicação deve ser entendida como parte inerente à natureza das organizações através das formas de comunicação na instituição.

A comunicação deve ser tratada como um elemento essencial para o desenvolvimento de uma organização, pois ela é determinante para atingir os objetivos através de suas missões.

Desse modo tem sido um componente relevante da estrutura organizacional, devendo operar de modo que atinja todos os níveis da instituição aportando todos os envolvidos de forma efetiva e proporcionando a interação entre as partes (SANTOS *et al.*, 2017).

Ainda de acordo com Kunch (2014) as Tecnologias da Informação e Comunicação/TIC estão mudando o estilo de vida e revolucionando a sociedade. A nossa realidade midiática reflete na vida dos indivíduos, na sociedade e em todos os espaços – familiar, de trabalho e de participação social.

Uma das forças da sociedade midiática é a web, uma sociedade influenciada pelo poder da internet. Esta nova realidade levou as instituições a nova postura organizacional referente à comunicação. Elas passaram a reconhecer que ações isoladas de comunicação já não produzem mais o efeito necessário.

Não basta apenas incorporar a comunicação da gestão é necessário fazer a gestão da comunicação. Diante desses fatos temos a percepção que a TIC tem o papel fundamental de articular e organizar o desenvolvimento da comunicação nas mais diversas áreas estruturantes das instituições (KUNSCH, 2014).

Contudo no Brasil, a partir do século XXI, os gestores públicos passaram a despertar para o valor das TIC como instrumento do futuro. Foi a partir desse momento, que políticas públicas foram criadas para que as novas tecnologias impulsionassem o desenvolvimento das instituições e/ou organizações (BELTRAME; ALPERSTEDT, 2015).

As organizações/instituições estão inseridas sob regime de estrutura organizacional e fazem parte de ambientes vulneráveis estando sujeitas a mudanças numa velocidade muito rápida devido à avalanche dessa inovação tecnológica nas diversas áreas do saber.

Estas características vão delineando a estrutura organizacional, que por si só, é um órgão, constituído de pessoas que trabalham conjuntamente dividindo o trabalho para atingir as metas incluindo as relações hierárquicas, a concepção dos processos de trabalho, o fluxo das informações, as normas e procedimentos das diretrizes das ações inerentes ao trabalho, a dinâmica da equipe e as relações de poder, de acordo com os expoentes autores (GRIFFIN; MOORHEAD, 2006).

A partir da abordagem organizacional, e de acordo com o Estatuto da UFRJ (2019), a UFRJ é constituída por um conjunto de órgãos de infraestrutura, de estrutura média e de órgãos da estrutura superior. Obedece ao princípio da gestão democrática, com as devidas representações de suas categorias (UFRJ, 2019).

A Faculdade ou Escola destina-se à formação profissional, à pesquisa e à extensão. Suas finalidades são o ensino, a pesquisa e a extensão nos ciclos profissionais de um ou mais cursos (UFRJ, 2019).

Quanto aos Institutos destinam-se, primordialmente, a realização da pesquisa básica, extensão e ao ensino em uma área fundamental do conhecimento, tendo como finalidades, o ensino básico para toda a UFRJ, cursos de graduação e de pós-graduação (UFRJ, 2019).

Já os Hospitais Universitários da UFRJ estão enquadrados como Órgãos Suplementares, integrantes da infraestrutura (UFRJ, 2019). Em 2008, os hospitais da UFRJ foram incluídos no Complexo Hospitalar, através da Resolução CONSUNI nº 15/2008, estando vinculado à estrutura média da UFRJ. Sua implantação foi dada através da Resolução CONSUNI nº 16/2008 e o estabelecimento das suas normas provisórias para instalação e funcionamento foi concedida por intermédio da Resolução CONSUNI nº 15/2010 (CONSUNI, 2015; 2016)

A criação do Complexo Hospitalar da UFRJ, tem como premissa oferecer condições para que o ensino e a pesquisa na área da saúde possam desenvolver-se com alta qualidade assistencial ao paciente e a otimização de custos (UFRJ, 2020).

Considerando a relevância da relação interinstitucional, a interseção nas atividades acadêmicas, e o fato de não haver um Protocolo de Relacionamento entre a Faculdade de Medicina e a Maternidade Escola da UFRJ, é que surgiram as seguintes indagações durante a pesquisa. Como vem sendo estabelecida a interlocução entre a Maternidade Escola e a Faculdade de Medicina? Quais as facilidades e dificuldades para a gestão de ambas as Unidades, com relação as atividades do ensino, pesquisa e extensão/assistência?

Sobre o ensino de graduação, vale destacar, que o novo Projeto Pedagógico do Curso (PPC), aprovado na Congregação da Faculdade de Medicina da UFRJ em 2018 da graduação em medicina incorporado as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) ampliaram os internatos.

Tal fato colaborou para a ampliação das grandes áreas da medicina, bem como o aumento global da sua carga horária. Fato que demandará aos Hospitais Universitários, especialmente a Maternidade Escola, novos recursos aportados, além do previsto nos anos anteriores.

Apesar de ter utilizado como referência o único Protocolo de Relacionamento da Faculdade de Medicina com um dos Hospitais Universitários da UFRJ, o Hospital Universitário Clementino Fraga Filho/HUCFF, vigente, estabelecido em 1978, este além de não abranger os demais Hospitais, atualmente não incorpora o contexto de profunda transformação, confrontadas com múltiplas e simultâneas demandas que somadas à necessidade de constante

inovação tecnológica impõem substantivos desafios da estrutura organizacional e gestão das partes envolvidas, ocorrida ao longo destes quarenta e um anos.

Assim, esperamos que seja firmado o Protocolo de Relacionamento entre a Faculdade de Medicina e a Maternidade Escola apresentado neste estudo, para que seja apreciado nos Colegiados competentes e institucionalizado entre as partes signatárias, podendo servir no futuro como modelo e/ou referência para demais Unidades Acadêmicas e Hospitalares da UFRJ, se assim desejarem.

## **1.1 Objetivos**

### **1.1.1 Objetivo Geral**

- Contribuir para o cumprimento da missão institucional através da melhoria da interlocução entre as Unidades Acadêmicas e as Unidades Hospitalares da UFRJ.

### **1.1.2 Objetivos Específicos**

- Descrever os Protocolos de Relacionamento, Acordos de Cooperação, e congêneres entre as Unidades Acadêmicas e as Unidades Hospitalares, vigentes na UFRJ;
- Descrever as interseções das atividades no ensino, pesquisa, extensão/assistência entre a Faculdade de Medicina e a Maternidade Escola, previstas no Estatuto da UFRJ, Regimento Geral e nos Regimentos destas Unidades;
- Propor um modelo de Protocolo de Relacionamento para a interlocução entre a Faculdade de Medicina e a Maternidade Escola da UFRJ.

## **1.2 Justificativa**

Atualmente não há um Protocolo de Relacionamento estabelecido entre a Faculdade de Medicina e a Maternidade Escola da UFRJ. Devido a mudanças que foram sofridas no Projeto

Pedagógico do Curso de Medicina, a partir de 2018, especificamente na reestruturação dos internatos do curso médico em obstetrícia, pediatria e saúde coletiva a Maternidade Escola, precisou dispor de novos recursos para a adaptação deste novo cenário de prática.

Neste sentido, diante da interseção das atividades acadêmicas envolvendo o corpo discente e docente, os processos de trabalho conjunto atrelada a relação intrínseca da atividade-fim entre a Faculdade de Medicina e a Maternidade Escola é que se faz premente estabelecer um Protocolo de Relacionamento.

Tal investigação justifica-se pela necessidade da institucionalização desta relação acadêmica entre ambas as Unidades Universitárias, abordando os eixos temáticos do tripé acadêmico ensino, pesquisa e extensão/assistência, através das missões das unidades envolvidas no estudo, para observarmos as áreas de interseção entre elas, ou seja, enfatizando suas atribuições e competências.

Por esta razão, a elaboração do modelo de Protocolo de Relacionamento entre a FM e a ME da UFRJ, respeitando as competências, as missões, as visões em consonância com os Regimentos Internos de cada Unidade, Estatuto e o Regimento Geral da UFRJ e a legislação vigente, poderá contribuir para a interlocução e a sustentabilidade destas instituições, potencializando as suas missões.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 2.1 Da criação da Universidade

O termo universidade provém do latim *universitas*, cujo significado está relacionado ao “conjunto, universalidade e comunidade” segundo Anísio Teixeira (1968) “a educação não é só um bem para o indivíduo, mas uma necessidade para a sociedade” (TEIXEIRA, 1968 *apud* XAVIER, 2012).

Quando proferiu essa frase a sua intenção era mostrar a função social da Universidade, entendida por ele como divulgadora e formuladora da cultura do país, como centro de produção do conhecimento e, não como local de reprodução do conhecimento, como centro de estudos e pesquisas (XAVIER, 2012).

Não podemos, também, deixar de citar Darcy Ribeiro, que foi grande expoente da educação no Brasil ao lado de Anísio Teixeira. Lutou por grandes projetos para a educação tais como a discussão da LDB/96 e a criação da Universidade Estadual do Norte Fluminense/UENF, localizada em Campos do Goytacases-RJ, com uma visão do terceiro milênio.

Mostrar um panorama detalhado sobre a criação e história da Universidade no mundo e no Brasil não é nesse momento, o foco principal da pesquisa, porém em se tratando de uma instituição considerada complexa, foi feito um recorte no tempo para que pudesse ser traçado aqui os movimentos políticos que levaram a constituição da instituição universidade.

Entretanto, faz-se pertinente comentar a gênese da sua fundação para entendermos as origens e a construção dessa universidade e, dentro dela, o significado de determinados fatos e tomadas de decisão, considerando algumas linhas do contexto político de definidos períodos que contribuíram para que determinados fatos se efetivassem em relação a essa universidade. Procurou-se ter o mínimo de cronologia e organicidade na abordagem desse tema que será discorrido neste capítulo.

#### 2.1.1 Breve histórico do Ensino Superior no Brasil

A Universidade chega tardiamente no Brasil, diferentemente da América Espanhola, onde as ordens religiosas e a monarquia da Espanha decidem implantar, desde o século XVI, universidades em todo o continente (UFRJ, 2019). As primeiras instituições de ensino superior

são criadas apenas em 1808 com a chegada da família real aportada, primeiramente na Bahia. O comércio da época se reuniu e deliberou solicitar ao Príncipe Regente D. João VI a fundação de uma *universidade literária*, para prover a construção do palácio real e o custeio da universidade, uma soma relevante de dinheiro. Este pedido não foi acatado, entretanto, D. João VI, decidiu criar em fevereiro do mesmo ano, a pedido do cirurgião-mor do Reino, Dr. José Correa Picanço, um dos *portugueses brasileiros* formados em Coimbra, o Curso de Cirurgia, Anatomia e Obstetrícia, hoje Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia (MENDONÇA, 2000).

Com a transferência da família real para o Rio de Janeiro, o Príncipe Regente, no mesmo ano cria a Academia Real Militar, para a formação de oficiais e de engenheiros civis e militares, instalados no Hospital Militar.

De acordo com Mendonça (2000) ainda no mesmo ano, D. João VI, cria em 5 de novembro na cidade do Rio de Janeiro, a Escola de Anatomia e Cirurgia através da Carta Régia. Ela foi instalada no Hospital Militar do Morro do Castelo. Naquela época a filosofia colonial dificultava a criação do ensino superior no Brasil, pois era considerada pela corte como uma ameaça aos seus próprios interesses.

No período da colônia, os poucos médicos brasileiros eram graduados na Europa e raros europeus vinham exercer a medicina aqui. Havia uma considerável resistência, seja de Portugal (política de colonização) e sejam de brasileiros que não viam justificativas para a criação na Colônia, pois a elite procurava a Europa (MENDONÇA, 2000).

A Academia Médico-Cirúrgica do Rio de Janeiro foi fundada em primeiro de abril de 1813, através do projeto de Manuel Luís Álvares de Carvalho. Mesmo após sua criação, apenas em 29 de setembro de 1826, através de Decreto-Lei de D. Pedro I, foi autorizada a emissão de diplomas e certificados para os médicos que faziam o curso no Brasil. Foram criados outros cursos na Bahia e no Rio de Janeiro, todos eles como o mesmo propósito, ou seja, criar uma infraestrutura para garantir a sobrevivência da Corte Portuguesa na colônia (MENDONÇA, 2000).

Segundo Mendonça (2000), criou-se na Bahia em 1808 a cadeira de economia, e os cursos de agricultura (1812), de química (1817) e de desenho técnico (1817). Estas instituições criadas por iniciativa da Corte Portuguesa, de caráter laico e estatal, continuaram sendo mantidas mesmo após a nossa independência política.

Sucessivas reorganizações, fragmentações e aglutinações ocorreram e esses cursos criados por D. João VI dariam origem às escolas e faculdades que constituiriam o conjunto das nossas instituições de ensino superior até a República. A este conjunto, foram agregados os

cursos jurídicos após o período da Independência, originalmente em São Paulo e Olinda (MENDONÇA, 2000).

No final do segundo império, em 1875, além dos cursos jurídicos, uma outra iniciativa importante que surgiu foi a separação do curso de engenharia da Escola Militar, com a criação da Escola Politécnica, da Escola de Minas, em Ouro Preto que, como indica o nome, situava-se na região de extração de ouro.

As primeiras faculdades brasileiras criadas foram medicina, direito e politécnica, elas eram independentes umas das outras, eram localizadas em cidades de alto potencial econômico e eram bastante elitistas. Seguiam o modelo das grandes escolas francesas, instituições mais voltadas para o ensino do que para as pesquisas. Sua estrutura baseava-se na cátedra que era vitalícia. O catedrático era aquele que dominava o campo saber e o poder. Ele escolhia seus assistentes e permanecia no topo da pirâmide acadêmica durante toda a sua trajetória (FÁVERO, 2006).

A primeira universidade brasileira foi criada em 1920, através do Decreto nº 14.343, de 07 de setembro, publicado no Diário Oficial dos Estados Unidos do Brasil, pelo então presidente Epitácio Pessoa, denominada Universidade do Rio de Janeiro (URJ). Ela era mais voltada para o ensino do que à pesquisa.

No ano de 1930, o presidente Getúlio Vargas criou o Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP). Nessa mesma linha aprova o Estatuto das Universidades Brasileiras, vigorando até 1961. A Universidade poderia ser do governo, oficial, ou livre, isto é, particular. Elas seriam ligadas por uma reitoria através de vínculos administrativos, mantendo sua autonomia jurídica (FÁVERO, 2006).

Nesta mesma conjuntura os educadores à época desapontaram-se com as políticas do novo Ministério. Houve vários movimentos para a criação de uma Faculdade de Educação, nas universidades, com a preocupação de formar professores para o ensino secundário, respondendo aos planos de Francisco Campos (que priorizava o ensino médio), do que com o pensamento dos educadores que preliminarmente se preocupavam com a pesquisa.

Durante o ano de 1935, Anísio Teixeira, à época Diretor de Instrução do Distrito Federal, criou a Universidade do Distrito Federal (UDF), que em função do seu posicionamento liberal não obteve apoios que dessem sustentabilidade ao seu projeto universitário.

Ela foi muito criticada pelos conservadores ligados à Igreja Católica, os quais temiam a influência liberal norte-americano, mercantilista, individualista e protestante, sobre os valores católicos, humanistas e personalistas, essenciais na nossa cultura. Foi brevemente extinta, pela falta de interesse do governo, sendo seus cursos transferidos para a Universidade do Brasil

(1937), anteriormente Universidade do Rio de Janeiro (1920). As lideranças religiosas tinham o entendimento que os problemas do Brasil eram decorrentes da crise moral desencadeada pela ruptura da Igreja do Estado, iniciada com a proclamação da República (MENDONÇA, 2000).

No primeiro congresso católico de educação ocorrido no Rio de Janeiro em 1934, a igreja manifestou o interesse da criação de uma universidade, subordinada à hierarquia eclesiástica e independente do estado para (re)socializar a elite brasileira, baseando-se pelos princípios ético-religiosos da moral católica.

Os jesuítas foram os responsáveis pela organização, administração e orientação pedagógica a futura instituição universitária. Em 1946, foi outorgado, pela Santa Sé, o título de Pontifícia, assim, foi criada a Pontifícia Universidade Católica, atualmente PUC.

A primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira foi promulgada em 1961, após catorze anos de tramitação no Congresso Nacional. Ela reforçou o modelo da educação vigente no país e permaneceu a cátedra, mantendo a preocupação com o ensino sem o olhar para o desenvolvimento da pesquisa, por outro lado ela fortaleceu a centralização do ensino superior, garantindo a representação discente nos colegiados (MENDONÇA, 2006).

No início dos anos 60 inicia um movimento de grande vigor. A comunidade acadêmica pretende ultrapassar os muros da universidade. Envolvem-se posições que se contrapõe ao projeto elitista herdado do passado, criando Centros Populares de Cultura com desenvolvimento de Campanhas de Alfabetização de Adultos envolvendo professores universitários bastantes jovens e alunos das universidades para ir de encontro as políticas e ao projeto elitista possibilitando um ensino mais democrático (MENONÇA, 2006).

Na época do regime militar as universidades sofreram grandes movimentos de repressão. Ali se encontrava os grandes pensadores no avanço do país, o que ia de encontro as premissas militares. Muitos professores e alunos foram monitorados com o intuito de coibir as atividades de caráter “subversivo”.

Em 1968 o Congresso Nacional aprovou “a toque de caixa” a Lei nº 5.540/68 da Reforma Universitária, que criou os departamentos, o sistema de créditos, o vestibular por classificação, o ciclo básico e os cursos de extensão (curta duração).

Foi um marco, partindo do pressuposto que os departamentos substituíram a cátedra, que por sua vez passou a ter uma chefia com mandato. Esta reforma possibilitou o desenvolvimento na carreira de magistério superior, pois as atividades de ensino, pesquisa e extensão passou a ser indissociável criando arcabouço para a institucionalização da carreira docente e, especialmente a implantação dos cursos de pós-graduação.

Este último foi o principal fator pela transformação efetiva da universidade brasileira, garantindo, por um lado o desenvolvimento da pesquisa e por outro a melhoria da qualificação do corpo docente. No que tange as universidades privadas que eram dependentes de subsídios do governo, procuravam adaptar-se a nova regra do sistema de ensino universitário.

Após 1968 ocorreu uma expansão do sistema universitário privado em regiões com maior demanda e até mesmo em cidades do interior com um nível razoável de desenvolvimento, obviamente com anuência dos governantes à época. O sistema universitário brasileiro passou por grandes transformações e movimentos desde sua criação até os dias de hoje.

Ao longo dos anos 80 os docentes se organizaram em entidades representativas, as chamadas Associações de Docentes Universitários, articulando-se inclusive com a Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES), tendo sua principal participação durante todo o processo constituinte (MENDONÇA, 2000).

A partir do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso ocorreu uma ampla reforma do sistema de ensino superior, com a nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB). Foi então introduzida várias medidas de reestruturação para a educação superior e para a universidade pública. A política traçada para este setor nesse período propôs a redução de recursos para a educação no contexto da ideologia neoliberal de contenção de gastos públicos (FERREIRA, 2012b).

Contudo, de acordo com Carvalho (2014) no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi enfatizado a necessidade imperiosa de ampliação do acesso à educação superior com diferentes modelos de acesso preconizando um compromisso com a inclusão social. Nesse sentido, a premissa era reverter o processo de sucateamento ocorrido nos últimos anos, devido a diminuição e cortes de investimentos públicos em algumas áreas, o que impediu a expansão do sistema universitário ameaçando o sucateamento das IFES.

Tendo reconhecido o fundamental e estratégico papel das universidades, em especial as públicas para o desenvolvimento do país, o governo Lula adotou uma série de medidas para injetar o avanço no ensino e na pesquisa, incluída a expansão de vagas, através da redemocratização do ensino, culminando na criação de novas universidades, abrindo frente de oportunidades em regiões do país aonde não havia essas instituições (CARVALHO, 2014).

## 2.1.2 A Universidade Federal do Rio de Janeiro

### 2.1.2.1 Da origem - Período 1920-1929 – Primeira República

A criação da Universidade do Rio de Janeiro partiu da premissa de que deve ser considerado um fato histórico ao relacioná-la com as demais instituições da sociedade a qual se articula e com os debates travados sobre a questão da universidade nos anos 20 do século passado (FAVERO; LIMA, 2011).

A história relata que do período da Colônia à República, houve grande resistência à ideia da criação de universidades no Brasil. Até o final da Monarquia, inúmeras propostas e projetos foram apresentados sem sucesso, mesmo após a Proclamação da República. Contudo, apesar do surgimento da universidade, apoiada em ato do governo federal continuasse sendo dilatado, esse fato acabou gerando o regime de “desoficialização” do ensino superior gerando assim condições para o surgimento de universidades, com a tendência de descentralização da esfera federativa para a estadual (FAVERO; LIMA, 2011).

Exclusivamente em 1915 através da Reforma Carlos Maximiliano, Decreto nº 11.530 de 18 de março, dispõe a respeito da instituição de uma universidade, apoiada no Art. 6º “O Governo Federal quando achar oportuno, reunirá em universidade as Escolas de Medicina do Rio de Janeiro e a Politécnica, incorporando a elas uma das faculdades livres de direito, dispensada da taxa de fiscalização e dando-lhe gratuitamente um edifício para funcionar. Vale destacar aqui que o curso de medicina criado em 1808 com a denominação de “Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica” foi a propulsora e a gênese do ensino superior no Brasil (FAVERO; LIMA, 2011).

Dado a esse contexto, no dia sete de setembro de 1920, o presidente Epitácio Pessoa, instituiu a Universidade do Rio de Janeiro (URJ), considerando inadiável dar execução ao disposto no art. 6º do decreto 11.530, de 18 março de 1915.

A Universidade do Rio de Janeiro foi a primeira instituição criada pelo governo federal. Informação pouco investigada afirmava que a URJ teria sido criada em honraria acadêmica ao rei da Bélgica, que visitou o Brasil, em 1920, outorgando-lhe o título de Doutor Honoris Causa, porém, Fávero e Ibiapina seguiram a hipótese trabalhando com documentos textuais da época até 1965 e chegaram à conclusão que a criação dessa instituição não se deu como muitos autores afirmam, que teria sido por conta do título ao Rei da Bélgica. Passou-se a admitir que o fundamento real para sua criação teria sido o desafio inadiável do governo federal assumindo

de fato um projeto universitário ante o aparecimento de propostas de instituições livres, em nível estadual (FÁVERO, 2006).

Anteriormente foi mencionado que a Universidade foi criada pela aglutinação de três escolas profissionais e até então independentes sediadas na capital da República. No entanto, apesar da problemática e contraposições envolvendo a criação da Universidade, um aspecto se mostrou relevante que foi a comoção e a intensificação do debate, ainda em 1920 sobre a questão universitária no país (MENDONÇA, 2000).

Depreende desse fato a atuação da Academia Brasileira de Educação (ABE) e Academia Brasileira de Ciências (ABC). Desses debates destacam-se a concepção de universidade, a autonomia universitária, as funções da universidade e o modelo de universidade a ser aplicado no Brasil, ou seja, se seguia um padrão unificado ou se cada uma poderia ser organizada de acordo com as peculiaridades de suas regiões (MENDONÇA, 2000).

Quanto as funções e o papel da universidade, foram distinguidos dois posicionamentos, a dos que defendiam como função básica a pesquisa científica, além de formar profissionais, e a dos que consideravam como prioridade a formação profissional. Também foi surgida uma outra posição que emanou da primeira, que foi ter um núcleo de cultura e disseminação da ciência. (FÁVERO; LIMA, 2011).

Tais discussões surgem na 1ª Conferência Nacional de Educação, em 1927, ocorrida em Curitiba, a partir da tese “As Universidades e a pesquisa Científica” por Manoel Amoroso Costa (*apud*, ABE, 1929, p.13). Mesmo diante das posições divergentes Amoroso defendia junto ao movimento liderado pela ABE, ainda que não houvesse um juízo homogêneo de ciência, a introdução da pesquisa como núcleo da universidade. Todavia, essa visão de universidade não chega a ser concretizada na década de 1920, nas esferas federal (URJ) e estadual com a criação, em 1927 da Universidade de Minas Gerais (UMG) (FÁVERO, 2006).

### 2.1.3 Período 1930-1945

#### 2.1.3.1 Era Vargas – Segunda República (Governo Provisório e Constitucional)

A primeira República foi marcada pela descentralização política, no entanto, a partir da Revolução de 1930, já a segunda República e, portanto, no Governo Provisório e

Constitucional, essa tendência começa a se reverter, incrementando uma acentuada centralização nos mais diferentes setores da sociedade.

Diante desse contexto, o Governo Provisório cria em 14 de novembro de 1930, o Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP), tendo como primeiro ministro da pasta o Francisco Campos. A partir desse momento é elaborada e implementada reformas no ensino nos diversos níveis, com evidente aspecto centralizador. Podemos observar que a ótica do governo a época era adaptar a educação a diretrizes que iriam assumir formas bem definidas envolvendo o campo político e educacional, com o objetivo de criar e desenvolver um ensino mais apropriado a “modernização” do país, enfatizando a formação de elites e na capacitação para o trabalho (FAVERO; LIMA, 2011).

Desse modo, o Governo Federal representado por Getúlio Vargas, prepara seu projeto universitário, associando medidas que se estenderam desde a promulgação do Estatuto das Universidades Brasileiras (Decreto-lei nº 19.851/31), a Organização da Universidade do Rio de Janeiro (Decreto-lei nº 19.852/31) e a criação do Conselho Nacional de Educação (Decreto-lei nº 19.850/31) (FÁVERO, 2006).

Nessa passagem pela organização da Universidade do Rio de Janeiro, o Ministério da Educação e Saúde Pública também sofre reestruturação em 1935, até chegar a institucionalização da Universidade do Brasil em julho de 1937 (FÁVERO; LIMA, 2011).

Conforme Campos (1931, p.3), quanto às finalidades da Universidade, o então ministro insiste em não reduzir apenas à sua função didática. Para Campos, a universidade tinha duplo objetivo “equiparar tecnicamente as elites profissionais e oferecer ambiente apropriado as vocações especulativas e desinteressadas, cujo destino, imprescindível à formação da cultura nacional, é o da investigação e da ciência pura”.

Diante desse discurso envolvendo as preocupações da ciência e cultura caberia à Faculdade de Educação, Ciências e Letras, inculir seu “cunho meramente universitário”, o que na prática não irá acontecer. Contudo, essa função de investigação e de formação de professores que caberia a Faculdade de Educação, Ciências e Letras é de longa data até 1939 quando da criação da Faculdade Nacional de Filosofia (FNFI), incorporando vários cursos da Universidade do Distrito Federal (UDF) (FÁVERO; LIMA, 2011, p.67).

A UDF foi criada por Anísio Teixeira, em 1935, quando foi Secretário de Educação, época que o Rio de Janeiro ainda era a capital do país. Caracterizou-se pela proposta inovadora e pelo fato de não possuir três cursos tradicionais, a saber: direito, engenharia e medicina e, sim a Faculdade de Educação, que pela primeira vez dotou o magistério de formação específica de nível superior. Todavia essa proposta universitária divergiu dos propósitos do governo federal

e em 1939 a UDF foi fechada e incorporada à Universidade do Brasil (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2017).

De acordo com a análise realizada por Fávero e Lima (2011) sobre o estatuto das Universidades Brasileiras surgiram questões importantes tais como: a integração das escolas ou faculdades na nova estrutura universitária e a cátedra, unidade operativa de ensino e pesquisa docente entregue a um professor. No Brasil o catedrático obteve uma feição histórica de poder, apresentando-se como um núcleo ou *alma mater* das instituições de ensino superior. Podemos complementar ainda que a ideia da cátedra contida nesse Estatuto ganha força com a Constituições de 1934 (FÁVERO, 2006).

Em 1931, na reforma de Campos, a Universidade do Rio de Janeiro é submetida a primeira reorganização. Houve a reformulação do seu estatuto para adequar a legislação vigente a época. Durante esse ano o Conselho Universitário discute a autonomia universitária, compreendida por alguns dos seus membros como algo imprescindível a própria essência e como condição necessária ao cumprimento de suas finalidades (FÁVERO; LIMA, 2011). Embora ressalte que na exposição de motivos sobre a reforma do ensino superior, não ser possível, naquele momento a concessão da autonomia plena às Universidades, ficando a questão a rigor, em aberto (FÁVERO, 2006).

Com a instauração da Assembleia Constituinte em 1933, O Conselho Universitário encaminha em 28 de março de 1934, um documento se pronunciando de forma incisiva sobre a autonomia universitária. A partir de 1935, a abertura motivada pela revolução de 1930 passa a ser vista como algo a ser corrigido politicamente (FÁVERO; LIMA, 2011).

Com isto essa tendência cresce, assegurando um clima apropriado à implantação do Estado Novo. Ainda em novembro desse mesmo ano, com a “Insurreição Comunista”, o Congresso renúncia as suas prerrogativas e delega ao presidente plenos poderes, sendo decretado o “estado de sítio” e o “estado de guerra” em todo o território nacional (FÁVERO; LIMA, 2011).

Nesse contexto, ainda em 1935 é encaminhado ao Poder Legislativo o Plano de Reorganização do Ministério da Educação e Saúde Pública. Nesse interim, o Ministro da Educação que passou a assumir a pasta é o Gustavo Capanema Filho, que deixa claro que “é fora de dúvida que o Brasil precisa de Universidades” e ainda complementa: “a Universidade, instituída, mantida e dirigida pela União, há de caber, sob todos os pontos de vista, uma função de caráter nacional” “[...] Em primeiro lugar, ela deve se tornar padrão” (FÁVERO; LIMA, 2011).

Porém, segundo Fávero e Lima (2011) não se quer afirmar com isto “que todas as universidades do Brasil devam ser iguais à universidade federal. No sentido oposto, cada região do país deve dispor de sua universidade, de feição característica, organizada e orientada amparada nas necessidades locais (FÁVERO, *apud* BRASIL, MESP, 1935, p.29).

Com a reorganização comentada anteriormente, em 1937 a Universidade do Rio de Janeiro, passa a ser denominada Universidade do Brasil. Para Capanema, a Universidade do Brasil refletia um grande e vivo trabalho envidando esforços para que brasileiros de várias regiões do país tivessem a oportunidade de conhecê-la.

Neste sentido é instalada uma Comissão com o objetivo de estudar a organização da Universidade do Brasil, presidida pelo próprio Ministro. Em junho 05 de julho de 1937, é promulgada a Lei nº 452, que instituiu a Universidade do Brasil (UB), sendo referendada pelos Ministros da Educação, fazenda, Aviação, Agricultura e Guerra (FÁVERO; LIMA, 2011).

A Lei nº 452 define uma nova estrutura para a instituição apresentando no organograma a incorporação de quinze escolas ou faculdades, particularmente a Faculdade Nacional de Medicina. Ao mesmo tempo que configura dessa forma, a instituição muda a denominação de algumas escolas e faculdade, além da criação de novas Unidades. Finalmente essa lei estabelece ainda, como meta, a criação de uma Cidade Universitária (UFRJ, 2019).

Esse momento histórico sela o plano de Universidade no Brasil, pois para Capanema, “ela terá a função de fixar o padrão do ensino superior em todo o país” e a “UB é uma instituição de significado nacional e não local”. A partir dessa circunstância alguns Institutos, Hospital das Clínicas para a prática dos alunos da medicina, a Escola de Enfermagem Anna Nery e Serviço Social, passam a integrar a UB (FÁVERO; LIMA, 2011).

Porém, as questões ideológicas que circundam a educação durante o Estado Novo acrescem uma corrente de regime centralizador e autoritário, trazendo graves entraves para as instituições universitárias. O autoritarismo se mostra através dos princípios abusivos ou normas em que o Governo se apoia. Diante, desse contexto, as Universidades são vitimadas pelo Estado sem nenhuma autonomia (FÁVERO; LIMA, 2011).

**Figura 1** – Reitoria da Universidade do Brasil



**Fonte:** Acervo COORDCOM, 2019.  
Palácio Universitário (Atual Fórum de Ciência e Cultura, PV)

#### 2.1.4 Período 1945-1967

Após a deposição de Getúlio Vargas, em 1945, o Governo Provisório de José Linhares, promove no mesmo ano uma nova reforma (UFRJ, 2019). O período pós 45, ainda permanece no Governo Provisório, logo em seguida houve a caída do Estado Novo. O Ministério da Educação é conduzido pelo professor Raul Leitão da Cunha, que durante o período de 1934 a 1945, exerceu o cargo de Reitor da UB, portanto, por onze anos ficou à frente da Universidade do Brasil.

O Presidente José Linhares, sanciona o Decreto-Lei nº 8.393, de 17 de dezembro de 1945, dispondo que a Universidade do Brasil tem por objetivos a educação, o ensino e a pesquisa e que gozará de autonomia administrativa, financeira, didática e disciplinar. Face a esse dispositivo o reitor passa a ser indicado pelo Presidente da República mediante a lista tríplice constituída pelo Conselho Universitário, como está definido no Estatuto das Universidades Brasileiras de 1931(UFRJ, 2019).

Por sua vez, os diretores das Unidades são nomeados pelo reitor com prévia autorização do Presidente da República, interposto pelo Ministério da Educação. A escolha também se dá pela lista tríplice, organizada pela Congregação (UFRJ, 2019).

No ano seguinte, ou seja, em 1946, esse Decreto-Lei dispõe sobre a administração da instituição as instâncias de deliberação e de controle, tais como: a) Assembleia Universitária que é um órgão honorífico sem caráter deliberativo ou executivo, composto pelos catedráticos e docentes livres de todas as escolas e faculdades, de um representante de cada um dos institutos, um representante do pessoal administrativo e um do corpo docente de cada escola, faculdade ou instituto; b) Conselho de Curadores: órgão da administração financeira, presidido pelo Reitor e composto por representantes do Conselho Universitário, da Assembleia Universitária, da Associação dos Antigos Alunos, do Ministério da Educação e Saúde e de pessoas físicas e jurídicas que tenham realizado doações para a Universidade; c) Conselho Universitário: órgão máximo, de cunho deliberativo, presidido pelo Reitor e constituído pelos diretores de faculdades, escolas, institutos, além de um representante de cada Congregação, dos antigos alunos e do presidente do Diretório Central dos Estudantes (UFRJ, 2019).

Também, vale destacar que outra questão relevante relacionada a essa reforma de 1946, é que ela introduz, no plano da lei, a estrutura departamental. O novo estatuto prevê que as Faculdades e Escolas devem se organizar em departamentos, dirigidos por um chefe, escolhido entre os professores catedráticos que os compõem (UFRJ, 2019).

A cátedra era uma unidade de fato institucionalizada do ensino e pesquisa integrada a um determinado departamento. De acordo com Fávero (2010), embora a autonomia tenha sido outorgada em 1945, ela não chegou a ser implementada, embora se apresente por vezes como um avanço. Esses dados são mostrados através de documentos da própria instituição da época.

A partir do final de 1940 e início de 1950, começaram a surgir de fato movimentos na instituição pela autonomia, através das Congregações. As Unidades começam a discutir as relações de poder, como elas se expressam da estrutura superior para baixo (FÁVERO, 2010). Na segunda metade da década de 40, a pesquisa é institucionalizada na Universidade do Brasil. Decorrente desse fato, o Instituto de Biofísica é inaugurado em 1946 com o princípio da pesquisa básica, sob a direção do professor Carlos Chagas Filho, com o lema “na universidade se ensina porque se pesquisa” (FÁVERO, 2010).

Nesse mesmo ano também é incorporado o Museu Nacional (VILLANOVA, 1948, p.71). Especialmente na área das ciências da saúde, vários institutos foram criados com a mesma finalidade, bem como em demais áreas do saber na UB, embora as condições para fazer pesquisa fossem difíceis, delicadas e individualizadas (FÁVERO; LIMA, 2011).

Diante dessas considerações, pode-se dizer que a pesquisa na Universidade do Brasil depende então exclusivamente de iniciativas individuais. Essas limitações colocam a

Universidade na contramão de uma realidade social que acelera o seu desenvolvimento industrial a partir da década de 1950 (UFRJ, 2019).

Vale destacar que apenas em 1944 o Conselho Universitário propõe a criação do regime de tempo integral para os docentes no sentido de desenvolverem ensino e pesquisa na Universidade, porém somente em 1950, a implantação desse regime de trabalho docente e a dedicação exclusiva é efetivamente instituída na Universidade do Brasil (UFRJ, 2019).

Nesse contexto inicia-se um movimento para o desenvolvimento da pesquisa institucionalizada em distintas áreas de conhecimento e não apenas como um trabalho a ser realizado por algumas cátedras.

Diversos institutos passam a estabelecer convênios com agências de fomento em apoio a pesquisa no âmbito nacional e internacional. Passa a surgir uma nova geração de professores, alguns formados pela UB com uma característica peculiar a essa nova identidade institucional, ou seja, a introdução da pesquisa como parte integrante dos cursos (UFRJ, 2019).

Ainda no ano de 1950, além da criação de mais institutos, surge a criação do Hospital das Clínicas e do Colégio Universitário, destinado ao ensino secundário, bem como a incorporação da Escola de Enfermagem Ana Nery – EEAN (UFRJ, 2019). A construção do hospital se arrastou por duas décadas, porém, em 1967, o Reitor Raimundo Moniz Aragão, designou a Comissão composta pelos professores: Clementino Fraga Filho, Vice-Reitor, Carlos Cruz Lima, Decano do CCS, José Lemos Lopes, Diretor da Faculdade de Medicina, Mariano Augusto de Andrade, Chefe do Departamento de Cirurgia da Faculdade de Medicina e Amaral de Osório, Sub-Reitor de Desenvolvimento, para reexaminar o projeto do hospital (UFRJ, 2019).

Nesse mesmo ano houve um movimento estudantil da Faculdade de Medicina em apoio a retomada da obra do hospital, portanto, a retomada da obra se deu apenas em 1970, no reitorado do professor Hélio Fraga.

Posteriormente ao assumir o cargo, em setembro de 1973, reorganizou a Comissão com o objetivo exclusivo da implantação do Hospital Universitário. Inicialmente a Comissão ficou composta pelos professores Clementino Fraga Filho, Presidente, José Lopes Pontes, Mariano Augusto de Andrade e Ernani Braga, ambos da Faculdade de Medicina e Ernani Braga, assessor de Saúde da Direção da Faculdade de Medicina (UFRJ, 2019).

No mês de novembro de 1974, foi aprovada pelo Conselho de Desenvolvimento Social, do Governo Geisel, a liberação das verbas iniciais para a retomada do projeto. O recurso foi liberado em 1975 (UFRJ, 2019).

A implantação do Hospital Universitário se deu num momento político muito crítico para o País, sob o regime ditatorial, no meio de movimentos estudantis, pois muitos consideravam o empreendimento fora da realidade para a época. Finalmente no dia primeiro de março de 1978, ainda no Governo Geisel, porém no reitorado do professor Luís Renato Caldas e do Presidente da Comissão, professor Clementino Fraga Filho, o Hospital Universitário, foi inaugurado (UFRJ, 2019).

Em 1951, sob atuação da Academia Brasileira de Ciências (ABC), é criado o Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq), cujo objetivo era desenvolver a pesquisa científica e tecnológica em todas as áreas de conhecimento, devendo para tanto ter a premissa de criar critérios para fomentar a pesquisa através de concessão de bolsas a professores pesquisadores, bem como auxiliar a Universidade quanto à implantação dos seus núcleos de pesquisa, ampliando a participação direta da comunidade científica nos processos decisórios internos, na implementação e na formulação da política de ciência e tecnologia produzindo um efeito modernizador no sistema de ensino público universitário (UFRJ, 2019).

Nessa mesma direção, foi criada a CAPES em 11 de julho de 1951, através do Decreto 29.741, com a finalidade de garantir a existência de pessoal especializado com excelência para atender aos requisitos necessários ao desenvolvimento econômico e social do país (FÁVERO, LIMA, 2011).

Um fato relevante para o ocorrido no limiar da década de 1960 foi o início da reforma na Universidade do Brasil, sendo instituída uma Comissão especial, pelo Conselho Universitário, em fevereiro de 1962. Os resultados do trabalho foi a definição das Diretrizes para a Reforma da Universidade do Brasil. Contudo, a apresentação no Conselho Universitário aconteceu em 1963 e a execução dessas diretrizes foi interrompida decorrente da mudança política no país, depois da implantação no mês de abril de 1964 do regime militar (FÁVERO; LIMA, 2011).

Em 1965, a Universidade do Brasil, passa a denominar-se Universidade Federal do Rio de Janeiro, mediante Lei n.º 4.831, de 5 de novembro (UFRJ, 2019).

Não obstante, o Ministro da Educação e Cultura, Raymundo Moniz de Aragão, ex-integrante da Comissão de Reforma da UB (atual UFRJ), “encaminha em 1966, aviso ao Conselho Federal de Educação (CFE), solicitando-lhe a assessoria no sentido de formulação do diploma legal que endossa aqueles objetivos” (ARAGÃO, 1968, p.10).

Diante desse fato, foi elaborado pelo CFE um anteprojeto com poucas alterações resultando em um Decreto-lei nº 53, de 18 de novembro de 1966 fixando normas e princípios para as Universidades Federais, posteriormente em 1967, foi publicado um novo Decreto-Lei

de nº 252, estabelecendo normas complementares ao primeiro Decreto, que implementam a reforma universitária da ditadura militar (UFRJ, 2019).

Foi uma época obscura para o ensino superior, devido a repressão política e intelectual sobre os professores, muitos deles impedidos de continuar lecionando no Brasil, sobre os estudantes, centenas deles perseguidos, impedidos de estudar, presos e até assassinados (UFRJ, 2019).

Em consequência a essa legislação a UFRJ foi a primeira a apresentar o seu Plano de Reestruturação que foi aprovado pelo Decreto nº 60.455-A, de 13 de março de 1967. Nesse plano ficou definido as finalidades, funções, organização e administração da Universidade (FÁVERO; LIMA, 2011).

#### 2.1.5 Pós Reforma Universitária de 1968 à atualidade

A pressão da sociedade pela expansão do sistema que acontece desde a década anterior não para após o golpe militar ocorrido em 1964. Pelo contrário, até fica mais intenso, assumindo a luta por “vagas e verbas, ampliado pelo movimento estudantil de 1968”. Diante desse momento em que é permitido à Universidade a qualificação, porém não a sua expansão, garantindo com isso a implementação de uma política forte para a pós-graduação e para a pesquisa (UFRJ, 2019).

Outra questão é a diminuição dos níveis de exigência para abertura de instituições privadas de ensino superior, que se expandem desordenadamente desde então para atender as demandas sociais (UFRJ, 2019).

De acordo com Fávero e Lima (2011), apenas em 1970, após a Reforma Universitária de 1968, o Estatuto da Universidade Federal do Rio de Janeiro, foi de fato aprovado. Destaca-se alguns objetivos desse documento: formação e aperfeiçoamento de nível superior de professores e pesquisadores; atualização e treinamento de técnicos e profissionais; produção de pesquisa científica, filosófica e tecnológica; criação artística e literária; atuação no desenvolvimento do país; difusão da cultura na totalidade dos níveis, fortalecimento da solidariedade do universo e da paz e participação formativa e informativa na opinião pública.

Vale ressaltar que a Lei nº 452, de 5 de julho de 1937, que institui a UB, também estabelece, a criação de uma Cidade Universitária, cuja construção somente tem início em 1949 e sua inauguração acontece de fato em 1972 (UFRJ, 2019). A administração superior da Universidade procurou conduzir suas ações no sentido de organizar um Campus com a

finalidade de unificar fisicamente a integração das diversas áreas do conhecimento e minimizando os efeitos do histórico conglomerado de escolas que marcara a criação da instituição (FÁVERO; LIMA, 2011).

O presidente Emílio Garrastazu Médici, assinou em janeiro de 1970, um decreto instituindo crédito para acelerar o empreendido da Cidade Universitária. E em 1973, começou a transferência de instalações da Praia Vermelha para a Cidade Universitária.

A Cidade Universitária agrega os Centros Universitários e suas respectivas Unidades e Órgãos Suplementares, instituições afins conveniadas, porém a UFRJ também mantém suas atividades em outros Campus e em alguns bairros da Cidade do Rio de Janeiro, como por exemplo a Maternidade Escola (Laranjeiras); o Observatório do Valongo (Bairro da Saúde; Museu Nacional (Quinta da Boa Vista), entre outros (FÁVERO; LIMA, 2011).

Ainda dentro dos princípios da Reforma Universitária de 1968, constava a necessidade de flexibilização curricular. A partir de 1971, foi desencadeado na UFRJ os trabalhos para a discussão dos seus currículos nos diversos cursos de graduação, no sentido de proporcionar as tendências do contexto político e a formação de profissionais, oferecendo possibilidades de escolhas. Esse processo também ressurgiu na década de 1980, enrijecendo a grade curricular de alguns cursos na instituição (FÁVERO; LIMA, 2011).

De modo que quase ao mesmo tempo, as entidades sindicais representativas dos técnico-administrativos ASUFRJ, Associação dos Servidores da UFRJ (1960), hoje SINTUFRJ, Sindicato dos Trabalhadores da UFRJ e dos docentes a ADUFRJ, Associação dos Docentes da UFRJ (1979) e o DCE, Diretório Central dos Estudantes Mário Prata (1978), reorganizado depois da desarticulação pela repressão sofrida pelo regime militar. As associações de representantes da classe trabalhadora da UFRJ tomam força e passam a ter caráter sindical a partir da década de 1980 (UFRJ, 2019).

Embora não seja objeto de discussão a questão dos movimentos sindicais na UFRJ, vale destacar, que eles contribuíram muito para importantes avanços na vida acadêmica, institucional e administrativa da Universidade a saber: ampliação das representações dos corpos docente e discente em todos os Colegiados; instituição da representação do corpo técnico-administrativo em órgãos colegiados, especialmente no Conselho Universitário, o que vem contribuindo para ultrapassar as barreiras frente à necessidade de incorporar os servidores técnico-administrativos em organismos e processos decisórios; eleições diretas para os representantes de cada categoria nos órgãos colegiados respeitando-se a proporcionalidade preconizado no Estatuto da UFRJ, permitindo assim a equidade e a renovação de seus quadros e o fortalecimento de cada seguimento; consolidação da escolha pelo voto direto dos dirigentes

da universidade, modernizando e aprofundando a legitimidade da política da gestão institucional e de modo especial, a intensificação da interação entre a representação dos três segmentos da comunidade universitária, permitindo assim a ampliação do debate, definindo uma agenda comum sobre o projeto da Universidade à altura dos novos desafios que se apresentam, atualmente à instituição (UFRJ, 2019).

Observa-se que não se pode perder de vista que a Universidade, de um modo geral, atravessou vários momentos difíceis, entretanto, seu papel social deve ser permanentemente objeto de reflexão e discussão. Nesse momento, não cabe somente reagir a um projeto de governo que vai contra os princípios do propósito da universidade pública, gratuita e de qualidade, mas também apresentar propostas para o efetivo cumprimento da sua missão, através das suas funções básicas e indissociáveis. Na democracia, a Universidade deve estar voltada aos interesses dos cidadãos (FÁVERO; LIMA, 2011).

Por fim, a universidade se faz presente ao longo da sua história na própria constituição e desenvolvimento do país, enquanto nação, deixando sua expressão através da graduação, pós-graduação, pesquisa e extensão, contudo segundo alguns autores há muito ainda a fazer.

Diante desse contexto sócio econômico e político que se apresenta para o setor público universitário, é fundamental continuar acreditando que os tempos mudam e com ele, novas conjecturas tendem a se apresentar. Há que resistir aos interesses que vão à contramão dos princípios básicos da universidade. Não querendo ser redundante, porém, é necessário replicar a frase como um mantra no seio acadêmico do saudoso e eminente professor Carlos Chagas Filho (1941) “na Universidade se ensina, porque se pesquisa”.

**Figura 2** – Administração Central - Cidade Universitária



Fonte: COORDCOM, 2019.  
Prédio da Reitoria da UFRJ.

E para mostrar individualmente a premissa da universidade pública apresentamos abaixo o tripé acadêmico indissociável, conforme preconiza a Constituição Federal de 1988:

#### 2.1.6 Ensino

A Universidade Federal do Rio de Janeiro, além do ensino na graduação e pós-graduação, também atua na educação infantil e na educação básica, através da Escola de Educação Infantil e o Colégio de Aplicação, que são Órgãos Suplementares do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH), fornecendo campos preferenciais de estágio para licenciados de toda a UFRJ, assim como atuam, em conjunto com a expertise do Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação, na formação de professores para a rede pública de ensino.

Essas Unidades desenvolvem atividades de ensino, pesquisa e extensão, visando, sobretudo, à formação profissional e de pesquisadores de alto nível acadêmico por meio de Cursos de Graduação, de Pós-Graduação e de Extensão, a produção de conhecimentos com enfoque interdisciplinar e o diálogo constante com a sociedade. Suas reflexões e ações estão voltadas para a compreensão dos sujeitos, das relações sociais e das formas de organização social, nas mais diferentes dimensões, que incluem desde estudos sobre a psique humana às discussões sobre dinâmicas e processos sociais complexos (UFRJ, 2019).

#### 2.1.7 Graduação

A Universidade Federal do Rio de Janeiro possui 175 cursos/habilitações de graduação, oferecidos nas suas unidades acadêmicas distribuídas nos Campi e em diversas localidades. No segundo período de 2019, a UFRJ contou com o total de 51.601 alunos ativos de graduação e 3.551 com matrícula trancadas. Possui também alunos oriundos de convênios internacionais, mantidos com países pobres. Dada a razão que as Unidades Universitárias da pesquisa são vinculadas ao Centro de Ciências da Saúde (CCS), apresentamos o diagnóstico situacional acadêmico quanto aos números dos cursos/programas de pós-graduação e corpo docente.

Particularmente, o Centro de Ciências da Saúde (CCS) possui 25 cursos de graduação, com 12.555 alunos ativos e 683 com matrícula trancadas. A Faculdade de Medicina, Unidade

Acadêmica que integra o CCS, conta também com 1.256 alunos ativos e 28 com matrículas trancadas do curso de medicina.

A Maternidade Escola da UFRJ recebe alunos de nove cursos de graduação da UFRJ para estágio curricular. No ano de 2019, a Maternidade Escola recebeu da Faculdade de Medicina 934 (novecentos e trinta e quatro) alunos, sendo 196 (cento e noventa e seis) alunos do M8, 98 (noventa e oito) alunos da disciplina fundamentos da prática obstétrica, 3 (três) alunos da disciplina fórceps e práticas obstétricas, 252 (duzentos e cinquenta e dois) alunos do internato rotatório de obstetrícia, 270 (duzentos e setenta) alunos do internato rotatório em pediatria e 94 (noventa e quatro) alunos do internato rotatório em saúde coletiva, 7 (sete) alunos do internato eletivo em pediatria e 14 (catorze) alunos do internato eletivo em obstetrícia.

Os alunos da UFRJ têm a oportunidade de participar de projetos de ensino, pesquisa e extensão, através de atividades de natureza científica, artística e cultural, sob a orientação de professores qualificados, podendo receber uma bolsa de estudo: Monitoria, Iniciação Científica ou Iniciação Artística e Cultural.

Também fazem parte das atividades acadêmicas dos estudantes da UFRJ estágios supervisionados, trabalhos de campo e frequentar cursos extracurriculares, além de disporem de bibliotecas e centenas de laboratórios distribuídos nos centros universitários. Muitos de nossos alunos fazem pesquisa e participam da Jornada de Iniciação Científica e da Jornada de Iniciação Artística e Cultural, apresentando seus trabalhos, ao lado de alunos de pós-graduação (UFRJ, 2019).

A Política da graduação é exercida, desde a reestruturação da UFRJ pela Pró Reitoria de Graduação/PR1, sendo a responsável pelos cursos de graduação, pela política acadêmica a eles relacionada, pela supervisão e controle de sua execução pelos Centros e Unidades Universitárias, supervisão das atividades didáticas, planejamento e supervisão do programa de atividades culturais, desportivas, recreativas e extracurriculares, elaboração de normas e planos concernentes à concessão de bolsas e assistência financeira, relacionadas com o processo de formação profissional, facilidades relativas ao livro didático e ao material escolar, alojamento, alimentação e transporte dos estudantes em coordenação com os competentes órgãos administrativos especiais, assistência médica, social e jurídica aos estudantes, elaboração de normas para o regime disciplinar, orientação da comunidade estudantil e assistência aos seus problemas e aspirações (UFRJ, 2019).

Embora a Faculdade de Medicina tenha outros cursos de graduação além da medicina, vem também se relacionando com várias Unidades Hospitalares da UFRJ, através do ensino do curso médico por meio do internato, pós-graduação e pesquisa e extensão. Esses hospitais têm

sido cenários de prática para os internos nas grandes áreas da medicina. A Maternidade Escola na qualidade de um desses Hospitais Universitários tem abrigado os alunos dos internatos rotatórios e eletivos do curso médico nas áreas de obstetrícia, pediatria e saúde coletiva.

#### 2.1.8 Pós-Graduação e Pesquisa

A Universidade Federal do Rio de Janeiro possui o total de 697 cursos de pós-graduação, sendo 233 cursos *stricto sensu*, com 99 cursos de doutorado, 103 de mestrado acadêmico e 31 de mestrado profissional. Quanto aos cursos *lato sensu* a UFRJ possui o total de 464, sendo 344 de especialização e 120 de residência.

No segundo período de 2019, a UFRJ contou com o total de 14.312 alunos de pós-graduação com matrícula ativa e 309 com matrículas trancadas. Destes alunos ativos, 5.830 são de doutorado, 4.493 de mestrado acadêmico, 1.254 de mestrado profissional, 2.165 de especialização e 570 de residência.

Os cursos são ofertados pelas Unidades Acadêmicas e Centros, distribuídos pelos seus Campi. O CCS dispõe do total de 68 cursos *stricto sensu* e 169 cursos *lato sensu*. Dos cursos *stricto sensu* 29 são de doutorado, 30 de mestrado acadêmico, 9 de mestrado profissional e 46 residências. O CCS contou com um total de 4.006 alunos de pós-graduação com matrícula ativa. Desses alunos, 1.325 são de doutorado, 947 de mestrado acadêmico, 363 de mestrado profissional, 1.130 de especialização e 241 de residência.

Particularmente a Faculdade de Medicina têm sete programas de pós-graduação e, contou no segundo semestre de 2019, com o total de 541 alunos com matrícula ativa de pós-graduação. Desses alunos, 180 são de doutorado, 190 de mestrado acadêmico, 56 de mestrado profissional e 115 de especialização.

Em relação a Maternidade Escola abriga o curso *stricto sensu* através do Programa de Mestrado Profissional que contou com 35 alunos no segundo semestre de 2019, bem como dos cursos *lato sensu*, conta com 153 alunos, perfazendo um total de 188 alunos de pós-graduação.

Além dos seus próprios programas, mantém parcerias com outros programas de alguns Institutos e Unidades Hospitalares, a saber: Programa de Mestrado em Saúde Materno Infantil do IPPMG, Programa de Pós-Graduação em Psiquiatria e Saúde Mental do Instituto de Psiquiatria da Universidade Federal do Rio de Janeiro-IPUB, Programa de Mestrado Profissional em Saúde Perinatal da Maternidade Escola/ME, Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva/IESC e com o Programa de Mestrado Profissional em Atenção Primária do

Instituto de Atenção à Saúde São Francisco de Assis-HESFA, já que grande parte do corpo docente desses cursos e/ou programas e instâncias deliberativas pertencem à Unidade Acadêmica Faculdade de Medicina (UFRJ, 2019).

Considerando de um modo geral, que o mestrado profissional ainda é incipiente nas Universidades Públicas do Brasil, bem como sua relevância mercadológica, entendemos ser conveniente salientar que o perfil do Mestrado profissional/MP tem se caracterizado pela capacidade de conduzir o processo de inovação e produção do conhecimento formulando projetos voltados para responder aos problemas apontados na área de atuação do indivíduo, avaliando o impacto das intervenções utilizadas, ou seja, trata-se de profissional de alto nível, apto a compreender, realizar pesquisas de modo em que a produção de novos conhecimentos dê subsídios para o desenvolvimento organizacional (HORTALE *et al.*, 2010).

Com esse espírito do entendimento sobre o mestrado profissional a UFRJ, lançou o Programa de Qualificação Institucional/PQI, através da Portaria nº 7.555 de 29 de agosto de 2017, voltado para o corpo docente e técnico-administrativo em educação. Os programas de pós-graduação interessados lançam à adesão para participar do referido programa, informando o número de vagas a ser oferecida em Edital de concorrência pública. Em contrapartida poderão receber recursos orçamentários equivalentes ao valor da bolsa CAPES pelo preenchimento de vaga por servidor ativo do quadro permanente da UFRJ.

A instância responsável por essa área é a Pró Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa/PR2 que têm a competência da formulação, coordenação e supervisão de normas para o funcionamento dos cursos de pós-graduação, bem como as regras para avaliação e registro das atividades de pesquisa, com o objetivo de contribuir para a formação de cidadãos com alto nível de qualificação, para o crescimento e a disseminação da produção científica, artística e cultural e para o desenvolvimento tecnológico do país, visando o fortalecimento da qualidade da pós-graduação na UFRJ, envolvendo de forma abrangente todas as áreas de conhecimento (UFRJ, 2019).

Tem como missão o envolvimento da comunidade acadêmica com a pesquisa e com a pós-graduação que se deu, a partir dos anos de 1960. Desde então, de forma crescente, a instituição vem valorizando e incentivando as atividades voltadas para estas iniciativas. O reconhecimento da importância da pesquisa para o processo de produção do conhecimento direcionado para a sociedade e para o desenvolvimento do país tem, portanto, predominado como diretriz a atuação institucional. Alinhada a esse quadro a qualidade da pós-graduação da UFRJ é marca presente em todas as áreas de conhecimento e sua relevância é indiscutível no cenário nacional (UFRJ, 2019).

### 2.1.9 Institucionalização da Pesquisa Científica na Universidade Brasileira

Com relação estrita à pesquisa no Brasil foi usado como referência dois exemplos mais marcantes de universidades no Brasil durante a década de 1930. Inicialmente, a Universidade de São Paulo (USP), fundada em 1934, reconhecida como instituição pioneira na implantação da pesquisa científica na universidade brasileira. Muito posterior à USP, surgiu a Universidade do Distrito Federal (UDF), em 1935, na esfera municipal decorrida do sonho, projeto e realização de Anísio Spínola Teixeira (1900-1971), cooptado por considerável grupo de intelectuais.

Dois posições marcaram o projeto de Anísio Teixeira: o primeiro a esperança, logo a seguir, o triste futuro reservado à UDF, porém esse legado marcou a historiografia da educação superior no Brasil. Conforme dizer de Fávero (2006) foi uma utopia vetada. A UDF teve suas portas fechadas em 1939 e terminaria sendo incorporada à planejada Faculdade Nacional de Filosofia.

A outra marcante ocorrência foi a original participação da cadeira de física biológica da Faculdade de Medicina da Universidade do Rio de Janeiro (URJ) na institucionalização da pesquisa, já que o professor Carlos Chagas Filho, após retornar de estágio em laboratórios do Instituto Pasteur, na França, pretendia implantar um projeto de pesquisa na Faculdade de Medicina. Como catedrático de biofísica da Faculdade Nacional de Medicina (FNM) da UB, criou o laboratório de biofísica que ainda integrava à FNM da UB, que posteriormente foi de fundamental relevância para a fundação do Instituto de Biofísica atualmente levando seu nome (ALMEIDA, 2012b).

Nesta época, a estruturação da pesquisa estava sendo moldada pelo eminente professor Carlos Chagas Filho, a partir do momento em que se fazia o devido planejamento para as atividades científicas, bem como definia sua equipe de trabalho, conforme demonstra o quadro abaixo.

**Quadro 1:** Pessoal do Laboratório de Biofísica – 1945

Diretor: Carlos Chagas Filho, catedrático de biofísica
Livre-docentes de biofísica: Tito Enéas Leme Lopes, técnico especializado; José Moura Gonçalves, tec. esp.
Doutor em ciências médicas: Aristides Azevedo Pacheco Leão, tec. esp. Doutores em medicina: Angelo Lobo Machado, tec. esp.; Lafayette Rodrigues Pereira, tec. esp.; Manoel Frota Moreira, tec. esp.; Antonio Moreira Couceiro, voluntário; Pedro Cavalcanti, voluntário; Hiss Martins Ferreira, biólogo; Marisa Xavier Oliveira (Musacchio, pelo casamento), bióloga; Alberto Barbosa Hargreaves, assistente de ensino
Técnica especializada: Hertha Meyer
Radiotécnico: Miguel M. Cesar
Laboratorista: Laura Gouvea Vieira; e mais um cargo vago
Monitor: Osvaldo L. Maior
Secretária: Yolanda Machado da Silva
Datilógrafas: Maria Gabriela Machado; Maria de Lourdes Silva
Serventes: Augusto da Silva; Jorge Castro Lima; Moacyr Eloi Rosa; Heraldo Gallo

Fonte: Ofício de Chagas Filho (s.d.) ao reitor da UB, presumivelmente do final de 1945 (outubro?) (CHAGAS FILHO, 1930-1940).

#### 2.1.10 A pesquisa e os rankings

Há vários segmentos que trabalham com indicadores para fazer o ranking das Universidades no mundo e no Brasil. Em 2019, o Ranking Universitário Folha (RUF), que é uma avaliação anual de instituições pública e privada do ensino superior em todo o Brasil, divulgou o resultado em sete de outubro. Os indicadores avaliados em 2019 foram ensino, pesquisa, mercado, inovação e internacionalização. A UFRJ ocupou o terceiro lugar no ranking nacional. O primeiro e segundo lugar foi conquistado por duas universidades estaduais paulistas, a Universidade de São Paulo (USP) com 98,02 pontos e a Universidade de Campinas (UNICAMP) com 97,09 pontos. Contudo, a UFRJ ficou classificada com 97 pontos, aparecendo no topo da lista das melhores universidades do país, protagonizando a melhor universidade pública federal no ranking RUF 2019. A diferença mínima entre as duas primeiras colocadas foi 0,09.

**Figura 3** - Desempenho das principais universidades brasileiras em pesquisa

## Desempenho das principais universidades brasileiras em pesquisa

Período 2011-2016

Universidade	Documentos na Web of Science	Impacto da citação	Artigos no Top 1 (%)	Artigos no Top 10 (%)
Univ. de São Paulo (USP)	54.108	0,93	1,06	7,96
Univ. Estadual Paulista	20.023	0,79	0,69	6,10
Univ. Estadual de Campinas	17.279	0,94	1,22	8,35
Univ. Federal do Rio de Janeiro	16.203	0,93	1,11	8,18
Univ. Federal do Rio Grande do Sul	14.611	0,89	0,86	6,6
Univ. Federal de Minas Gerais	13.294	0,88	0,67	6,24
Univ. Federal de São Paulo	10.667	0,93	1,05	6,15
Univ. Federal do Paraná	8.233	0,67	0,44	5,31
Univ. Federal de Santa Catarina	7.908	0,91	0,66	6,79
Univ. do Estado do Rio de Janeiro	6.433	1,01	1,45	8,98
Univ. Federal de Pernambuco	6.420	0,73	0,48	5,51
Univ. Federal de Viçosa	6.373	0,63	0,56	4,33
Univ. de Brasília	6.218	0,89	1,13	6,10
Univ. Federal de São Carlos	5.794	0,72	0,50	6,28
Univ. Federal de Santa Maria	5.750	0,65	0,24	4,96
Univ. Federal do Ceará	5.621	0,76	0,75	6,12
Univ. Federal Fluminense	5.441	0,71	0,70	5,99
Univ. Federal de Goiás	4.217	0,74	0,81	5,90
Univ. Federal da Bahia	4.198	0,81	0,88	6,77
Univ. Estadual de Maringá	4.067	0,61	0,44	4,50

Fonte: *Research in Brazil - A report for CAPES by Clarivate Analytics - 2017*

## 2.2 Estrutura Organizacional

Para definir a estrutura organizacional, utilizaremos o conceito de Chandler (1962), pois foi o primeiro teórico a defender a criação de um plano estratégico antes da elaboração de uma estrutura organizacional, em outras palavras, a estratégia deve preceder da estrutura. Defendeu também a descentralização das grandes empresas, em voga nas décadas de 1960 e 1970.

A estrutura organizacional pode ser conceituada como o desenho por meio do qual a empresa e/ou instituição é administrada. É constituída de três básicas funções: realizar produtos organizacionais e atingir metas organizacionais; diminuir ou regulamentar a influência das variações das pessoas na organização; e representar o contexto no qual o poder é exercido (CHANDLER, 1962). Trata-se da forma como a empresa e/ou instituição é organizada acerca da divisão das atividades e recursos com a finalidade de cumprir a missão da organização.

### 2.2.1 Da UFRJ

Para discorrer sobre a constituição da estrutura dessa renomada instituição, fizemos a utilização do seu Estatuto, versão disponível no portal da UFRJ, acesso através do link [https://consuni.ufrj.br/images/Legislacao/ESTATUTO\\_DA\\_UFRJ\\_ATUAL\\_27-06-2019.pdf](https://consuni.ufrj.br/images/Legislacao/ESTATUTO_DA_UFRJ_ATUAL_27-06-2019.pdf). A Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ, instituição de ensino, pesquisa e extensão, com sede na cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, criada pelo Decreto nº 14.343, de 7 de setembro de 1920, com o nome de Universidade do Rio de Janeiro, sendo reorganizada pela Lei nº 452, de 5 de julho de 1937, recebendo o nome de Universidade do Brasil. Passou a denominar-se Universidade Federal do Rio de Janeiro em 05 de novembro de 1965, através da Lei nº 4.831. Atualmente é constituída de acordo com o Plano de Reestruturação aprovado pelo Decreto nº 60.455-A, de 13 de março de 1967.

É pessoa jurídica de direito público, estruturada na forma de autarquia de natureza especial, dotada de autonomia didático-científica, administrativa, disciplinar e de gestão financeira e patrimonial conforme o Estatuto da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, 2019).

A UFRJ constitui-se dos conjuntos de órgãos de infraestrutura; de estrutura média; e da estrutura superior. Os órgãos colegiados, da Estrutura Superior, dos Centros e das Unidades Universitárias, deverão obedecer ao princípio da gestão democrática, com representação docente de no mínimo 70% (setenta por cento) e a garantia de participação de discentes, técnico-administrativos, antigos alunos e membros da comunidade externa, como previsto na legislação vigente (UFRJ, 2019).

Os órgãos de infraestrutura são integrados pelos órgãos de execução do ensino, da pesquisa e da extensão e por órgãos suplementares de natureza técnica, científica e cultural.

A estrutura média é constituída por um conjunto de Centros, órgãos de coordenação das atividades universitárias nas suas grandes áreas de ensino de ensino, pesquisa e extensão e pelo Fórum de Ciência e Cultura, pelo Complexo Hospitalar e pelo Complexo de Formação de Professores da UFRJ Resolução do CONSUNI nº 19/2018 (CONSUNI/UFRJ, 2018).

Os Centros Universitários são constituídos das Unidades Universitárias, denominadas também de Unidades Acadêmicas e Órgãos Suplementares, estando enquadrados os Hospitais Universitários comumente chamados de Unidades Hospitalares, cujos objetivos de ensino, pesquisa, extensão e prestação de serviços abrangem setores afins de conhecimento Resolução do CONSUNI nº 02/2008 (CONSUNI/UFRJ, 2008).

A Estrutura Média poderá incluir a coordenação administrativa e acadêmica de atividades fora da sede, quando localizadas em Campi Resolução do CONSUNI nº 02/2008 (CONSUNI/UFRJ, 2008). Também compõe a estrutura média, o Complexo Hospitalar que é constituído por todas as Unidades Universitárias ou Órgãos Suplementares que prestam assistência de saúde a pacientes internados e/ou ambulatoriais. As Unidades que compõe o Complexo Hospitalar serão objeto de Resolução nº 28/2010 específica do Conselho Universitário (CONSUNI/UFRJ, 2010).

A Estrutura Superior é constituída dos seguintes órgãos de jurisdição sobre toda a Universidade Federal do Rio de Janeiro: **de deliberação:** a) Conselho Universitário (CONSUNI); b) Conselho de Curadores; c) Conselho de Ensino de Graduação (CEG); e d) Conselho de Ensino para Graduados (CEPG) e Conselho de Extensão Universitária (CEU); **de direção:** a) Reitoria; e b) Superintendências Gerais; **de coordenação:** a) Conselho Superior de Coordenação Executiva; **de assessoramento:** a) Comissão Permanente de Pessoal Docente; e b) Comissão Permanente do Pessoal Técnico-Administrativo (UFRJ, 2019).

Quanto as competências e as atribuições dos órgãos enunciados acima, serão detalhadas no Regimento Geral da Universidade Federal do Rio de Janeiro, obedecidas as disposições deste Estatuto e da legislação em vigor (UFRJ, 2019).

### 2.2.2 Das Unidades Acadêmicas - A Faculdade de Medicina (FM)

As Unidades Acadêmicas das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), especificamente a UFRJ compreendem as Escolas, Faculdades, Institutos e Núcleos. Seu compromisso com o ensino é a formação de recursos humanos com o olhar humanístico, crítico e reflexivo. No seguimento da pesquisa, é a produção e difusão do conhecimento e a inovação tecnológica e, com a extensão a interação com a comunidade (UFRJ, 2019).

Desse modo, passo a demonstrar como as Unidades Acadêmicas se organizam. De acordo com a estrutura organizacional da UFRJ, estão inseridas entre os órgãos de infraestrutura.

Obedecem ao princípio da gestão democrática, com as devidas representações de suas categorias. Seus departamentos são considerados a menor fração da estrutura da UFRJ, para os efeitos de organização administrativa, didático-científica e de distribuição de pessoal, compreende disciplinas afins e congrega professores para objetivo comum de ensino, pesquisa e extensão, estando sob a jurisdição do Corpo Deliberativo (UFRJ, 2019).

O Departamento é dirigido por um Chefe, designado pelo Diretor da Unidade Acadêmica, mediante prévia indicação do corpo deliberativo pelo voto da maioria dos presentes, à reunião convocada para este fim, sendo preferido, em caso de empate, o mais antigo na categoria (UFRJ, 2019).

Atualmente a Faculdade de Medicina tem catorze departamentos contando com a fonoaudiologia, fisioterapia, terapia ocupacional e medicina de família e comunidade, além daqueles que estão demonstrados no organograma. De acordo com Estatuto da UFRJ, Art. 53, parágrafo 1º integram, no plano pedagógico, a estrutura departamental da Faculdade de Medicina, os Órgãos Suplementares do Centro de Ciências da Saúde, o Instituto de Ginecologia, o Instituto de Neurologia Deolindo Couto, o Instituto de Psiquiatria, o Instituto de Puericultura e Pediatria Martagão Gesteira, o Instituto de Doenças do Tórax e o Instituto do Coração. Atualmente está aguardando a apreciação no Colegiado máximo da UFRJ, CONSUNI, a atualização do seu Regimento.

O Corpo Deliberativo é composto pelos professores Titulares, professores Associados, professores Adjuntos e professores contratados a esses níveis, além de um representante dos professores Assistentes e contratados no mesmo nível, um representante dos professores Auxiliares, representantes do Corpo Discente, eleitos entre os alunos das disciplinas compreendidas no Departamento, e representantes do corpo técnico-administrativo, na forma da legislação vigente Resolução do CONSUNI nº 03/2009 (CONSUNI/UFRJ, 2009).

Com relação a estrutura técnica da Unidade Universitária é constituída pelos laboratórios que integram os departamentos e pelo conjunto de órgãos e serviços complementares que apoiam as suas atividades, definidos no Regimento da Unidade (UFRJ, 2019).

Quanto à estrutura administrativa da Unidade Universitária da UFRJ, compreende os órgãos deliberativos, consultivos, de direção executiva e de administração (UFRJ, 2019).

A Congregação é o órgão deliberativo da Unidade Universitária com exceção dos Institutos Especializados. A Congregação é constituída pelo Diretor (presidente), pelo Vice-Diretor; pelas categorias docentes: por até cinco representantes dos professores titulares; por dois representantes dos professores associados; por dois representantes dos professores adjuntos; por um representantes dos professores assistentes e professores auxiliares; pelos professores eméritos; por representantes do corpo discente; por representantes do corpo técnico-administrativo; por um representante dos ex-alunos; pelos chefes dos departamentos e por um representante da comunidade externa (UFRJ, 2019).

Os representantes das categorias que compõem o corpo social da Unidade serão eleitos pelos seus pares e terão mandato e forma de escolha conforme preconiza o Regimento da Unidade, não sendo considerado para quórum o número de professores eméritos. (UFRJ, 2019).

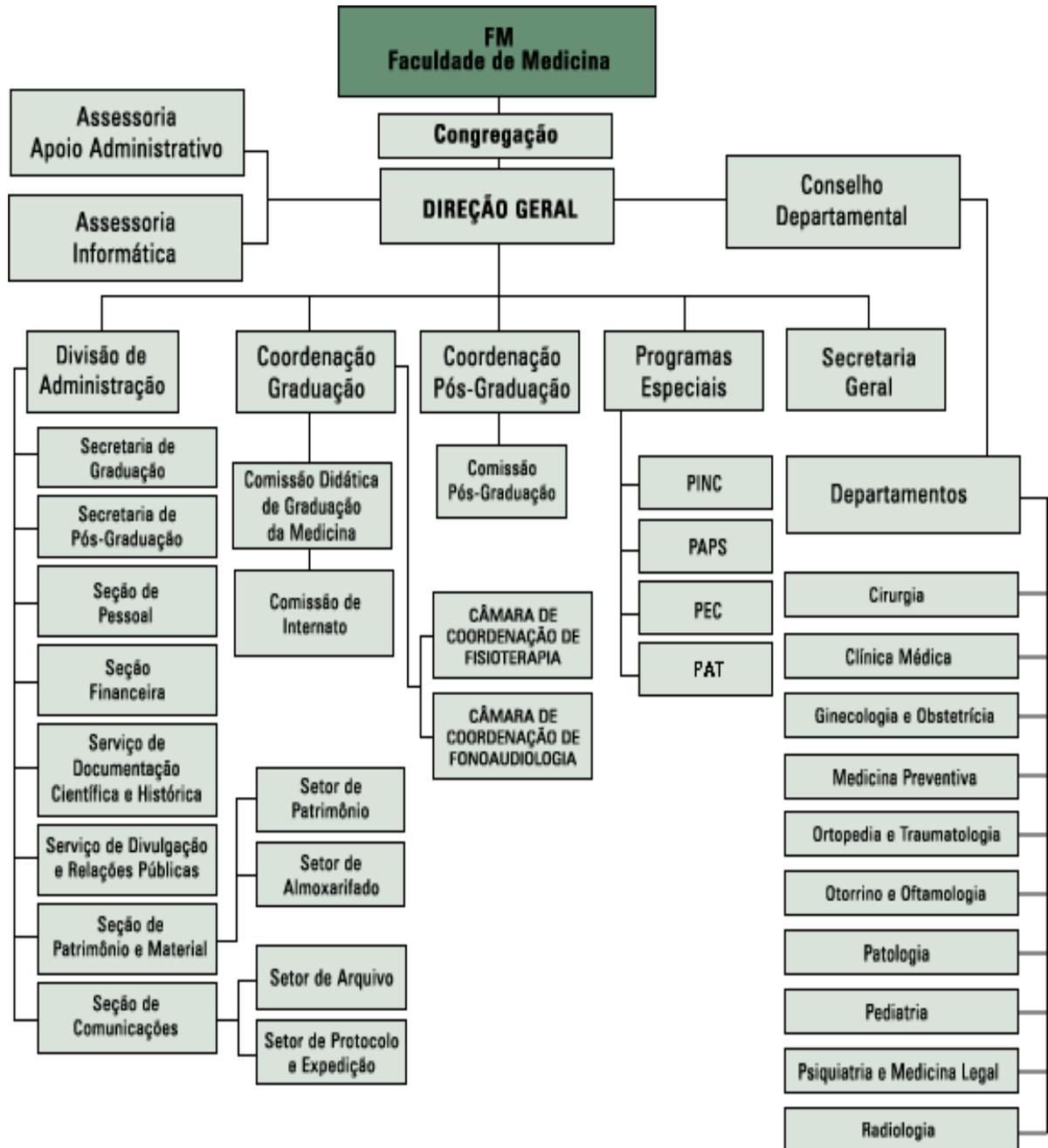
Ela também poderá dividir-se em Câmaras, em função de objetivos especiais. No Instituto Especializado, o seu Regimento definirá a composição e competência do órgão colegiado deliberativo (UFRJ, 2019).

O Conselho Departamental é o órgão consultivo e é constituído pelo Diretor (presidente), Vice-Diretor, Diretores Adjuntos, quando previstos no Regimento da Unidade, Chefes dos Departamentos e representantes dos corpos discentes e técnico-administrativos (UFRJ, 2019).

A Unidade Acadêmica é dirigida por um Diretor, que terá o mandato de 4 (quatro) anos, sendo permitida uma única recondução. O Diretor e o Vice-Diretor são nomeados pelo Reitor dentre os indicados pela Congregação, nos termos da legislação vigente (UFRJ, 2019).

Os órgãos da administração da Unidade Acadêmica serão instituídos de acordo com o seu próprio Regimento. Abaixo apresentamos o organograma da estrutura organizacional da Faculdade de Medicina, porém nesse momento faltam as incorporações de algumas instâncias criadas e atualizadas no novo Regimento encaminhadas ao CONSUNI, aguardando aprovação

Figura 4- Organograma da FM/UFRJ



Fonte: UFRJ/FM, 2017.

### 2.2.3 Dos Hospitais Universitários - A Maternidade Escola (ME)

Com relação aos Hospitais Universitários (HU) são conceituados de várias formas devido à heterogeneidade das instituições hospitalares brasileiras. Tradicionalmente um hospital universitário é conceituado como uma instituição caracterizada por uma extensão de uma unidade de ensino em saúde podendo ser uma Faculdade ou Escola; proporcionando treinamento em serviço na área de saúde, servindo de campo de estágio curricular para os alunos de graduação; ser reconhecido oficialmente como hospital de ensino, estando vinculado a uma IES, oportunizar atendimento de maior complexidade (nível terciário) a uma parcela da população, sendo necessárias, portanto, qualidade e integralidade em suas ações pautadas nos princípios e diretrizes do SUS (NOGUEIRA *et al.*, 2015).

Segundo o Estatuto da UFRJ, entende-se que os Hospitais Universitários da UFRJ estão enquadrados de forma isolada como Órgãos Suplementares. São integrantes da infraestrutura vinculados ao Centro de Ciências da Saúde. Eles serão instituídos em caráter permanente ou temporário, pelo Conselho Universitário/CONSUNI, por iniciativa do Reitor ou dos Conselhos de Coordenação dos Centros Universitários.

Os Órgãos Suplementares compreendem os Núcleos que, com recursos próprios ou congregando recursos de uma ou mais Unidades Acadêmicas, se destinam ao desenvolvimento de projetos de programas de pesquisa, de extensão e de treinamento de interesse da UFRJ ou de instituições públicas ou privadas; as Organizações de Prestação de Serviços que, além de colaborarem com as Unidades Acadêmicas na execução do ensino, da pesquisa e da extensão, visam ao atendimento de problemas da comunidade; e os Institutos Especializados (UFRJ, 2019).

São disponibilizados vários conceitos sobre os Hospitais Universitários, entretanto nesta abordagem foi realizada o uso da Portaria Interministerial (Ministério da Saúde e Ministério da Educação) nº 285 de 24 de Março de 2015, que se considera Hospitais de Ensino (HE): estabelecimentos de saúde que pertencem ou são conveniadas a uma Instituição de Ensino Superior (IES), pública ou privada, que sirvam de campo para a prática de atividades de ensino na área da saúde e que sejam certificados conforme o estabelecido nesta Portaria. A UFRJ dispõe de nove hospitais universitários que formam o Complexo Hospitalar, incluído na estrutura média e implantado em 2008.

O Complexo Hospitalar é representado pelo conjunto de unidades hospitalares, geral e especializados, integrado a área acadêmica através das Unidades Acadêmicas vinculadas ao CCS, que possuem complementariedade e interdependência de atuação necessariamente não

sediados na mesma área geográfica reunidos numa mesma administração centralizada própria, com o mesmo Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) desdobrado em filiais, podendo manter os nomes fantasias e número de Sistema Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde (SCNES) em cada estabelecimento que o compõe Portaria Interministerial nº 285, de 24 de março de 2015 (BRASIL, 2015).

**Figura 5** – Complexo Hospitalar da UFRJ



**Fonte:** Elaborado pela autora, 2018.

A Maternidade Escola é um hospital especializado em saúde perinatal da UFRJ certificado conforme Portaria Interministerial nº 285/15, sendo reconhecido como um Hospital Universitário. Ela se relaciona com várias Unidades Acadêmicas da UFRJ, especialmente com a Faculdade de Medicina através do curso de graduação, pós-graduação e pesquisa e extensão/assistência.

**Figura 6** - Organograma da Maternidade Escola



**Fonte:** MATERNIDADE ESCOLA, 2018.

#### 2.2.4 Breve histórico do seu papel

O termo hospital originou-se do vocábulo *hospes* cujo significado era hóspede ou convidado. Por muitos anos outras derivações compartilhavam com essa denominação tais como *hospitalis* (ser hospitaleiro e *hospitium* (acomodações em que hóspedes eram recebidos), tanto como *nosocomium* (lugar ou asilo de doentes, enfermos).

Há muitas controvérsias quanto a origens dos hospitais, portanto, parece evidente que foi a partir do século IV, com o crescimento do cristianismo, que os hospitais se expandiram, sendo reconhecidos como instituição. Desde o século XVIII, o hospital passou a ter a concepção de serviços terapêuticos, intervindo sobre a doença e o enfermo, podendo proporcionar a cura. Nesse novo contexto, o hospital passou a incorporar a figura de hospital médico, decorrente de fatores que modificaram as práticas dos serviços hospitalares, mudando o foco da intervenção e a instituição de fluxo para esse ambiente (ARAUJO; LETA, 2014).

Desde à época, essas instituições passaram por grandes transformações conceituais e organizacionais. Dentre estas mudanças chamamos à atenção aos hospitais vinculados às escolas médicas, que surgiu como uma das recomendações do relatório *Flexner* (1910).

A partir de então, inicia-se um novo conceito de hospital, o hospital de ensino, que quando está vinculado a uma Universidade, também é denominado como Hospital Universitário, incorporada as atividades de ensino, pesquisa e assistência (ARAUJO; LETA, 2014). Na UFRJ os Hospitais Universitários estão vinculados ao Centro de Ciências da Saúde. Contudo, em outras IES os Hospitais de Clínicas e/ou Gerais estão subordinados à Faculdades de Medicina de suas instituições.

No Brasil, os HU são centros de formação de recursos humanos e de desenvolvimento tecnológico para a área da saúde prestando serviços à população, possibilitando o aprimoramento do atendimento e a elaboração de protocolos técnicos, oferecendo atualização aos profissionais de saúde através da educação continuada, garantindo assim padrões de eficiência à disposição do SUS (BRASIL, 2017). Nesse contexto, os hospitais universitários têm sido entendidos como sistemas complexos devido as competências e interfaces com as unidades acadêmicas das Instituições de Ensino Superior/IES.

No ano de 2004 passa a ser submetido ao processo de avaliação sendo formalizado em 2007 e, através da certificação ocorre o processo de contratualização (BRASIL, 2010).

Vale destacar que a contratualização veio para proporcionar a melhoria do desempenho, incrementar a prestação de contas, aprimorar a gestão, melhorar a assistência e a maior inserção dos hospitais de ensino na rede de serviços no âmbito do Programa de Reestruturação dos Hospitais de Ensino no Sistema Único de Saúde/SUS (LIMA; RIVERA, 2012).

A relação entre as escolas e/ou faculdades de medicina e os hospitais de ensino nos remete a obra de *Foucault*, o nascimento da clínica, onde é retratado a indissociabilidade entre a assistência-ensino. (FOUCAULT, 1977).

A literatura aponta que os HU do Brasil foram pensados para exercer esta mesma atribuição, ou seja, um hospital que ensina. Partindo deste princípio o hospital perdeu sua característica meramente assistencial, passando a ser também um local de formação e cenário de prática para o ensino médico bem como de outras modalidades de cursos de graduação da área da saúde.

O século XXI tem como papel central a cura, através do ensino busca-se a cura e melhoria do sistema de saúde. Suas características são ensino, pesquisa e assistência, abordagem biológica e social da saúde, humanização e interdisciplinaridade da assistência (ARAUJO; LETA, 2014).

Dentre os Hospitais Universitários que formam o Complexo Hospitalar da UFRJ, temos a Maternidade Escola/ME. A ME, oferece cursos *lato-sensu* na modalidade especialização e várias modalidades de residência; no *stricto-sensu*, o Programa de Mestrado Profissional em Saúde Perinatal, a partir do ano de dois mil e quinze. Possui, também, programa de extensão, e parcerias com Unidades da UFRJ e externas à UFRJ.

Embora a maioria dos HUS tenham a tripla missão o ensino, a pesquisa e a assistência, bem como está presente na definição oficial do Ministério da Educação e Cultura/MEC, ela ainda não foi, de fato, interiorizada na prática dessa instituição. A falta de estrutura específica para a pesquisa, a falta de financiamento adequado, o processo de contratualização, a demanda assistencial e o déficit de pessoal, são alguns fatores preponderantes para tal (ARAUJO; LETA, 2014).

**Figura 7-** Maternidade Escola, [s.d.].



**Fonte:** Acervo Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1906.

### 2.3 Contextualizando a Unidade Acadêmica e o Hospital Universitário através das suas missões

**Quadro 2-** Missão da Faculdade de Medicina e Maternidade Escola da UFRJ.

<b>Faculdade de Medicina</b>	<b>Maternidade Escola</b>
Missão	Missão
Formar profissionais com conhecimentos técnico-científicos sólidos e atualizados, atitude ética e humanística e concepção abrangente dos determinantes e condicionantes de saúde na sociedade, comprometidos com a saúde dos indivíduos, das famílias e da coletividade, em todos os níveis de atenção, para atuar no cuidado, na pesquisa e na administração em saúde em prol da qualidade de vida. Realizar atividades de ensino, pesquisa e extensão que contribuam para o avanço do conhecimento e que respondam às demandas do indivíduo, da sociedade e do Sistema Único de Saúde, promovendo evidências ao processo de tomada de decisão no âmbito das políticas públicas.	Promover o ensino, através do desenvolvimento de modelos de gestão clínica, pesquisa e inovação tecnológica em saúde perinatal, visando a formação de profissionais com compromisso social.
Visão	Visão
A Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro contribui para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e igualitária mediante a construção de conhecimentos e a formação, de caráter interdisciplinar, de médicos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos e terapeutas ocupacionais comprometidos com a saúde da população brasileira em um sistema universal, integral e equânime.	Ser reconhecido como centro de referência em modelos de ensino, pesquisa e inovação tecnológica na assistência perinatal.

Fonte: FM/ME-UFRJ, 2019

A Maternidade Escola e a Faculdade de Medicina da UFRJ interagem entre si através do ensino, pesquisa e extensão/assistência. Na graduação ambas as Unidades Universitárias, interagem através das disciplinas do 8º (oitavo) período e dos internatos do curso médico.

Contudo, através do ensino de graduação os Hospitais Universitários passam a ter um papel fundamental no ensino, pesquisa e extensão. Assim, o ensino é considerado indissociável entre a Faculdade de Medicina e os Hospitais Universitários da UFRJ.

Essa última etapa do curso médico, o internato, é constituído pelo estágio curricular obrigatório de treinamento em serviço. De acordo com Teixeira *et al.*, (2015) nesta etapa do curso, o aluno deverá vivenciar o aprendizado e desenvolver competência para a “*práxis médica*”.

A última etapa do curso médico é composta pelo estágio curricular obrigatório de treinamento em serviço, denominado internato. Nessa etapa do curso, o aluno tem a vivência de forma mais direta e concreta da prática da medicina, deixando de ser um mero observador para atuar de forma mais ativa sob a supervisão de preceptores (PONTES; SOUZA-MUÑOZ, 2014).

Desse modo o currículo do internato deve ser organizado de maneira a proporcionar oportunidades de aprendizagem que sejam representativas da realidade do exercício da medicina (TEIXEIRA *et al.*, 2015).

Existe no Brasil, uma grande diversidade de cenários de prática para o internato médico, que inclui desde serviços altamente especializados em hospitais terciários, ambulatórios de especialidades, hospitais gerais e até Unidades de Saúde da Família e Unidades de Pronto Atendimento (UPA) (TEIXEIRA *et al.*, 2015).

O estágio do ciclo profissional dos alunos de medicina começou a ser realizado como complementação do curso no ano de 1940, seguindo o modelo de formação americano. Contudo, o internato médico somente foi oficializado em 1969, quando tornou-se obrigatório através de uma resolução do Conselho Federal de Educação, e regulamentado em 1983 (PONTES; SOUZA-MUÑOZ, 2014).

Em 1996 foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDB que tem a premissa de estabelecer as finalidades nos diversos níveis do ensino. Ela concedeu autonomia didático-científica às universidades, assegurando entre outras atribuições a de fixar os currículos e programas dos cursos.

Esse instrumento legal serviu para nortear as Instituições de Ensino Superior (IES) na orientação de seus programas de formação, permitindo assim um currículo mais flexibilizado, privilegiando a indicação de áreas do conhecimento a serem consideradas, ao invés de estabelecer disciplinas e cargas horárias definidas, recomendando que as mudanças curriculares fossem orientadas pelos perfis profissionais da demanda social (STELLA; PUCCINI, 2008).

No Brasil, nos últimos vinte anos, têm se percebido uma agilização do debate sobre o ensino médico em função da implantação de reformas curriculares para os cursos de medicina. As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) de 2001 e 2014 substituíram a rigidez de formas e dos conteúdos da grade curricular anteriormente decretado pela Lei da Reforma Universitária em 1968, e flexibilizaram a construção dos projetos pedagógicos, respeitando a autonomia das IES permitindo a inovação e a diversificação na formação profissional (KUSSAKAWA; ANTONIO, 2017).

O Brasil ainda vivia o modelo de assistencialismo em saúde, voltado para o atendimento hospitalocêntrico. Com a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), esse modelo de educação em saúde tornou-se inconsistente, uma vez que não era capaz de atender integralmente às demandas da população albergada pelo SUS, devido a não personalidade generalista que esses médicos carregavam consigo (MEIRELES; FERNANDES; SILVA, 2019).

Levando em consideração ao movimento a respeito das críticas ao modelo da educação médica até então vivenciado no País, foram criadas no ano de 2001, as primeiras Diretrizes Curriculares Nacionais/DCN para o curso de medicina. Segundo Pontes e Souza-Muñoz (2014), os princípios da formação médica no Brasil começaram a modificar a partir das últimas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Medicina, instituídas pelo MEC em 2001.

Esse documento que deveria guiar a composição curricular das escolas médicas, propôs habilidades comuns a todos os cursos da área da saúde e habilidades específicas para a graduação em medicina, representando assim uma revolução no ensino na área da saúde.

Mesmo diante de todo esse esforço, essas diretrizes não alcançaram as transformações do SUS, porque ainda que preconizassem a interdisciplinaridade ideal a uma visão integral no cuidado do paciente, era evidente observar a formação de médicos com poucas habilidades na prática clínica e pouco envolvidos com a visão histórico-social e humanística dos indivíduos por eles atendidos (MEIRELES; FERNANDES; SILVA, 2019).

Assim, em 2014, foram publicadas as novas DCN para o curso de medicina trazendo uma série de recomendações as quais as IES tiveram que se adequar. Nela estão contidos os aspectos socioculturais, biológicos e humanísticos do indivíduo que são considerados de forma interdisciplinar e multiprofissional durante o curso. Como ponto fundamental foi enfatizado a preocupação em formar médicos generalistas na abordagem ao paciente da atenção básica e da urgência e emergência na preposição de que sejam resolutivos na promoção e redução dos riscos em saúde (MEIRELES; FERNANDES; SILVA, 2019).

Para melhor demonstrar esse panorama, as DCN (2014), prevê a formação de um médico com habilidades gerais, crítico, reflexivo e ético, com formação adequada para atuar em todos os níveis de atenção em saúde, respeitando o direito do paciente à cidadania e à dignidade (MEIRELES; FERNANDES; SILVA, 2019).

A finalidade da DCN revisada em 2014 foi de nortear os cursos de graduação em medicina na sua forma de realizar a gestão do ensino médico (BRASIL, 2019).

De acordo com a DCN (2014) que estabelecem os princípios, fundamentos e as finalidades para o curso médico, assim como para o futuro exercício profissional do médico,

sua formação deverá estar desdobrada nas áreas de atenção à saúde, gestão de saúde e educação em saúde.

Atualmente na Universidade Federal do Rio de Janeiro, o internato é realizado nas sete grandes áreas, a saber: clínica médica, cirurgia, pediatria, medicina de família e comunidade, saúde mental, ginecologia e obstetrícia e saúde coletiva, iniciando no 9º período. A duração do internato é dois anos, pelo período de 12 semanas com turmas iniciando no período de janeiro a julho e de 11 semanas de julho a dezembro, com carga horária de 40 horas semanais.

O novo Projeto Político Pedagógico (PPC) do curso de graduação em medicina, foi aprovado pelos Colegiados da Faculdade de Medicina em 2018. A proposta da mudança do internato foi elaborada por uma Comissão aprovada pela Congregação com a finalidade de sugerir a atualização do currículo do curso médico, reestruturando principalmente o internato.

O aluno cumprirá o internato rotatório em 3 semestres e o eletivo em um semestre. Contudo, o eletivo deverá ser cumprido, por opção do aluno, em duas das grandes áreas, podendo somente ser iniciado após a conclusão do internato rotatório das sete grandes áreas.

O internato da UFRJ, tem como principal cenário de prática o Hospital Universitário Clementino Fraga Filho/HUCFF, que é o nosso hospital geral, porém cada área exerce suas atividades em outros hospitais universitários de especialidades da UFRJ e em unidades de saúde do SUS conveniadas com a UFRJ. Os demais hospitais universitários da UFRJ, dentre eles a Maternidade Escola, recebem os alunos dos internatos em obstetrícia, pediatria (neonatologia) e saúde coletiva.

A ginecologia e obstetrícia é considerada pela DCN (2014) como uma das sete grandes áreas do curso de medicina. Os internos da ginecologia realizam o estágio curricular no Instituto de Ginecologia da UFRJ e os internos da obstetrícia, pediatria e saúde coletiva realizam seus estágios curriculares na Maternidade Escola da UFRJ, porém, diante das dificuldades enfrentadas pelos Hospitais Universitários devido a política governamental, a relação da academia frente as atividades docentes-assistenciais, a relação interinstitucional, situações inerentes a infraestrutura e, ao financiamento inadequado ao ensino da graduação, não têm sido uma tarefa fácil para os gestores de ambas instituições, ou seja, Faculdade de Medicina e a Maternidade Escola, gerir esse complexo centro de estudos perpassando pela prestação de serviços à sociedade.

Com a mudança do currículo do curso médico, embora necessária e inovadora, nos refuta a algumas preocupações, principalmente quanto aos recursos que necessitarão ser aportados para suprir a demanda dos hospitais universitários nesse novo cenário de prática atendendo às demandas do SUS e da pesquisa que ocorre nessas Unidades Hospitalares.

O aluno permanecerá muito mais tempo nos hospitais, gerando novas necessidades e aumento de despesas de custeio que serão necessárias para a manutenção desses alunos nos hospitais universitários da UFRJ, precisamente na Maternidade Escola.

Contudo devido a interseção nas atividades acadêmicas faz-se premente estabelecer uma interlocução que seja capaz de manter estas instituições sustentáveis por intermédio de um modelo de Protocolo de Relacionamento também no sentido de otimizar a comunicação entre ambas as Unidades.

## **2.4 Comunicação interna para integrar**

A origem da palavra comunicação provém do latim “*communis*”, que tem o significado comum, por essa razão, ao comunicar-se estabelece algo comum com alguém. A comunicação como conceito é um processo de interação social.

De acordo com Almeida (2013), a comunicação interna é uma função estratégica das organizações, a qual deverá ser gerida nos mesmos preceitos das outras políticas estratégicas da instituição como da comunicação organizacional. De modo que comunicar com o exterior é uma coisa, fazer com que a mensagem circule no interior do grupo é outra. Sem dúvida nenhuma, é imprescindível saber se comunicar, mas tão relevante quanto isso, é saber comunicar de forma eficaz para os públicos internos.

Existir um diálogo aberto entre as chefias e colaboradores é peça fundamental para a organização. Caso a comunicação interna não seja eficaz, a comunicação externa ficará fadada ao insucesso, podendo ter consequências negativas (ALMEIDA, 2013).

A comunicação é condição de coesão, ou seja, a comunicação interna tem uma dimensão mais longe do que apenas a transmissão de informações e a garantia da coordenação das funções e papéis a desempenhar. A função primordial é de que todos partilhem dos mesmos objetivos, criando um sentimento de pertencimento institucional (ALMEIDA, 2013).

Partindo do princípio da comunicação interna, em que as pessoas, grupos e colaboradores devem estar em contínuo processo de comunicação, vale ressaltar alguns princípios fundamentais para nortear a comunicação na administração pública. A instituição pública tem como preceito ser uma instituição aberta, que interage com a sociedade, com os meios de comunicação e com o sistema produtivo. Ela necessita atuar como um órgão que extrapola os muros da burocracia para que possa chegar ao cidadão comum, graças a um trabalho conjunto com os meios de comunicação (ALMEIDA, 2013).

Assim, com essa corrente de entendimento, é a instituição que ouve a sociedade, que atende as demandas sociais, procurando, por meio de abertura de canais, diminuir os problemas cruciais da população, como a saúde, educação, transportes, moradia e exclusão social (KUNSCH, 2012).

Diante desse pressuposto, de que a razão de ser do serviço público são o cidadão e a sociedade, deve-se avaliar a dedicação dos órgãos públicos à comunicação quanto a relevância que ela merece como meio de interlocução com esses atores sociais e em defesa da própria cidadania (KUNSCH, 2012).

Nesse sentido Kunsch (2014), tem defendido, há bastante tempo, a necessidade de se abandonar a fragmentação e de se adotar uma filosofia e política de comunicação organizacional integrada.

Primeiramente, é necessário substituir a visão linear e apenas instrumental da comunicação por uma muito mais complexa e abrangente. A comunicação organizacional precisa ser entendida de forma ampla e holística.

Para tanto, é possível dizer que a comunicação organizacional estuda como se processa o fenômeno comunicacional dentro das organizações e todo o seu contexto político, econômico e social.

Conforme o exposto, compreende-se que a comunicação organizacional é a forma da organização lidar com o fluxo de comunicação entre seu corpo social e colaboradores externos de maneira assertiva de uma determinada instituição. Ela é parte essencial para manter o equilíbrio do clima organizacional, melhorar a performance da produtividade, integrar e motivar a equipe e fortalecer a cultura e identidade institucional.

Por fim, Kunsch (2012) levanta algumas questões que são úteis para uma reflexão sobre o verdadeiro papel da comunicação pública estatal. Perguntas que nós a todo momento estamos nos deparando diante de alguns conflitos organizacionais devido a uma comunicação não gerida adequadamente.

Os servidores públicos estão preparados e engajados para uma comunicação proativa? A comunicação tem sido prioridade das nossas instituições públicas? Quais seriam os caminhos para a melhoria da comunicação no serviço público? O sistema vigente é guiado por uma política de comunicação capaz de atender às necessidades e demandas da sociedade? As assessorias de comunicação trabalham de forma integrada em busca de uma sinergia das diferentes modalidades comunicacionais, com vistas à eficácia e aos resultados do bem comum?

É com esse espírito de melhoria comunicacional e otimização dos processos de trabalho envolvendo as atividades acadêmicas entre a Faculdade de Medicina e a Maternidade Escola

da UFRJ, que se vislumbra estabelecer um modelo de Protocolo de Relacionamento, em atenção ao seu corpo social, as normas institucionais e a legislação vigente, respeitando-se as competências de cada Unidade Universitária.

#### 2.4.1 Comunicação Organizacional

A comunicação organizacional deve ser compreendida de modo vasto e holístico. Pode-se dizer que é uma área que estuda como se processa o fenômeno comunicacional dentro das organizações e todo o seu contexto político, social e econômico (KUNSH, 2018).

A ótica da comunicação organizacional tem avançado para delimitar também o clima de mudança de sentido das organizações, no mundo do trabalho e na sociedade de modo geral, nos últimos anos (RUÃO; KUNSH, 2014).

Conforme Ruão e Kunsh (2014), as organizações, são compreendidas, pelos teóricos da comunicação organizacional, como conjuntos de pessoas que trabalham de forma coletiva para atingir um objetivo comum, através do desenvolvimento de atividades especializadas.

A comunicação exerce um papel fundamental no mundo contemporâneo. Deve ser constituída como um poder transversal que percorre todo o sistema social global, incluindo nesse contexto as organizações. Ela deixa de ser uma função tática e passa a ser estratégica, pois precisa agregar valor à instituição (KUNSCH, 2016).

A comunicação organizacional faz a promoção e cultivo da confiança nas relações públicas, ajudando a instituição a cumprir sua missão, no alcance dos objetivos globais na fixação pública de seus valores e nos atos para alcançar seu ideário institucional mediante a égide dos princípios éticos (KUNSCH, 2016).

Do mesmo modo que a propaganda teve um papel crucial após a Revolução Industrial, a comunicação organizacional, no sentido corporativo, começou a ser vista como peça fundamental e, em muitas realidades institucionais, como uma área estratégica na contemporaneidade. As ações unilaterais de comunicação de marketing e de relações públicas tem sido exíguo para fazer frente para os mercados que ora se apresentam e para os relacionamentos com os públicos e/ou interlocutores dos mais variados segmentos (KUNSCH, 2016).

#### 2.4.2 A comunicação organizacional na era digital

Inúmeros autores abordam a comunicação contemporânea na era digital, ou seja, na sociedade da informação. As tecnologias da informação estão causando uma revolução na sociedade e no seu modo de vida (KUNSCH, 2016).

Um dos expoentes autores, Castells (2003) comenta que vivemos dominados pela internet e em uma sociedade em rede. No entendimento desse autor essa sociedade em rede possui sua estrutura social construída em torno de redes de informação microeletrônica estruturada na internet. Baseada nesse contexto, a internet não é apenas uma tecnologia ofertada. Ela passa a ser uma forma de comunicação constituindo o modo organizativo de nossas sociedades.

Atualmente a internet é o órgão vital de um novo paradigma socio-técnico constituindo a nossa realidade, as formas das relações de trabalho, de comunicação. Simplesmente o que a internet tem proporcionado é o processamento virtual e a transformação da nossa realidade, constituindo assim essa rede que é a nossa sociedade.

Na comunicação organizacional o fluxo das informações pode ser realizado por intermédio de vários canais, deixando na maioria das vezes a responsabilidade das assessorias de comunicação de definir a escolha da ferramenta indicada para a organização. Ressaltamos que muitas delas, acreditam que estão desempenhando seu papel atuando na harmonização do ambiente laboral, apenas com edições de boletins e jornais para a comunidade interna, porém a comunicação organizacional não se restringe apenas a essa função (TASSIGNY *et al.*, 2012).

Nesse contexto, a comunicação organizacional vem se apresentando de forma clara orientada pelas diretrizes estratégicas da organização, colocando em evidência as faces da identidade que se tem o maior interesse, determinando quais os conteúdos devem ser divulgados e quais os meios mais eficientes para que essa mensagem intencionalmente orientada possa chegar ao seu público-alvo.

Com esse entendimento e aproveitando o avanço exponencial a partir da utilização da internet foi criado uma forma de ação e interação social numa escala sem precedentes do uso de mídias para tratar da comunicação. Em muitas organizações, os blogs têm sido utilizados como uma ferramenta potencial na área de comunicação. Eles, os blogs institucionais têm sido acampados pelas organizações para disponibilizar informações a fim de alcançarem seus objetivos, seja de caráter interno ou externo (TASSIGNY *et al.*, 2012).

## 2.5 Protocolo

O Protocolo consiste num conjunto de normas, das quais é adaptável a natureza da instituição e da relação estabelecidas entre si, cuja aplicação e cumprimento têm o propósito de favorecer a troca de experiências, ideias, posições, decisões, visando sempre atingir os objetivos das instituições aportadas (FERNANDES, 2015).

Com a globalização e a evolução das novas tecnologias na sociedade contemporânea, temos assistido a algumas alterações comportamentais de um modo geral na sociedade. O Protocolo, enquanto instrumento de comunicação, tem sido reconhecido como um elemento fulcral no reforço da imagem de uma instituição. Pode também desenvolver capacidade de projetar a cultura, identidade, imagem e processos de trabalhos, que interagem entre si baseadas na aplicação de normas ou usos e costumes (MAGALHÃES, 2016).

### 2.5.1 Protocolo de Relacionamento

De acordo com North (2003), as instituições são compreendidas como normas e regras que influenciam o comportamento das pessoas, por meio de estruturas com as expectativas de que se criem ambientes de cooperação reduzindo assim os custos de transação (complexidade social, racionalidade limitada, incerteza, oportunismo). Podem ser regras formais como, por exemplo, constituições e leis ou restrições informais, como normas de comportamento, crenças, percepções e expectativas.

O grau de eficácia dos mecanismos formais e informais que definem as regras como as de um jogo depende da capacidade de constrangimento/coação garantido pelo desempenho das instituições. Dependendo do contexto uma determinada instituição têm implicações no desempenho da outra (GUIMARÃES, 2016).

Baseada nessa questão, o relacionamento interpessoal tem sido o pilar de qualquer estrutura social e, também por esse motivo, o Protocolo é considerado uma ferramenta para a otimização, transparência e excelência na comunicação institucional, na medida que também se tenha como premissa os objetivos comuns para a obtenção da máxima de eficácia no relacionamento entre os entes e seus pares, com os quais uma instituição interage (FERNANDES, 2015).

As instituições são estruturas socialmente construídas, de acordo com as convenções que determinam o comportamento e a comunicação entre os seus participantes nos seus mais

variados contextos. Em outras palavras, as instituições são meros grupos de pessoas que interagem entre si, produzindo e reproduzindo determinados padrões de conduta (FERNANDES, 2015).

Como referência ao único Protocolo de Relacionamento, estabelecido até o momento entre uma Unidade Acadêmica e um Hospital Universitário da UFRJ, precisamente entre a Faculdade de Medicina e o Hospital Universitário Clementino Fraga Filho (HUCFF), que é o hospital geral da UFRJ e, de acordo com Araújo e Leta (2014) que consideram haver uma grande lacuna de estudos brasileiros que versam sobre a instituição hospital universitário, sobretudo os que se debruçam sobre as atribuições de ensino, pesquisa e assistência, bem como que ele não foi fruto de uma pesquisa científica, obviamente sem demérito algum, é que foi preparado esse breve relato.

Procurou-se conciliar o sentido histórico do tema com a atualidade sobre a importância do Protocolo de Relacionamento, discutido e elaborado na década de 70, tempos áureos da Faculdade de Medicina e o Hospital Universitário/HUCFF, não podendo deixar de comentar, a visão brilhante do prof. Clementino Fraga Filho, eminente docente da Faculdade de Medicina, que detinha liderança entre seus pares, personalidade firme e elegante aliada a experiência, competência e habilidade política (ROSA; FRAGA FILHO; PONTE, 1995).

A perfeita integração com a Faculdade de Medicina foi conquistada pela fraternidade entre os professores Jose de Paula Lopes Pontes e Clementino Fraga Filho, outra figura de liderança acadêmica da mais alta estirpe, que conduziu a Faculdade de Medicina (ROSA; FRAGA FILHO; PONTE, 1995).

Segundo Fraga Filho (1990) o Hospital Universitário é o campo de treinamento para o ensino da Medicina, como as demais profissões de saúde, e estando representado, na estrutura da UFRJ, como um órgão suplementar, torna-se indispensável estabelecer um protocolo, para regulamentar as relações entre as instituições que se completam em suas atividades afins, ou sejam, o ensino e a pesquisa.

A história do HUCFF se confunde com a da própria Faculdade de Medicina. Desta época as relações, manifestações, anseios e apelos eram equânimes pelo seu corpo social. Jamais ocorria a ideia de competição ou desentendimentos, embora a implantação do HU tenha ocorrido num momento político difícil, o regime militar (FRAGA FILHO, 1990).

Entretanto, naquela ocasião, tínhamos o cenário perfeito da interação devido as bases da administração na UFRJ, da direção da Faculdade de Medicina e da direção do HUCFF. Na ocasião esse fato favorecia as instituições (FRAGA FILHO, 1990).

Com o passar dos anos foram surgindo muitas mudanças, inclusive novos modelos na assistência, no ensino, pesquisa, extensão e na gestão, devido as políticas governamentais. Este relato é apenas para ilustrar como a Faculdade de Medicina se relacionava com um hospital universitário da UFRJ.

Através desses comentários que são narrados no livro “A implantação do Hospital Universitário da UFRJ” de Clementino Fraga Filho, mostramos a relação do passado, bem como se pôde perceber que estas relações eram facilitadas devido ao vínculo fraterno estabelecidos entre os ilustres professores impactados favoravelmente na gestão.

Atualmente as dificuldades vêm assolando a gestão, impondo algumas barreiras, dificuldades e conflitos, que acabam comprometendo em alguns casos, a relação interinstitucional, devido aos modelos de gestão que cada gestor precisa desempenhar diante do contexto social e da premissa das suas missões.

Devido à complexidade dessa organização, o comando nas diversas Unidades Universitárias, ou seja, na Unidade Acadêmica e Hospital Universitário, têm sido marcados por crises ocasionadas na gestão, principalmente gerados no modo de governança e, por vários motivos de relevância nacional imputadas pelo processo sócio-político no país.

Todavia nos hospitais essa crise é mais aguda por inúmeros fatores, dentre eles destacamos o déficit de pessoal técnico e docente e os níveis dos aportes financeiros que os hospitais universitários têm sido submetidos.

Sob o olhar de Morin (2008) entendemos a Universidade como um sistema complexo. Dada à essa concepção desse filósofo francês, é recomendado um pensamento crítico sobre o próprio pensar e seus métodos, o que vem a implicar a sempre voltar ao começo. Obviamente não se trata de um círculo, mas de um procedimento em espiral, que amplia o conhecimento a cada retorno e, assim coadunando o fato de o homem ser sempre incompleto, o aprendizado ocorre durante toda uma vida (FERRARI, 2008).

Por fim, a regulação no hospital universitário passa a ter na implementação do SUS, um papel fundamental nos três eixos: constitucional, para a garantia dos princípios do SUS; organizacional, uso racional dos recursos; pedagógico e interativo com as equipes profissionais, visando resguardar os princípios da prática racional e a interdisciplinaridade, sem ferir os princípios éticos e garantir as ações de ensino, pesquisa e extensão, tendo como ponto fundamental, as políticas públicas de estado (MARTINS, 2011).

Um hospital de ensino para poder manter-se caracterizado como hospital universitário precisa cumprir metas e indicadores no ensino, pesquisa e assistência, estabelecidas pelos Ministérios da Saúde e Educação, integrando suas ações, em uma política governamental

consolidada pelo SUS e formação em saúde. Devido a toda essa demanda a responsabilidade do gestor do hospital recai também sobre o ensino e a pesquisa, o que poderá ser um fator preponderante para as dificuldades e conflitos que por vezes, são observadas nessa relação.

De um lado, temos a Faculdade de Medicina que é a responsável pela formação do médico generalista, humanístico, crítico, reflexivo e ético com a capacidade de atuar nos diferentes níveis de atenção à saúde, com ações de promoção, prevenção, recuperação e reabilitação da saúde, nos âmbitos individual e coletivo com responsabilidade social (BRASIL, DCN, 2014). Do outro, temos os hospitais universitários que agregam o corpo docente e discente, egresso da Unidade Acadêmica, Faculdade de Medicina.

A Maternidade Escola (ME), sendo um dos hospitais universitários da UFRJ, que além de cumprir com todos os requisitos para manter-se certificado conforme a Portaria Interministerial nº 285/2015, prestando assistência perinatal, desenvolvendo pesquisas, oferecendo cursos de pós-graduação, também tem sido cenário de prática para os alunos do 8º (oitavo) período e dos internatos do curso médico da Faculdade de Medicina da UFRJ, em três grandes áreas: obstetrícia, pediatria e saúde coletiva (BRASIL, 2015a).

A ME, também se torna responsável pela formação médica conforme os preceitos das DCN (2014), fato esse que diante de todo esse contexto se faz premente uma interlocução efetiva de forma abrangente, enfatizando as relações estabelecidas envolvendo primordialmente o ensino, a pesquisa, extensão/assistência, para a garantia da qualidade do ensino do curso médico e retorno social salvaguardada pela CF/88. As unidades universitárias devem ter bastante clareza nas missões, a fim de bem nortear suas decisões com responsabilidade social.

Para tanto, fizemos uma busca na literatura para conceituar a missão e sua construção nas organizações de saúde. Com essa abordagem do conceito vinculado aos hospitais, não localizamos artigos mais recentes, portanto, de acordo com Cecílio (2000) em seu artigo “Trabalhando a missão dos hospitais” descreve claramente que a ideia da operacionalização da missão no Brasil se deu a partir da problematização, partindo do pressuposto do planejamento estratégico (MATUS, 1993).

Entende-se que a missão é um ponto de partida, que tomando o cliente como foco de atenção, vai abrindo a função gerencial e reorganizando o processo de trabalho. Ainda assim no setor público, a missão poderia ser experimentada como uma mediação entre as diretrizes de construção da cidadania preconizada no SUS e a realidade das organizações.

Partindo da premissa das missões, a Faculdade de Medicina e a Maternidade Escola se relacionam do ensino até a pesquisa perpassando pela assistência entendida por muito dos seus

pares como extensão, já que no Estatuto da UFRJ, versão 2019, ela é referenciada como interação com a comunidade.

A partir de 1994, a Faculdade de Medicina, ampliou seus cursos de graduação, o que vêm gerando necessidades prementes na tratativa das relações interinstitucionais com as Unidades Hospitalares, pois são instituições interdependentes devido as suas atividades fins.

Vale destacar que com a incorporação do SUS vários benefícios foram agregados a sociedade, pois os HU ampliaram a oferta através da assistência incluída a complexidade em vários níveis de atenção à saúde da população.

O hospital universitário, está nas duas extremidades quanto à questão da formação, necessita de profissionais com formação adequada, bem como para a gestão e atenção na saúde e, ao mesmo tempo, cumpre um papel fundamental na conformação do perfil dos profissionais de saúde, como espaço privilegiado de aprendizagem durante a formação técnica de recursos humanos na graduação e pós-graduação, porém o hospital não é qualquer equipamento de saúde (FEUERWERKER; CECÍLIO, 2007).

Para Feuerwerker e Cecílio (2007), é uma organização complexa atravessada por múltiplos interesses. Destarte entre ambas as Unidades Universitárias, cada uma delas têm a sua parcela de responsabilidade social na formação médica, bem como do seu corpo social envolvendo os docentes, técnicos-administrativos e profissionais de saúde, respeitando as premissas da administração pública preconizada pela legislação vigente.

Contudo, alguns autores apontam que esta relação deve ser melhor estudada enfatizando as áreas de interseção e interlocução entre elas, através do ensino, pesquisa e extensão/assistência.

Em função da tripla missão dos hospitais universitários (ensino, pesquisa e extensão/assistência) e diante desse contexto de profunda transformação mediante as múltiplas e simultâneas necessidades de incorporação tecnológica é que os HU vêm enfrentando desafios na estrutura organizacional, na gestão e no relacionamento com a academia (MARTINS, 2011).

Com a inserção do SUS e a definição de políticas de estado redefinindo as responsabilidades com vistas também a orçamentação mais adequada destas instituições e efetivando o controle social sobre as ações de saúde. Os HU passam, a partir de então, a participar formalmente da rede SUS (MARTINS, 2011).

Todavia, passado esses quarenta e um anos do estabelecimento do único Protocolo de Relacionamento da Faculdade de Medicina com um dos Hospitais Universitários (HUCFF) da UFRJ, e diante da transformação da estrutura das IFES e o avanço tecnológico, entendeu-se que se faz premente a contribuição de propor um modelo de Protocolo de Relacionamento

estendido, revisado e institucionalizado entre a Faculdade de Medicina e a Maternidade Escola, fomentando as suas missões, já que as duas Unidades são coirmãs observada a relação de interdependência entre elas, para manter a sustentabilidade dessas instituições.

Devido às questões abordadas acerca do tema, o Protocolo deverá ser um documento vivo e em constante discussão e adaptações na medida que novas necessidades e peculiaridades institucionais vão surgindo. Necessário também, salientar a relevância da gestão da comunicação para que o Protocolo, seja aplicado de forma equânime, ética e transparente, respeitadas as competências de cada Unidade Universitária.

Para finalizar, que venha a ser firmado entre as partes, no sentido de garantir os interesses das Unidades baseado nos princípios da Administração Pública, bem como nas necessidades do seu corpo social, para que sejam minimizados determinados conflitos organizacionais inerentes à gestão de qualquer uma das partes e fragilidades na relação interinstitucional, considerando o eixo do tripé acadêmico.

### 3 PERCURSO METODOLÓGICO

De acordo com Minayo (2016, p. 14) a metodologia é entendida como o caminho do pensamento e a prática que é exercida na abordagem dado o mundo real. Ou seja, a metodologia inclui concomitantemente a teoria da abordagem (o método), os instrumentos da operacionalização do conhecimento (as técnicas) e a criatividade do pesquisador (sua experiência, capacidade crítica e sensibilidade).

Uma pesquisa qualitativa passa por três fases, a fase exploratória, na qual há o amadurecimento do objeto do estudo delimitando o problema da investigação, a fase da coleta dos dados em que são recolhidas as informações para responder ao problema apontado e, a fase da análise dos dados, na qual se realiza o tratamento por inferências e interpretações, dos dados que foram coletados (MINAYO, 2016, p. 25).

**Figura 8-** Três Fases da Análise de Conteúdo



Fonte: Adaptado de Bardin, Câmara, 2011.

#### 3.1 Tipo do estudo

Pesquisa exploratória, descritiva, sendo usado o estudo de caso como estratégia, de abordagem qualitativa, que foi realizada por meio de análise documental e história oral.

Na pesquisa qualitativa procura-se compreender as relações, valores, atitudes, crenças, hábitos e representações e, a partir desse conjunto de fenômenos humanos gerados no modo social, dando interpretação a realidade (MINAYO, 2012, p. 57).

O pesquisador que trabalha com abordagens qualitativas tem atuado com a matéria-prima das vivências, experiências, cotidianidade, bem como analisa as estruturas e as

instituições, porém entendem-na como uma ação humana acompanhada de objetivos (MINAYO, 2016, p. 23).

O estudo de caso contribui para compreendermos melhor os fenômenos individuais, os processos organizacionais e políticos da sociedade. Descritiva porque observará, registrará e analisará os fenômenos ou sistemas técnicos, sem, contudo, entrar no mérito dos conteúdos, descobrindo a frequência com que o fenômeno acontece ou como se estrutura e funciona um sistema, método, processo ou realidade operacional (YIN, 2001, p.24).

Robert Yin teve sua obra original publicada em 1994 e vem se tornando, com o passar do tempo, um modelo único para a aplicação do estudo de caso como estratégia para conduzir pesquisas nas áreas sociais e ciências da saúde (MARTINS, 2008).

Bardin (1974) define a análise documental como uma operação ou um conjunto de operações que visam representar o conteúdo de um documento sob uma forma diferente da sua origem, a fim de simplificar num estado posterior, a sua consulta e referência.

Considerando a análise documental como uma forma de tratamento da informação contida nos documentos acumulados, o objetivo dessa análise remete a dar forma conveniente, representando assim essa informação de outro modo, através de procedimentos de transformação (BARDIN, 1974).

De acordo com o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC, 2017, p. 1)

A história oral é uma metodologia de pesquisa que consiste em realizar entrevistas gravadas com pessoas que podem testemunhar sobre acontecimentos, conjunturas, instituições, modos de vida ou outros aspectos da história contemporânea. Começou a ser utilizada nos anos 1950, após a invenção do gravador, nos Estados Unidos, na Europa e no México, e desde então difundiu-se bastante. Ganhou também cada vez mais adeptos, ampliando-se o intercâmbio entre os que a praticam: historiadores, antropólogos, cientistas políticos, sociólogos, pedagogos, teóricos da literatura, psicólogos e outros.

No livro de Paul Thompson, um dos pioneiros da história oral na Grã-Bretanha traduzido por Zhouri e Pereira (2002, p. 10) há o entendimento por história oral:

A interpretação da história e das mutáveis sociedades e culturas através da escuta dos indivíduos e do registro de suas lembranças e experiências. Não acredita que se possa avançar muito tentando conceituar a história oral de modo estreito, como um processo de habilidades com regras determinadas, ou como uma subdisciplina separada.

Para Alberti (2000), a história oral é uma metodologia de pesquisa e de constituição de fontes para o estudo da história contemporânea surgida em meados do século XX, após a invenção do gravador a fita.

De acordo com Portelli (1997) as fontes históricas orais são fontes narrativas, a primeira premissa que torna a história oral diferente, é aquela que nos conta menos sobre os eventos do que sobre seus significados, portanto isso não implica que a história oral não tenha validade. As entrevistas sempre vão revelar eventos desconhecidos ou aspectos desconhecidos de eventos conhecidos. Portanto, o único e precioso elemento que as fontes orais têm sobre o historiador e que nenhuma outra fonte tem em igual medida é a subjetividade do expositor.

Fontes orais nos contam não apenas o que o povo fez, porém o que queria fazer, o que acreditava estar fazendo e o que agora pensa que fez.

Basicamente consiste na realização de entrevistas gravadas com atores e testemunhas do passado. Inicialmente sua aplicação se dava principalmente nos campos da sociologia e da antropologia e na constituição de bancos de entrevistas, como o da Universidade de Columbia, nos Estados Unidos, criado em 1948 (ALBERTI, 2000).

Nesse sentido, Bourdieu (1999) indica que a escolha do método não deve ser rígida, mas sim com aplicação de rigor. O autor comenta que é necessário escolher as pessoas que serão investigadas e que na medida do possível essas pessoas sejam conhecidas ou apresentadas ao investigador. Defende a ideia da proximidade social para existir uma certa familiaridade entre o pesquisador e o pesquisado, assim as pessoas se sentem mais confortáveis e mais seguras para prestar a sua colaboração.

De acordo com Minayo (2016, p.58) a entrevista é a estratégia mais utilizada no processo de trabalho de campo. A entrevista é acima de tudo uma conversa a dois, ou entre vários interlocutores, que se realiza por iniciativa do entrevistador sempre seguindo uma finalidade, construindo informações pertinentes para o objeto da pesquisa.

Os cientistas sociais defendem a tese de que esses dados são “subjetivos”, pois somente são conseguidos com a contribuição da pessoa, constituindo desse modo, a representação da realidade: maneira de pensar, opiniões, ideais, sentimentos, crenças, sentimentos, projeções para o futuro, comportamentos (MINAYO, 2016, p.60).

O ponto de partida de uma investigação científica é o levantamento dos dados. Em um segundo momento é a observação dos fenômenos ou fatos para obter o maior número de informações que abarquem os objetivos da pesquisa e num terceiro momento o pesquisador deve fazer contatos com pessoas que vão poder lhe fornecer dados ou sugerir fontes de informações úteis (BRITTO JUNIOR; FERREZ JUNIOR, 2011).

Partindo do terceiro momento da pesquisa o objetivo do pesquisador é angariar informações ou fazer a coleta de dados que não seriam possíveis somente através da pesquisa

bibliográfica e de observação. Uma das formas que completaria, essas coletas de dados seria a entrevista (BRITTO JUNIOR; FERREZ JUNIOR, 2011).

Neste sentido a análise de conteúdo das entrevistas considerada na opinião de Bardin (1970) “*o importante não é a descrição dos conteúdos das mensagens, mas sim as ideias que elas nos podem transmitir e ensinar, isto é, tentar obter o significado mais puro das mensagens*”.

Deste modo, o pesquisador, ao realizar os seus estudos, tem como objetivo descobrir o verdadeiro significado das mensagens. Para isso ele parte das suas hipóteses e determina as técnicas a utilizar e o sentido da análise.

Outro aspecto que Bardin (1970) destaca, tem a ver com o grau de importância dos contextos em que ocorrem as relações. Por esta razão, torna-se crucial ter consciência destes mesmos contextos, para que se torne mais fácil compreender o significado, as causas e os efeitos das mensagens, e assim, poderem realizar interferências mais enriquecedoras.

De acordo com Minayo (2016, p.58) as entrevistas são consideradas uma técnica privilegiada de comunicação. Ela é a modalidade mais usada no processo de trabalho de campo, é acima de tudo uma conversa a dois, ou entre vários interlocutores, realizada por iniciativa do entrevistador e sempre através de um propósito. Ela tem a premissa de levantar informações pertinentes para um objeto de pesquisa.

Também foi realizada uma pesquisa de natureza documental apresentadas em forma de quadros, cujas informações foram coletadas nos portais oficiais da Presidência da República/Planalto, do Ministério da Educação (IFES), do Ministério da Saúde (Hospitais Universitários), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Reitora, Ouvidoria, Colegiados Superiores: CONSUNI, CEG, CEPG, CEU), do Centro de Ciências da Saúde da UFRJ (Unidades Universitárias), da Faculdade de Medicina da UFRJ e dos Hospitais Universitários da UFRJ, incluída a Maternidade Escola, a fim de coletar informações através dos documentos institucionais, incluindo o Estatuto e Regimento Geral da UFRJ, Regimento da Faculdade de Medicina da UFRJ/1971, Regimento da Maternidade Escola da UFRJ/2011, Regimento do Internato da Faculdade de Medicina da UFRJ/2018, Programa Pedagógico do Curso (PPC) de Medicina/2018 e da legislação vigente que visam o ensino, pesquisa, extensão/assistência e a administração pública, perfazendo um total de vinte e um documentos, de modo a identificar e reconhecer a interseção das atividades acadêmicas entre ambas as Unidades Universitárias na elaboração do modelo do Protocolo de Relacionamento entre a Faculdade de Medicina e a Maternidade Escola da UFRJ.

**Quadro 3 - Características da análise documental e análise de conteúdo**

Análise Documental	Análise de Conteúdo
O foco são os documentos	O foco são as mensagens (comunicações).
Na classificação, a indexação	Categorial-temática (é uma das possibilidades de análise)
O objetivo é a representação condensada da informação para consulta e armazenagem	O objetivo é a inferência, que pode ser entendida como operação intelectual por meio da qual se realiza a manipulação de informações de modo a se afirmar a veracidade de uma proposição em decorrência de suas ligações com outras proposições já reconhecidas como fidedigna.

**Fonte:** Elaborado pela autora, 2019 baseado estudos de Bardin (2011).

**Quadro 4 - Análise documental legislação geral**

<b>LEGISLAÇÃO GERAL</b>	
Constituição da República Federativa do Brasil/1988.	Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas pelas Emendas Constitucionais. Senado Federal. Brasília 2016.
Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990.	Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.
Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.	Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001. (2001-2010)	Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. PNE e dá outras providências
Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013.	Institui o Programa Mais Médicos, altera as Leis nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e nº 6.932, de 7 de julho de 1981, e dá outras providências.
Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014 (2014-2024).	Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências.
Resolução CNE nº 03, de 20 de junho de 2014.	Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Medicina e dá outras providências.
Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016 (Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação).	Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação e altera a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, a Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, a Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, a Lei nº 8.010, de 29 de março de 1990, a Lei nº 8.032, de 12 de abril de 1990, e a Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, nos termos da Emenda Constitucional nº 85, de 26 de fevereiro de 2015.
Resolução CNE/CES nº 7 de 18 de dezembro de 2018. (Marco da Extensão)	Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/201 que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024 e dá outras providências.

**Fonte:** Elaborado pela autora, 2019.

**Quadro 5- Análise documental – legislação da Administração Pública**

<b>LEGISLAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA</b>	
Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. (LAI)	Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências
Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017.	Dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública.
Decreto nº 9.739 de 28 de março de 2019.	Estabelece medidas de eficiência organizacional para o aprimoramento da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, estabelece normas sobre concursos públicos e dispõe sobre o Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal - SIOG.

**Fonte:** elaborado pela autora, 2019.

**Quadro 6- Análise documental – legislação institucional**

<b>LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL – UFRJ</b>	
Estatuto da UFRJ	
Regimento Geral da UFRJ	
Resoluções CONSUNI nº 15/2008	Inclusão do Complexo Hospitalar na estrutura média da UFRJ.
Resolução CONSUNI nº 16/2008	Implantação do Complexo Hospitalar da UFRJ
Resolução CONSUNI nº 15/2010	Estabelece normas provisórias para instalação e funcionamento do Complexo Hospitalar da UFRJ.
Resolução CONSUNI nº 28/2010	Altera o § 4º do artigo 17 do Estatuto da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
Regimento do CCS	
Regimento da Faculdade de Medicina de 1978	
Regimento da Maternidade Escola	
Normas Gerais do Internato da FM/UFRJ	
Programa Político Pedagógico do Curso de Medicina/PPC	

**Fonte:** elaborado pela autora, 2019.

Os eixos temáticos abordados no estudo foram o tripé acadêmico (ensino, pesquisa e extensão/assistência), incluído a gestão, justamente para identificar e compreender como ocorre a interseção entre essas atividades desenvolvidas entre ambas as Unidades Universitárias. Especialmente no ensino foi abordado o internato médico, pois é a fase profissional do ensino

de graduação em medicina, onde as atividades são desenvolvidas nos hospitais universitários da UFRJ e, também nas unidades de saúde da rede SUS. Nos demais eixos temáticos, incluindo também o ensino, utilizou-se a legislação específica para cada um deles no sentido de identificar e compreender como ocorre esse processo de interseção mediante as narrativas dos respondentes.

Quanto aos documentos que não foram localizados nos respectivos *sites*, a pesquisadora fez solicitação por e-mail, bem como fez visita in loco as Unidades da UFRJ, a fim de obtê-los. Embora, não tenha sido delimitado um período com relação ao uso dos dados na análise documental, partiu-se do princípio que fosse utilizado a legislação e normas institucionais vigentes, sendo essa legislação considerada elegível.

A pesquisa documental, ocorreu a partir do mês de outubro de 2018 e no primeiro semestre de 2019.

Desse modo a análise documental ficou dividida em três categorias: legislação geral (ensino, pesquisa, extensão/assistência), legislação da administração pública federal. e legislação institucional

### **3.2 Local do estudo**

Foi realizado entre Faculdade de Medicina, localizada na Av. Carlos Chagas Filho, 373, *Campus* Fundão e na Maternidade Escola, situada na Rua das Laranjeiras, 180, que são Unidades da Universidade Federal do Rio de Janeiro, ambas situadas na cidade do Rio de Janeiro.

#### **3.2.1 Caracterização do local do estudo**

Os cenários do estudo foram a Faculdade de Medicina e a Maternidade Escola, ambas Unidades da UFRJ.

A Faculdade de Medicina foi criada por D. João VI, em cinco de novembro do ano de 1808, através de Carta Régia, recebendo o nome de Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica, tendo sido instalada inicialmente no Hospital Real Militar localizado no Morro do Castelo, Rio de Janeiro (MAIA, 1996).

No ano de 1918, teve a inauguração do seu prédio na Praia Vermelha. Funcionou como escola isolada até sete de setembro de 1920. Em 1937, passou a se chamar Faculdade Nacional de Medicina. No ano de 1973, foi determinada a sua transferência para o *Campus* da Cidade Universitária, na Ilha do Fundão, onde se encontra atualmente. Em meados de 1976, foi concluída a demolição do seu prédio por força do arbítrio do Regime Militar, no Governo de Ernesto Geisel.

A Faculdade de Medicina oferece quatro cursos de graduação, medicina, fonoaudiologia, fisioterapia e terapia ocupacional. Possui sete Programas de Pós-Graduação com níveis de excelência, inclusive o de Clínica Médica com nota sete na CAPES e três em parceria com outras unidades da UFRJ (IPUB, IESC e HESFA).

Possui também, cursos *lato-sensu* em várias especialidades, além de inúmeros projetos de extensão, inclusive com premiação recente. Tem um Programa de Relações Internacionais, dispondo de acordos internacionais para as atividades acadêmicas, incluindo intercâmbios entre docentes, discentes e técnico-administrativos.

Atualmente aguarda a apreciação da atualização do seu Regimento no Conselho Universitário-CONSUNI, órgão máximo da UFRJ. Neste Regimento a Faculdade de Medicina, também amplia sua estrutura organizacional.

A Maternidade Escola da UFRJ foi criada pelo Decreto nº 5.117 de 18 de janeiro de 1904, com a finalidade de assistir às gestantes e os recém-nascidos menos favorecidos. Sua importância no ensino de Obstetrícia, no Brasil, foi base para a criação dos cursos de pós-graduação em níveis de mestrado e doutorado no ano de 1974.

Foi pioneira introduzindo a ultrassonografia no Brasil em 1974, a utilização do Doppler em obstetrícia em 1986, a cordocentese e a transfusão intravascular intrauterina em 1987 e a fetoscopia e a utilização do laser em procedimentos intrauterinos em 2004, cumprindo assim o seu papel na inovação tecnológica.

A Maternidade Escola ampliou o seu leque de atuação ao longo do século, com a incorporação das novas tecnologias na medicina e o surgimento das novas especialidades.

A obstetrícia, especialidade médica inicial da instituição, se uniu a pediatria, mais especificamente a neonatologia, tendo atualmente uma assistência perinatal, com a participação de profissionais médicos e outros profissionais da área da saúde.

Vem prestando assistência integral à saúde da mulher e da criança, com perfil multiprofissional, recebendo alunos dos cursos de graduação em medicina, enfermagem, nutrição, assistência social, psicologia, fonoaudiologia, fisioterapia e saúde coletiva. Possui programas de residência médica e multiprofissional, programas de pós-graduação *lato-sensu* e

*stricto-sensu*, modalidade mestrado multiprofissional e atividades de pesquisa vinculadas a programas de pós-graduação da UFRJ.

A Maternidade Escola é um Hospital Universitário/Unidade Hospitalar especializado que dispõe de assistência ambulatorial e hospitalar, multiprofissional, oferecendo linhas de cuidado específicas na atenção à saúde de gestantes e recém-nascidos de alto risco.

Possui ambulatórios especializados na assistência pré-natal, a saber, hipertensão arterial, diabetes, gestação gemelar, patologias fetais e adolescentes, programa de rastreio de risco para gestantes no primeiro trimestre, planejamento familiar para mulheres de risco, genética pré-natal e medicina fetal.

Com relação ao ensino, agrega nove cursos de graduação: medicina, fonoaudiologia, fisioterapia, enfermagem, nutrição, farmácia, psicologia, serviço social e musicoterapia. Segundo a Seção de Ensino da ME, no ano de 2019 recebeu um total de (1.330) mil, trezentos e trinta alunos.

Também oferece cursos *lato-sensu* a nível de especialização e residências e, *stricto-sensu* Programa de Mestrado Profissional em Saúde Perinatal. Na pesquisa, tem parcerias com outras Unidades da UFRJ e externa à UFRJ (MATERNIDADE ESCOLA, 2019).

### **3.3 Descrição e Coleta de Dados**

A coleta dos dados iniciou após as aprovações do Comitê de Ética em Pesquisa da Maternidade Escola da UFRJ, sob os números dos pareceres CAAE 78979317.3.0000.5271 Versão 1, Parecer nº 2.347.730 e Versão 2, Parecer nº 2.852.931.

A fase da coleta de dados foi dividida em duas etapas: a análise documental e a história oral, através das entrevistas semiestruturadas.

A primeira etapa da coleta a ser realizada foi a documental, identificou-se a legislação e normas institucionais do ensino, pesquisa, extensão/assistência e gestão. Após a identificação, foi realizado um *checklist* elencando as normas institucionais e leis e classificando os tipos de documentos elegíveis.

Em seguida à identificação dos documentos, foi realizada a leitura flutuante, seguida de exaustivas leituras até a identificação de recortes textuais (ensino, pesquisa, extensão/assistência e gestão), relacionados aos eixos temáticos abordados na pesquisa, a serem selecionados para a inclusão no banco de dados dos documentos.

Posteriormente, foi feito o banco de dados, seguido da análise de cada recorte textual relacionado a cada documento.

Durante a inserção de cada recorte textual relacionado ao documento (legislação vigente) no momento da inclusão no banco de dados, foram sendo realizadas inferências textuais resultando na análise interpretativa das informações, capilarizadas dos documentos sendo descritas em uma coluna denominada como comentado.

Foi a maneira que proporcionou maior confiabilidade e organicidade das informações, dada a extensão do banco documental.

Na segunda etapa da coleta, realizou-se as entrevistas semiestruturadas que foram gravadas a partir de um roteiro de sete perguntas (questões norteadoras) para os ex-diretores e de dez perguntas para os diretores atuais, ambos das Unidades Universitárias envolvidas na pesquisa.

O acréscimo das perguntas para os diretores se deu pela razão de temas da atualidade em evidência, no momento, inclusive com constantes discussões nos Colegiados da UFRJ, no sentido de assegurar sua devida adaptação à legislação de forma otimizada nos processos de trabalho interno. Especialmente referente ao Marco Legal da Ciência e Tecnologia e ao Marco da Extensão.

Para o agendamento das entrevistas, foi emitida uma carta-convite por e-mail para os ex-diretores e diretores. Após o aceite recebido por e-mail, a pesquisadora fez contato telefônico para agendar o melhor dia, horário e local de acordo com a disponibilidade e conveniência de cada um.

Os sujeitos selecionados para participar da pesquisa na qualidade de entrevistados foram dez pessoas. Destes, três exerceram cargos de direção na Faculdade de Medicina e, quatro na Maternidade Escola. Quanto aos atuais diretores, houve a participação da Faculdade de Medicina e da Maternidade Escola da UFRJ, perfazendo um total de nove sujeitos entrevistados, cujo período da gestão foi de 1990 a 2019.

No caso de ex-diretores já falecidos, foram convidados a participar do estudo os seus respectivos substitutos eventuais à época.

Não foi detectado nenhum conflito de interesse, portanto todos os sujeitos identificados para serem entrevistados puderam participar da pesquisa e foram extremamente solícitos, inclusive demonstraram muita satisfação e um espírito de acolhimento ao tema abordado.

Na data da realização de cada entrevista, respeitando os princípios éticos conforme a Resolução 510/2016 do Ministério da Saúde, a pesquisadora apresentou um breve relato do

objeto do estudo. Comentou também sobre o roteiro das perguntas, deixando o entrevistado completamente à vontade para seguir ou não o roteiro com as temáticas abordadas.

Três ex-diretores pediram para ler o roteiro da entrevista antes do início da gravação, sendo que apenas dois preferiram fazer suas narrativas sem obedecer a ordem cronológica do roteiro, porém abordando a temática proposta. Os demais, preferiram obedecer a ordem das questões abordadas através do roteiro.

Em seguida foi entregue o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido/TCLE para leitura e posterior assinatura. Ao término de cada entrevista, a pesquisadora recebeu uma via assinada, ficando sob a tutela da pesquisadora.

Na primeira fase, a de pré-análise, foi organizado todo o material coletado. Ao finalizar cada entrevista a pesquisadora salvava os arquivos em áudio, nomeava-os e, posteriormente fazia a transcrição das entrevistas através do *software free Dictation Voice*, versão 2019, disponível em <<https://dictation.io/>>.

Após o término das transcrições, foi realizada a leitura flutuante, com o intuito de estabelecer contato com os textos, seguida de exaustivas leituras, no sentido de compreender as narrativas gravadas. Em seguida, foram realizadas as correções ortográficas em cada uma das transcrições com a devida pontuação, concomitantemente ouvindo os áudios de cada uma delas para dar a devida fidedignidade e validade das narrativas dos sujeitos que foram entrevistados.

Na medida em que iam ocorrendo as entrevistas, a pesquisadora repetia os mesmos procedimentos, a fim de dar organicidade aos dados coletados. Os professores entrevistados foram identificados em suas narrativas pela letra E, seguida do número correspondente à ordem cronológica da entrevista.

Na segunda fase, ou fase de exploração do material, foi elaborado o banco de dados das entrevistas devidamente transcritas e corrigidas ortograficamente. Neste momento foram realizados os recortes textuais agrupando-os e organizando-os por temas em que foram identificadas tendências, semelhanças e divergências de percepção em cada categoria definida. Dessa fase emergiram as categorias da análise e a identificação das unidades de registro.

Após a finalização da fase anterior, na terceira fase, foi realizada o tratamento, inferência e a interpretação dos dados mediante a análise de conteúdo temática das narrativas dos entrevistados e/ou respondentes, adotando os seguintes procedimentos que compreenderam: a identificação das unidades de significação e o agrupamento das mesmas às categorias, a seleção de regras de contagem, enumeração das unidades de registro e o cálculo da frequência absoluta e relativa (MINAYO, 2006, p.75).

Nessa fase da pesquisa foi utilizada a análise de conteúdo (temática) de Bardin (1974). A análise temática ocorre de maneira transversal, ou seja, é realizado um recorte no conjunto das entrevistas através de uma grade de categorias. Não se têm em conta a organização e a dinâmica, porém a frequência dos temas extraídos do conjunto das narrativas, considerados dados segmentáveis e comparáveis (BARDIN, 2011).

Os dados da análise de conteúdo associado a análise documental, norteou de forma bastante embasada a elaboração do modelo do Protocolo de Relacionamento entre a Faculdade de Medicina e a Maternidade Escola da UFRJ.

### **3.4 Aspectos Éticos**

O estudo foi inscrito na Plataforma Brasil e encaminhado ao Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) da Maternidade Escola onde cumpriu todos os requisitos solicitados pela instituição, seguindo preceitos estabelecidas na Resolução 510/2016. Foi aprovado sob o Parecer CAAE 78979317.3.0000.5271 Versão 1, Parecer nº 2.347.730 e Versão 2, Parecer nº 2.852.931 e foi autofinanciado pelo pesquisador principal. Os pesquisadores garantiram a inexistência de conflito de interesses entre si e à instituição.

No presente estudo há necessidade do TCLE, uma vez que houve a participação do sujeito, pois a pesquisa é de natureza documental e história oral, com a finalidade de verificar as proposições constatadas nos documentos analisados envolvendo ensino, pesquisa, extensão/assistência e gestão entre ambas as Unidades, bem como utilizar a fonte da oralidade para fundamentar um entendimento mais complexo da memória e da identidade, e que sugerem novos meios e estimulantes para tirar o maior proveito das memórias para fins das pesquisas sociológica e histórica (FERREIRA, AMADO, 2006).

## 4 RESULTADOS

### 4.1 Descrever os protocolos de relacionamento, acordos de cooperação e congêneres entre as Unidades Acadêmicas e as Unidades Hospitalares, vigentes na UFRJ

Para responder o primeiro objetivo, foi realizada uma pesquisa nos portais oficiais dos Hospitais Universitários da UFRJ no período de junho de 2019 a 13 de novembro de 2019.

**Quadro7** – Lista dos protocolos de relacionamento, acordos de cooperação e congêneres entre a FM e os HU vigentes na UFRJ

Hospital Universitário Clementino Fraga Filho (HUCFF) <a href="http://www.hucff.ufrj.br/">http://www.hucff.ufrj.br/</a>	Foi identificado um protocolo de relacionamento com a FM, estabelecido em 1978, porém não disponível no site oficial.
Maternidade Escola <a href="http://www.me.ufrj.br/">http://www.me.ufrj.br/</a>	Não foi identificado nenhum documento no site oficial
Instituto de Pediatria Martagão Gesteira (IPPMG) <a href="https://www.ippmg.ufrj.br/">https://www.ippmg.ufrj.br/</a>	Não foi identificado nenhum documento no site oficial
Instituto de Psiquiatria (IPUB) <a href="http://www.ipub.ufrj.br/portal/">http://www.ipub.ufrj.br/portal/</a>	Não foi identificado nenhum documento no site oficial
Instituto do Coração Edson Abdala Saad (ICES) <a href="https://ices.ufrj.br/">https://ices.ufrj.br/</a>	Não foi identificado nenhum documento no site oficial
Instituto de Ginecologia Moncorvo Filho (IG) <a href="http://www.ginecologia.ufrj.br/">http://www.ginecologia.ufrj.br/</a>	Site oficial indisponível
Instituto de Neurologia Deolindo Couto (INDC) <a href="http://www.indc.ufrj.br/">http://www.indc.ufrj.br/</a>	Não foi identificado nenhum documento no site oficial
Instituto de Doenças do Tórax (IDT) <a href="http://www.idt.ufrj.br/">http://www.idt.ufrj.br/</a>	Não foi identificado nenhum documento no site oficial
Instituto de Atenção à Saúde São Francisco de Assis (HESFA) <a href="http://hesfa.ufrj.br/">http://hesfa.ufrj.br/</a>	Não foi identificado nenhum documento no site oficial

**Fonte:** elaborada pela autora mediante consulta nos portais oficiais dos HU, 2019.

Foi realizada uma busca nos portais oficiais dos Hospitais Universitários da UFRJ e identificado apenas um documento intitulado “Protocolo de Relacionamento: Faculdade de Medicina – Hospital Universitário”, atualmente Hospital Universitário Clementino Fraga Filho (HUCFF), estabelecido em 1978.

Este protocolo consta como anexo 4 (quatro) da segunda edição do livro do professor Clementino Fraga Filho, “A implantação do Hospital Universitário da UFRJ” (FRAGA FILHO, 1978, p. 155).

Segundo Fraga Filho (1978), o Hospital Universitário, é o campo de treinamento para o ensino da medicina, com uma das áreas da saúde e, estando representada como órgão suplementar, torna-se indispensável estabelecer um protocolo para a regulamentação da relação entre instituições que se completam por suas atividades fins.

O protocolo de relacionamento entre a Faculdade de Medicina e o Hospital Universitário Clementino Fraga Filho, abrange as atividades de ensino e a pesquisa. Esta relação foi considerada em três segmentos: a) administrativo; b) ensino e, c) pesquisa.

**Quadro 8-**Protocolo de Relacionamento entre a FM e o HUCFF no segmento administrativo, (versão 1978).

Os docentes pertencem ao quadro da Faculdade de Medicina. A FM que designa o docente para ter exercício no HU.
A frequência do corpo docente é verificada no HU, obedecendo as normas estabelecidas pelas duas administrações, ficando sob a responsabilidade do HU comunicar a FM.
As escalas de férias docente serão organizadas pelos departamentos dado as necessidades didáticas e assistenciais envolvidas no HU, devendo ser enviadas até 30 de novembro de cada exercício.
Os pedidos de licenças, afastamentos para participação em congressos e outras reuniões científicas deverão ser solicitadas com antecedência de pelo menos um mês à Direção da FM, que irá procurar conciliar com as necessidades didáticas e assistenciais desenvolvidas no HU.
A responsabilidade do corpo não docente cabe exclusivamente ao HU, inclusive os médicos contratados.
Os recursos registrados no orçamento da FM para manter o ensino, antes reservados às várias clínicas, abrigadas no HU, serão aplicados em despesas de custeio das mesmas.
Para dar maior conveniência do relacionamento administrativo entre a FM e o HU e maior comodidade para os docentes, a FM deverá manter um serviço de Secretaria em área indicada pelo Hospital.
A escolha das chefias dos Serviços do HU será realizada pelo Conselho Departamental da FM e com o disposto no Regimento do Hospital.

**Fonte:** elaborado pela autora, extraído do Protocolo de Relacionamento FM/HUCFF, 2019.

**Quadro 9-** Protocolo de Relacionamento entre a FM e o HUCFF no segmento ensino,  
(versão 1978).

O planejamento das atividades curriculares ficará sob a responsabilidade dos departamentos e da Comissão de Coordenação Didática, assim como a avaliação do rendimento acadêmico, devendo a Coordenação de Atividades Educacionais (CAE), participar desses processos.
O Hospital, por intermédio da CAE, deverá assegurar as disponibilidades para as atividades didáticas, promovendo a coordenação executiva dos cursos e sua avaliação operacional.
As solicitações acadêmicas dos corpos docente e discente deverão seguir para a FM.
As questões disciplinares ligadas aos docentes e discentes estão sob a égide da FM, cabendo ao HU encaminhar a representação relativa a eventuais faltas.
O programa de residência média é de competência do HU.
A pós-graduação stricto sensu é da alçada da FM, devendo, ser dimensionada em função das disponibilidades dos serviços e programas de residência médica do HU.
Os demais cursos para os graduados serão programados em conjunto com os departamentos, divisão médica e pela CAE.
O regime de trabalho docente é determinado pelos departamentos, em consonância com as normas da administração superior da Universidade. A distribuição das tarefas e horários dos serviços hospitalares caberá a Divisão Médica.

Fonte: elaborada pela autora, extraído do Protocolo de Relacionamento FM/HUCFF, 2019.

**Quadro 10-** Protocolo de Relacionamento entre a FM e o HUCFF no segmento da pesquisa,  
(versão 1978).

Os projetos de pesquisa deverão ser elaborados pelos departamentos e submetidos a apreciação da Comissão de Investigação Científica do HU, quanto ao seu mérito
Cada projeto deverá ter um responsável onde contará com o apoio da estrutura do HU
Os assuntos referentes ao financiamento das pesquisas deverão ser apreciados pela Comissão Especial, indicada pela direção do HU.

Fonte: elaborada pela autora, extraído do Protocolo de Relacionamento FM/HUCFF, 2019.

Desse modo, o Protocolo de Relacionamento entre a Faculdade de Medicina e o HUCFF, foi assinado por Luiz Feijó, diretor em exercício da Faculdade de Medicina, Clementino Fraga Filho, diretor geral do Hospital Universitário e Bruno Alípio Lobo, decano do Centro de Ciências da Saúde em 21 de junho de 1978.

#### 4.2 Descrever as interseções das atividades no ensino, pesquisa, extensão/assistência entre a Faculdade de Medicina e a Maternidade Escola, previstas no Estatuto da UFRJ, Regimento Geral e nos Regimento destas Unidades

Para responder ao segundo objetivo foi realizada uma pesquisa de natureza documental, ocorrida a partir do mês de outubro de 2018 e no primeiro semestre de 2019. Tendo realizado a identificação e a seleção dos documentos. Foi feito um banco de dados contendo vinte e um documentos por classificação da legislação, através de um quadro com duas colunas que consta no capítulo anterior compondo a pesquisa documental com o intuito de dar confiabilidade e organicidade.

#### **Quadro 11-** Descrição das interseções no ensino entre a Faculdade de Medicina e a Maternidade Escola, de acordo o Estatuto da UFRJ (versão 27/06/2019).

Art. 9º A Universidade Federal do Rio de Janeiro ministrará o ensino, mediante a realização de cursos e de outras atividades curriculares e extracurriculares, compreendidas nas categorias já existentes e nas que vierem a ser criadas pelos Colegiados competentes e aprovadas pelo Conselho Universitário, na forma da legislação vigente
Art. 91. A Área de Graduação abrange as atividades de: I – coordenação dos cursos de graduação e de supervisão e controle de sua execução pelos Centros e Unidades Universitárias; II – supervisão das atividades didáticas; III – planejamento e supervisão do programa de atividades culturais, desportivas e recreativas e de outras extracurriculares
Art. 36º Os Órgãos Suplementares, integrantes da infraestrutura, compreendem: I – Os Núcleos que, com recursos próprios ou congregando recursos de uma ou mais Unidades Universitárias, se destinam ao desenvolvimento de projetos de programas de pesquisa, de extensão e de treinamento de interesse da Universidade Federal do Rio de Janeiro ou de instituições públicas ou privadas; II – As Organizações de Prestação de Serviços que, além de colaborarem com as Unidades Universitárias na execução do ensino, da pesquisa e da extensão, visam ao atendimento de problemas da comunidade; e III – Os Institutos Especializados. Parágrafo único. Os Órgãos Suplementares serão instituídos em caráter permanente ou temporário, pelo Conselho Universitário, por iniciativa do Reitor ou dos Conselhos de Coordenação dos Centros Universitários. <a href="https://consuni.ufrj.br/images/Legislacao/ESTATUTO_DA_UFRJ_ATUAL_27-06-2019.pdf">https://consuni.ufrj.br/images/Legislacao/ESTATUTO_DA_UFRJ_ATUAL_27-06-2019.pdf</a>

**Fonte:** elaborado pela autora, extraído do Estatuto da UFRJ, 2019.

**Quadro 12-** Descrição das interseções na pesquisa entre a Faculdade de Medicina e a Maternidade Escola, de acordo com o Estatuto da UFRJ, (versão 27/06/2019).

<p>Art. 10º A pesquisa, feita nas Unidades Universitárias, nos Órgãos Suplementares e no Museu Nacional, constituir-se-á em:</p> <p>I – Processo obrigatório na atividade acadêmica, em todas as áreas do conhecimento;</p> <p>II – Meio de: a) descobrimento de vocações; b) desenvolvimento de faculdades inventivas e criadoras; c) aprimoramento de habilidades para o trabalho; e d) de formação de novos valores humanos.</p> <p>III – Fator de desenvolvimento econômico e social, e de integração e segurança nacionais.</p> <p>Art. 11º A Universidade Federal do Rio de Janeiro assegurará ao pessoal docente a liberdade de escolha do objeto de investigação e as condições para sua execução</p>
<p>Art. 92. A Área de Pós-Graduação e Pesquisa abrange as atividades relativas à: I – coordenação dos cursos para graduados e dos trabalhos de pesquisa, bem como a supervisão e o controle de sua execução pelos Centros e Unidades Universitárias; II – planejamento didático e de pesquisas; III – planejamento e supervisão de programas culturais e extracurriculares dos estudantes; IV – elaboração de normas e planos concernentes à: a) concessão de bolsas de assistência financeira relacionadas com as categorias de cursos e atividades para graduados; b) alojamento, alimentação e transporte dos estudantes em coordenação com os competentes órgãos administrativos especiais; e c) assistência médica, social e jurídica aos estudantes. V – elaboração de normas para o regime disciplinar; e VI – promoção de intercâmbio cultural para o desenvolvimento dos programas de pesquisas e de ensino para graduados</p>

**Fonte:** elaborado pela autora, extraído do Estatuto da UFRJ, 2019.

**Quadro 13-** Descrição das interseções na extensão entre a Faculdade de Medicina e a Maternidade Escola, de acordo com o Estatuto da UFRJ, (versão 27/06/2019).

<p>Art. 95. A Área de Extensão abrange as atividades relativas à:</p> <p>I – Coordenação dos cursos de extensão e supervisão e controle de sua execução pelos Centros e Unidades Universitárias;</p> <p>II – Coordenação de programas e projetos de extensão e supervisão e controle de sua execução pelos Centros e Unidades Universitárias;</p> <p>III – Planejamento e supervisão do programa de atividades culturais, desportivas e recreativas e de outras atividades extracurriculares no âmbito da extensão;</p> <p>IV – Articulação com entidades públicas e privadas com vistas a elaborar planos para inserção do corpo discente em atividades de extensão associadas à programas e projetos oriundos de políticas públicas, bem como, com outros segmentos do setor produtivo para a viabilização de parcerias no âmbito da extensão.</p>
--

**Fonte:** elaborado pela autora extraído do Estatuto da UFRJ, 2019.

**Quadro 14-** Descrição das interseções no ensino entre a Faculdade de Medicina e a Maternidade Escola, de acordo com o Regimento Geral da UFRJ, (versão 1970).

<p>Art. 2º - Ao Departamento, constituído na forma do Art. 19 do Estatuto, compete:</p> <p><u>I - planejar as atividades de ensino e pesquisa; II - distribuir os trabalhos entre seus membros, respeitados a especialização e o nível hierárquico dos docentes; III - executar e coordenar o ensino das diversas disciplinas que o integram; IV - encaminhar ao Diretor, para aprovação dos colegiados da Unidade, os programas de ensino, sob a forma de planos de cursos; V - propor a admissão, a transferência e o afastamento do pessoal docente e administrativo; VI - indicar à Congregação seis nomes para a escolha dos três membros estranhos à Unidade, que deverão integrar a comissão julgadora de concurso para professor adjunto e titular; VII - propor a criação de novas disciplinas; VIII - sugerir medidas que visem à melhoria do ensino; IX - elaborar proposta dos recursos necessários à realização dos trabalhos; X - controlar as aplicações dos recursos colocados à disposição do Departamento; XI - prestar serviços que lhe forem solicitados através do Diretor da Unidade; XII - dar assistência técnica solicitada pela autoridade própria; XIII - colaborar com outros Departamentos da mesma Unidade ou de outras Unidades, quando autorizado pelo Diretor da Unidade à qual pertença o Departamento; XIV - sugerir ao Diretor a publicação de trabalhos produzidos pelos seus membros; XV - elaborar os projetos de regime de tempo integral e de dedicação exclusiva; XVI - aprovar normas de funcionamento do Departamento; XVII - eleger o Chefe do Departamento, na forma do art. 3º.</u></p> <p>Parágrafo Único - <u>Quando uma disciplina for ministrada em Instituto Especializado, integrará, no plano pedagógico, a estrutura Departamental da Unidade correspondente; no plano administrativo, a estrutura do próprio Instituto, na forma do disposto no art. 37 do Estatuto.</u> (grifo pela autora em todos os itens)</p> <p><a href="https://consuni.ufrj.br/images/Legislacao/Regimento_Geral_1970_atualizado_-_30-05-2019.pdf">https://consuni.ufrj.br/images/Legislacao/Regimento_Geral_1970_atualizado_-_30-05-2019.pdf</a></p>
---

**Fonte:** elaborado pela autora extraído do Regimento Geral da UFRJ, 2019.

**Quadro 15-** Descrição das interseções na pesquisa entre a Faculdade de Medicina e a Maternidade Escola, de acordo o Regimento Geral da UFRJ, (versão 1970).

<p>Art. 282 - A pesquisa constituirá atividade obrigatória nas Unidades Universitárias, Museu Nacional, respeitado o texto do art. 24 e Órgãos Suplementares, desenvolvendo-se em plano de igualdade ao ensino em todos os campos de conhecimentos e níveis de ensino, representando instrumento para que neste se alcance a maior eficiência.</p>
<p>Art. 283 - No campo de ensino de graduação, sempre que possível, se incluirão nos programas de estudos, tópicos que permitam a identificação de estudantes de alto nível mental e com vocação para a investigação científica. Parágrafo único - Aos estudantes dos cursos de graduação que mostrarem tais aptidões serão proporcionadas bolsas de iniciação científica ou emprego de monitor. Neste último caso, observar-se-ão as prescrições vigentes.</p>
<p>Art. 284 - A participação ou execução de projetos de pesquisa, constituirá parte obrigatória nos programas dos cursos para graduados previstos neste Regimento. Art. 285 - A execução de projetos de investigação para feitura de dissertação, no caso dos cursos de mestrado e de teses nos de doutorado, constituirá parte essencial de pós-graduação.</p>
<p>Art. 285 - A execução de projetos de investigação para feitura de dissertação, no caso dos cursos de mestrado e de teses nos de doutorado, constituirá parte essencial de pós-graduação.</p>
<p>Art. 286 - A Universidade, em seus planos de ação anuais, preverá os meios para reforço e expansão das linhas de pesquisa já existentes, a melhoria das incipientes e a sua implantação nos campos de conhecimento onde não existem tais atividades em desenvolvimento</p>
<p>Art. 287 - Em sua política de pesquisa, a Universidade manterá o necessário equilíbrio entre a pesquisa básica e a aplicada ou tecnológica.</p>
<p>Art. 288 - Terão prioridade na programação das atividades de pesquisa aplicada ou tecnológica, os projetos versando problemas brasileiros específicos, particularmente aqueles de que possam resultar contribuições úteis ao desenvolvimento do país.</p>
<p>Art. 289 - Procurar-se-á incrementar a pesquisa em todos os campos dos conhecimentos, não só quanto às ciências matemáticas e da natureza, mas, ainda, quanto às ciências humanas, à filosofia, à teoria e às técnicas educacionais, e, ao mesmo passo, incentivar a criação artística e literária.</p>

**Fonte:** elaborado pela autora, extraído do Regimento Geral da UFRJ, 2019.

**Quadro 16-** Descrição das interseções na extensão entre a Faculdade de Medicina e a Maternidade Escola, de acordo com o Regimento Geral da UFRJ, (versão 1970).

Não se encontrou no Regimento Geral da UFRJ um art. específico sobre a finalidade da extensão, incorporada as Unidades Universitárias e Órgãos Suplementares, porém no Art. 29ª discrimina a competência do Conselho de Extensão Universitária (Inserida pela Resolução nº 12, de 30/05/2019).

Art. 293 - Para atender a esses princípios, a Universidade promoverá, por seus órgãos próprios: I - levantamento sobre mercado de trabalho, qualificado; II - orientação a seus estudantes na integração de carreiras prioritárias para o desenvolvimento regional e nacional; III - assistência técnica, de âmbito local, regional ou nacional, a instituições e órgãos; IV - intercâmbio com as instituições econômicas; V - comunicação com a comunidade local através dos seus setores de cultura; VI - prestação de serviços à comunidade local, regional ou nacional, quando solicitada; VII - esclarecimento à opinião pública através de seus cursos de extensão, do equacionamento de seus problemas; VIII - desenvolvimento de cursos de atualização; IX - orientação da sua pesquisa no sentido da solução dos problemas locais, regionais e nacionais.

Fonte: elaborado pela autora, extraído do Regimento Geral da UFRJ, 2019.

**Quadro 17-** Descrição das interseções no ensino, pesquisa e extensão/assistência entre a Faculdade de Medicina e a Maternidade Escola, de acordo os Regimentos da FM (versão 1971) e ME (versão 2011) da UFRJ.

Faculdade de Medicina	Maternidade Escola
<p>Art. 5º O departamento, menor fração da estrutura da Universidade para os efeitos de organização administrativa, didática-científica e de distribuição de pessoal, compreende disciplinas afins e congrega professores para o objetivo comum de ensino e pesquisa.</p> <p>Parágrafo único- uma disciplina compreende a individualização didática e de pesquisa num setor específico da área de conhecimentos abrangida pelo departamento.</p> <p>Art. 123º A Faculdade de Medicina manterá cursos das seguintes modalidades; a) graduação; b) pós-graduação; c) de especialização, aperfeiçoamento, atualização, treinamento pessoal e extensão universitária e; d) de pós-doutorado</p>	<p>Art. 4º São objetivos gerais da Maternidade Escola: a) participar no ensino de graduação no âmbito da Faculdade de Medicina, na área de obstetrícia e neonatologia; b) colaborar com outras Unidades Acadêmicas no ensino de áreas afins ao seu campo de conhecimento; c) promover atividades de educação para a saúde e cooperar com os programas de saúde comunitária da UFRJ; d) realizar treinamento e estimular o aperfeiçoamento do pessoal técnico, administrativo e auxilia em atividade na ME; e) prestar assistência clínica e/ou cirúrgica de natureza obstétrica e neonatal; f) promover o uso e desenvolver as tecnologias mais avançadas no cuidado as pacientes obstétricas e seus conceitos exercendo sobre elas a avaliação crítica e definindo seu papel na assistência e no ensino médico; g) promover e realizar pesquisa científica nos campos da obstetrícia e da neonatologia bem como em áreas correlatas do saber; h) promover, respeitando-se a legislação em vigor, o Estatuto e o Regimento Geral da UFRJ, os Regimentos do CCS, Faculdade de Medicina, as normas do CEPG de forma coordenada e estritamente vinculada a Faculdade de Medicina e outras unidades acadêmicas da UFRJ em áreas de conhecimento correlatas a ME e; i) promover o intercâmbio com instituições nacionais e estrangeiras vinculadas aos campos da obstetrícia e da neonatologia.</p>

Fonte: Elaborada pela autora, extraído dos Regimentos da FM e da ME, 2019.

### 4.3 Propor um modelo de protocolo de relacionamento para a interlocução entre a Faculdade de Medicina e a Maternidade Escola da UFRJ

O terceiro objetivo, resultou de um projeto aplicativo que foi desenvolvido como parte dos requisitos do mestrado profissional da ME.

Para responder a este objetivo, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os ex-diretores e diretores da Faculdade de Medicina e da Maternidade Escola, durante o período da gestão de 1990 a 2019.

Todos os convidados aceitaram em participar da pesquisa e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Contudo, um ex-diretor não pôde participar. A primeira entrevista ocorreu em três de abril de 2019 e a última em 29 de agosto de 2019.

**Tabela 1-** Distribuição das frequências (absoluta e relativa) dos entrevistados da Faculdade de Medicina e da Maternidade Escola da UFRJ em 2019.

Entrevistados	N	% (100)
<b>Faculdade de Medicina</b>	N (4)	
Ex-diretor	3	33,3
Diretor	1	11,1
		44,4
<b>Maternidade Escola</b>	N (5)	
Ex-diretor	4	44,4
Diretor	1	11,1
		55,5
<b>Total</b>	9	99,9

Fonte: elaborado pela autora, 2019.

O maior número de ex-diretores entrevistados foi 33,3%, da Faculdade de Medicina e 44,4%, da Maternidade Escola. Quanto aos diretores entrevistados 11,11%, da Faculdade de Medicina e Maternidade Escola. O total da frequência dos indivíduos entrevistados foi 99,9%.

**Tabela 2-** Resultado da análise de conteúdo das entrevistas. (continua...)

Categoria	Unidade de Significação (US)	Unidade de Registro (UR) N=	% (100)
<b>Ensino</b>	Unidade Acadêmica	164	21,2%
	Professor	66	8,5%
	Médico	49	6,3%
	Formação dos alunos	35	4,5%
	Internato	31	4,0%
	Preceptoria	14	1,8%
	Tutoria	08	1,0%
	Interseção nas atividades acadêmicas	34	4,3%
Subtotal		<b>401</b>	<b>51,8%</b>

<b>Pesquisa</b>	Com Unidades da UFRJ.	28	3,6
	Com Unidades externas à UFRJ	06	0,7
	Hospital Universitário	138	17,8%
<b>Subtotal</b>		<b>172</b>	<b>22,2%</b>
<b>Extensão/assistência</b>	IDA	36	4,6%
	Projetos	10	1,2%
<b>Subtotal</b>		<b>46</b>	<b>5,9%</b>
<b>Gestão</b>	Grau de satisfação dos gestores	15	1,9%
	Recurso orçamentário	25	3,2%
	Financiamento SUS	10	1,2%
	Protocolo	15	1,9%
	Interlocução	58	7,5%
	Infraestrutura	31	4,0%
<b>Subtotal</b>		<b>154</b>	<b>19,9%</b>
<b>Total</b>		<b>773</b>	<b>99,8%</b>

**Fonte:** elaborada pela autora, 2019.

Das entrevistas realizadas com os ex-diretores e diretores da Faculdade de Medicina e Maternidade Escola da UFRJ, emergiram as seguintes categorias: ensino 51,8%, pesquisa 22,2%, extensão 5,9% e gestão 19,9%.

O modelo do Protocolo de Relacionamento entre a Faculdade de Medicina e a Maternidade Escola, bem como o modelo geral para servir como referência para demais Unidades se assim desejarem, estão contidos abaixo.

Todavia, o modelo do protocolo entre a FM e ME, seguirá as quatro dimensões de acordo com as categorias que emergiram da análise de conteúdo, ensino, pesquisa, extensão/assistência e gestão associada a análise documental, respeitando-se os princípios legais e as competências de cada uma das Unidades envolvidas.

No ensino abordará a disciplina da obstetrícia, que é ministrada no curso de graduação em medicina e nos internatos rotatório e eletivo em obstetrícia, pediatria e saúde coletiva que ocorrem na Maternidade Escola.

Na pesquisa e extensão/assistência, a relação de trabalho conjunto com a Faculdade de Medicina, e na gestão o modo de governança destas relações envolvendo as duas Unidades.

## **Quadro 18 - Modelo do Protocolo de Relacionamento entre a Faculdade de Medicina e a Maternidade Escola da UFRJ.**

### 1- Introdução

O modelo do protocolo apresentado, foi um dos produtos da dissertação do mestrado profissional da Maternidade Escola da UFRJ, intitulada “O Protocolo de Relacionamento entre as Unidades Acadêmicas e as Unidades Hospitalares da UFRJ: O Caso da Maternidade Escola”.

No percurso metodológico, o tipo de estudo foi exploratório, descritivo, sendo usado o estudo de caso como estratégia, de abordagem qualitativa, que foi realizada por meio de análise documental e história oral.

Como um dos objetivos específicos foi propor um modelo de protocolo de relacionamento para a interlocução entre a Faculdade de Medicina e a Maternidade Escola, de acordo com a análise documental da legislação vigente e pertinente, associada à história oral apresentamos abaixo:

Considerando a Constituição Federativa do Brasil de 1988, Art. 6º que preconiza a saúde e educação como direitos sociais, bem como os Art. 196 “saúde é um direito de todos” e art. 205 “a educação direito de todos e dever do estado” e o Art. 207 onde está prescrita “a indissociabilidades entre ensino, pesquisa e extensão”.

Considerando a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB), estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, seja no âmbito público ou privado Art. 43 “estabelecendo as finalidades da educação superior”, Art. 44 “a abrangência dos cursos e programas (graduação, pós-graduação e de extensão)”, no Art. 56 “as instituições públicas de educação superior obedecerão ao princípio da gestão democrática, assegurada a existência de órgãos colegiados deliberativos, de que participarão os segmentos da comunidade institucional, local e regional e Art.57 “nas instituições públicas de educação superior, o professor ficará obrigado ao mínimo de oito horas semanais de aulas”.

Considerando a Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990, dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, através do Art. 5 que define os objetivos, Art. 6 inclui os campos de atuação, Art. 15 das atribuições comuns, itens IX “participação na formulação e na execução da política de formação e desenvolvimento de recursos humanos para a saúde e XIX realizar pesquisas e estudos na área da saúde”. Art. 16 da competência, item IX “promover articulação com os órgãos educacionais e de fiscalização do exercício profissional, bem como com entidades representativas de formação de recursos humanos na área da saúde”, Art. 27, parágrafo único “os serviços públicos que integram o SUS constituem campo de prática para o ensino e pesquisa, mediante normas específicas, elaboradas conjuntamente com o sistema educacional”.

Considerando que as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) de 2014 é um documento norteador que contribuiu para o desenvolvimento teórico-prático do projeto pedagógico para o curso de medicina, incluindo sua gestão, contendo a descrição dos princípios, competências, habilidades e atitudes. Tem como princípio norteador a pluralidade de ideais e a indissociabilidade entre a teoria e a prática. Dele se depreende como se dará a formação do futuro médico e como ele sairá da Faculdade de Medicina. Art. 3º “o graduado em medicina terá formação geral, humanista, crítica, reflexiva e ética, com capacidade para atuar nos diferentes níveis de atenção à saúde, com ações de promoção, prevenção, recuperação e reabilitação. No Art. 24 inclui o estágio curricular obrigatório supervisionado em regime de internato, ampliando para sete áreas: clínica médica, cirurgia, ginecologia/obstetrícia, pediatria, saúde coletiva, saúde mental e medicina geral de família”.

Considerando a Lei nº 13.243 de (Marco Legal da Ciência e Tecnologia), tendo como objetivo principal, disciplinar as relações entre governo, empresas e universidades, com vistas ao desenvolvimento científico, econômico e tecnológico do país. Traz a luz a desburocratização para as atividades de pesquisa e inovação no país, criando mecanismos para integrar instituições científicas e tecnológicas e ainda incentivar investimentos em pesquisa. As Universidades e instituições públicas de pesquisa brasileira terão mais incentivos para estabelecer parcerias com o setor privado.

Considerando a Resolução do Conselho Nacional de Educação nº 07/2018 (Marco da Extensão), tem no seu Art. 1º a definição dos “princípios, fundamentos e procedimentos que devem ser observados no planejamento, nas políticas, na gestão e na avaliação das instituições de educação superior de todos os sistemas de ensino no país”. Art.2º regulamenta as atividades acadêmicas de extensão na graduação também podendo ser direcionadas aos cursos de pós-graduação, conforme o Projeto Político Pedagógico (PPP) da instituição de educação superior. Art. 3º “a extensão é a atividade que se integra à matriz curricular e a organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as IES e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa”.

Considerando o Estatuto da UFRJ, no que compete ao ensino entre as Unidades Acadêmicas e Hospitalares Art. 91 e 36; pesquisa Art. 10 e 92 e extensão Art.95.

Considerando o Regimento Geral da UFRJ, no que compete ao ensino Art. 2, pesquisa Art. 282 ao 289 e extensão não foi encontrado um artigo específico sobre a finalidade da extensão para as Unidades Acadêmicas e Hospitalares.

Considerando as Resoluções CEG nº 02/2013 e 04/2014 e Resoluções do CEU/PR5 nº 01/2015, 01/2016 que tratam da regulamentação da extensão na UFRJ em consonância com a Resolução CNE nº 07/2018.

Considerando o Regimento da Faculdade de Medicina no que compete ao ensino, pesquisa e extensão destacamos os Art. 5º e 123. É a escola do ensino superior Brasil criada em 1808, que atualmente acampa quatro cursos de graduação na área da saúde. Que tem na sua missão formar profissionais com conhecimentos técnico-científicos sólidos e atualizados, atitude ética e humanística e concepção abrangente dos determinantes e condicionantes de saúde na sociedade, comprometidos com a saúde dos indivíduos, das famílias e da coletividade, em todos os níveis de atenção, para atuar no cuidado, na pesquisa e na administração em saúde em prol da qualidade de vida.

Realizar atividades de ensino, pesquisa e extensão que contribuam para o avanço do conhecimento e que respondam às demandas do indivíduo, da sociedade e do Sistema Único de Saúde, promovendo evidências ao processo de tomada de decisão no âmbito das políticas públicas.

Considerando o Regimento da Maternidade Escola no que compete a participação no ensino na área da obstetrícia e neonatologia no âmbito da Faculdade de Medicina e outras Unidades acadêmicas da UFRJ, promover e realizar pesquisa científica nos campos da obstetrícia e da neonatologia bem como em áreas correlatas do saber, destacamos o Art. 4. A Maternidade Escola tem como missão promover o ensino, através do desenvolvimento de modelos de gestão clínica, pesquisa e inovação tecnológica em saúde perinatal, visando a formação de profissionais com compromisso social.

Considerando que a Maternidade Escola é um Órgão Suplementar da UFRJ (Unidade Hospitalar) vinculada ao Centro de Ciências da Saúde, é uma unidade universitária coirmã da Faculdade de Medicina, promovendo e realizando pesquisas e inovação tecnologia e extensão.

Considerando que a Faculdade de Medicina através do departamento de ginecologia/obstetrícia tem na graduação em medicina através do Projeto Pedagógico do Curso (PPC), de acordo com as DCN (2014), a disciplina FMG 501 (M8) ministrada na Maternidade Escola, bem como é cenário de prática para os internatos rotatórios e eletivos em obstetrícia, pediatria e saúde coletiva.

Considerando que a Faculdade de Medicina (Unidade Acadêmica) e a Maternidade Escola (Unidade Hospitalar) vinculadas ao Centro de Ciências da Saúde, interagem através do ensino, pesquisa e extensão, é que se propõe o modelo do protocolo de relacionamento dividido em eixos temáticos, a saber:

#### **No eixo gestão**

I- A gestão da Maternidade Escola, terá autonomia para estabelecer suas normas para o uso de suas dependências físicas na realização das atividades de ensino, pesquisa e extensão, podendo assim excepcionalmente pactuar em comum acordo com a Faculdade de Medicina algumas necessidades com relação as despesas de custeio e/ou capital exclusivamente para o ensino, desde que a ME não tenha o mínimo de condições de arcar com os custos e que as atividades do ensino fiquem momentaneamente inviável devido ao problema surgido.

II – Os docentes do quadro efetivo e temporário com atuação na Maternidade Escola, pertencem ao departamento de ginecologia/obstetrícia da Faculdade de Medicina;

III- A indicação dos nomes dos docentes da Faculdade de Medicina para ocupar cargos de chefia de serviços da Maternidade Escola, deverão ser submetidos a anuência da Faculdade de Medicina, por meio do Conselho Departamental.

IV- As solicitações de assuntos relacionados a vida funcional dos docentes, obedecida a legislação vigente da Administração Pública Federal, bem com as normas institucionais, deverão ser submetidos ao departamento de ginecologia/obstetrícia e posteriormente a direção da Faculdade de Medicina. Vale destacar que o departamento de ginecologia/obstetrícia deverá acordar previamente a cada ano entre os docentes, os períodos de férias que serão solicitados por eles próprios através da plataforma SIGEPE do Governo Federal, de modo que não ocorra prejuízos nas atividades docentes-assistenciais realizadas na Maternidade Escola. Caberá a Faculdade de Medicina, a homologação do período de férias solicitado pelos docentes, com exceção daqueles que estão em cargos de chefia formalizados na Maternidade Escola.

V- Em caso de afastamento do docente por férias ou qualquer outra necessidade, caberá a Faculdade de Medicina encaminhar oficialmente a Secretaria de Ensino da Maternidade Escola, o nome do docente que substituirá o docente afastado.

VI- Caberá a Maternidade Escola, a responsabilidade exclusiva sobre o servidor não docente, nela lotado, mesmo com a prerrogativa de envolvimento com o ensino de graduação.

VII- Para otimização da gestão acadêmica através do ensino entre a Faculdade de Medicina e a Maternidade Escola, caberá a Faculdade de Medicina, através da sua Secretaria de Expediente Escolar encaminhar no início do período letivo e sempre que for necessário a Maternidade Escola, a relação nominal

dos alunos através do e-mail institucional que irão cursar a disciplina FMG 501 (M8) do oitavo período, bem como dos internatos rotatório e eletivo em obstetrícia, pediatria e saúde coletiva com antecedência mínima de (a definir entre as partes) dias antes do início do semestre letivo.

VIII- Caberá aos docentes que atuam na Maternidade Escola, encaminhar os graus e frequências para o Setor de Ensino da ME dentro do prazo previsto, conforme o calendário do ano letivo e, a Secretaria de Ensino da ME encaminhar à relação para a Faculdade de Medicina, através do departamento de ginecologia/obstetrícia devidamente assinada pelo docente responsável pela disciplina e internatos.

IX- Caberá a Maternidade Escola dar conhecimento aos docentes e alunos das normas e rotinas assistenciais nas diversas áreas de atuação.

#### **No eixo ensino**

X- A Faculdade de Medicina, através da Coordenação de Graduação e Coordenação do Internato deverão se relacionar diretamente com a Direção Adjunta de Ensino da ME para atender as demandas necessárias, tais como relação nominal dos alunos seguido do CPF, com antecedência mínima de uma semana, com a discriminação das áreas, a carga horária a ser cumprida e o nome do professor que será o responsável pela disciplina do oitavo período e dos internatos. A relação deverá estar devidamente assinada.

XI- A Faculdade de Medicina é a responsável pelas ementas das disciplinas ministradas na Maternidade Escola e a Maternidade Escola deverá ser a responsável pelo desenvolvimento das atividades teórica e prática para desenvolver as competências e habilidades conforme preconiza o Programa Pedagógico do Curso em medicina (PPC), sendo o professor da unidade de origem o responsável direto pelo aluno.

XII- A Maternidade Escola, através da Direção Adjunta de Ensino em concordância com o Conselho Diretor, definirá a viabilidade das atividades em consonância as condições e limites previstos por cada setor clínico fazendo a devida interlocução com a Faculdade de Medicina.

XIII- Caberá aos docentes responsáveis dos departamentos de ginecologia/obstetrícia, pediatria e (medicina preventiva) saúde coletiva, da Faculdade de Medicina, este último de responsabilidade compartilhada com o IESC, em exercício na Maternidade Escola, a supervisão da execução das atividades acadêmicas descritas no PPC sobre o cumprimento fiel das ementas das disciplinas do M8 e internatos rotatório e eletivo (obstetrícia, pediatria e saúde coletiva) nas atividades do ensino de graduação a nível teórico e prático, bem como acompanhar o aluno durante toda a sua trajetória acadêmica curricular na Maternidade Escola.

XIV- Caberá a Maternidade Escola manter o banco dos preceptores devidamente atualizado e capacitado para as atividades acadêmicas no ensino da graduação.

#### **No eixo pesquisa**

XV- Os docentes e técnicos-administrativos da Faculdade de Medicina que pretendam desenvolver projetos de pesquisa na Maternidade Escola, deverão dar entrada na solicitação apresentando a proposta da pesquisa no Conselho Gestor de Pesquisa da ME através do link [incluir o endereço digital]. Após a aprovação, o requerente poderá fazer a submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa da Maternidade Escola (CEP-ME), mesmo com aprovação anterior de CEP de outra Unidade da UFRJ.

XVI- Caberá aos pesquisadores-proponentes integrantes da Faculdade de Medicina obedecer às normas estipuladas pelo CEP-ME para a submissão dos projetos

XVII- Caberá as Unidades envolvidas a responsabilidade de pesquisas para a promoção das atividades científicas e tecnológicas consideradas estratégicas para o desenvolvimento econômico e social.

XVIII- Caberá obrigatoriamente ao pesquisador incluir as logomarcas da Faculdade de Medicina e da Maternidade Escola, bem como seu nome completo e a Unidade Acadêmica (FM) a que está vinculado em toda a sua produção científica resultante de dados gerados de pesquisa realizada no âmbito da Maternidade Escola. Também quando da divulgação dos resultados na imprensa nacional e internacional.

XIX- Caberá a Faculdade de Medicina e a Maternidade Escola, o interesse de desenvolver pesquisas com a ótica da inovação, “introduzidas de novidade ou aperfeiçoamento no ambiente produtivo e social que resulte em novos produtos, serviços ou processos ou que compreenda a agregação de novas funcionalidades ou características a produto, serviço ou processo que já existe, porém que possa resultar em melhorias e em efetivo ganho de qualidade ou desempenho”.

#### **No eixo extensão**

XX- Caberá a Faculdade de Medicina e a Maternidade Escola a possibilidade de criar programas interinstitucionais preferencialmente de caráter multidisciplinar, interdisciplinar e/ou transdisciplinar e integrado a atividades de ensino e pesquisa (pós-graduação) para o desenvolvimento de projetos de extensão de forma conjunta envolvendo o seu corpo social.

XXI- Caberá a Faculdade de Medicina e a Maternidade Escola, propor cursos de extensão de “caráter teórico e/ou prático, presencial ou à distância, planejada e organizada de modo sistemático, com carga horária mínima de 8h e critérios de avaliação definidos”, apreciados pela Congregação da Faculdade de Medicina,

conforme Resolução PR5 01/2016, § 1º O proponente do curso terá a função de coordenador sendo, por isso, o responsável pela equipe, manter e disponibilizar todas as informações necessárias às instâncias às quais o curso foi submetido e aprovado. § 2º Um curso pode ter mais de um coordenador, porém, deverá ser designado apenas um responsável pelo cadastramento do mesmo no SIGPROJ.

#### **Cláusulas Gerais**

XXII- Este Protocolo deverá ter periodicidade de revisão acordado entre as partes signatárias de acordo com as necessidades institucionais, devendo acompanhar as transformações legais, sociais e políticas que abarquem o ensino, pesquisa e extensão e a ciência e tecnologia e inovação.

XXIII- Deverá ser encaminhado à Congregação da Faculdade de Medicina para apreciação no sentido de institucionalizá-lo entre as partes signatárias.

XXIV- Qualquer uma das partes signatárias poderá solicitar a revisão do protocolo, encaminhando a solicitação à Congregação da Faculdade de Medicina.

## **Quadro 19 - Modelo do Protocolo Geral de Relacionamento entre as Unidades Acadêmicas e as Unidades Hospitalares da UFRJ.**

### 1- Introdução

O modelo do protocolo apresentado, foi produto da dissertação do mestrado profissional da Maternidade Escola da UFRJ, intitulada “O Protocolo de Relacionamento entre as Unidades Acadêmicas e as Unidades Hospitalares da Universidade Federal do Rio de Janeiro: O Caso da Maternidade Escola”.

No percurso metodológico, o tipo de estudo foi exploratório, descritivo, sendo usado o estudo de caso como estratégia, de abordagem qualitativa, que foi realizada por meio de análise documental e história oral.

Considerando a legislação brasileira vigente para a educação em saúde envolvendo os pilares da Universidade, bem como as normas institucionais descritas no Estatuto e Regimento Geral da Universidade Federal do Rio de Janeiro, é que se propõe o modelo geral de protocolo entre as Unidades Acadêmicas e as Unidades Hospitalares da UFRJ.

Considerando o Regimento Unidade Acadêmica [incluir o nome da Unidade] e sua relação com o ensino no que compete ensino, pesquisa e extensão destacamos os Art. [...]. Que tem na sua missão [incluir a missão da unidade Acadêmica]

Considerando o Regimento do Hospital Universitário [incluir o nome] no que compete a participação no ensino na área [incluir a(s) áreas de atuação] no âmbito da Unidade Acadêmica [incluir o nome da Unidade] da UFRJ, promover e realizar pesquisa científica nos campos da [incluir a(s) área(s)] bem como em áreas correlatas do saber, destacamos o Art. [incluir a missão da Unidade Hospitalar].

Considerando que a Unidade Hospitalar é um Órgão Suplementar da UFRJ e que os Institutos Especializados [incluir nome] vinculados ao Centro de Ciências da Saúde, integram no plano pedagógico da [incluir o nome da Unidade Acadêmica], promovendo e realizando pesquisas e inovação tecnologia e extensão.

Considerando que a Unidade Acadêmica [incluir o nome da Unidade] através do departamento de [incluir o nome do departamento da Unidade Acadêmica] tem na graduação em [incluir o nome do curso] através do Projeto Pedagógico do Curso (PPC), de acordo com as DCN [incluir as DCN do curso de graduação], a disciplina [incluir o código da disciplina] ministrada na Unidade Hospitalar e/ou Instituto [incluir o nome do hospital], bem como é cenário de prática para os estágios curriculares da Unidade Acadêmica [incluir o nome da Unidade] e para os internatos rotatórios e eletivos e/ou estágio curricular [incluir os internatos e/ou estágio curricular realizados na Unidade Hospitalar].

Considerando que a Unidade Acadêmica [incluir o nome da Unidade] e a Unidade Hospitalar [incluir o nome do hospital] vinculadas ao Centro de Ciências da Saúde, interagem através do ensino, pesquisa e extensão, é que se propõe o modelo do protocolo de relacionamento dividido em eixos temáticos, a saber:

#### **No eixo gestão**

I- A gestão da Unidade Hospitalar [incluir o nome do hospital], terá autonomia para estabelecer suas normas para o uso de suas dependências físicas na realização das atividades de ensino, pesquisa e extensão, podendo assim excepcionalmente pactuar em comum acordo com a Unidade Acadêmica [incluir o nome da Unidade Acadêmica] algumas necessidades com relação as despesas de custeio e/ou capital exclusivamente para o ensino, desde que a Unidade Hospitalar [incluir o nome do hospital] não tenha o mínimo de condições de arcar com os custos e que as atividades do ensino fiquem momentaneamente inviável devido ao problema surgido.

II – Os docentes do quadro efetivo e temporário com atuação na unidade Hospitalar [incluir o nome do hospital], pertencem ao departamento [incluir o nome] da Unidade Acadêmica [incluir o nome da Unidade];

III- A indicação dos nomes dos docentes da Unidade Acadêmica [incluir o nome da Unidade] para ocupar cargo de chefia de serviços na Unidade Hospitalar [incluir o nome do hospital] deverão ser submetidos a anuência da Direção da Unidade Acadêmica [incluir o nome], por meio do Conselho Departamental da Unidade Acadêmica [incluir o nome da Unidade]

IV- As solicitações de assuntos relacionados a vida funcional dos docentes, obedecida a legislação vigente da Administração Pública Federal, bem como as normas institucionais, deverão ser submetidos ao departamento [incluir o nome] e posteriormente à direção da Unidade Acadêmica [incluir o nome da Unidade]. Vale destacar que o departamento [incluir o nome] deverá acordar previamente a cada ano entre os docentes, os períodos de férias que serão solicitados por eles próprios através da plataforma SIGEPE do Governo Federal, de modo que não ocorra prejuízos nas atividades docentes-assistenciais realizadas na Unidade Hospitalar [incluir o nome]. Caberá a unidade Acadêmica [incluir o nome], a homologação do período de férias solicitado pelos docentes, com exceção daqueles que estão em cargo de chefia na Unidade Hospitalar [incluir o nome].

V- Em caso de afastamento do docente por férias ou qualquer outra necessidade, caberá a Unidade Acadêmica [incluir o nome] encaminhar oficialmente a Secretaria de Ensino da Unidade Hospitalar [incluir o nome do hospital], o nome do docente que substituirá o docente afastado.

VI- Caberá a Unidade Hospitalar [incluir o nome do hospital], a responsabilidade exclusiva sobre o servidor não docente, nela lotado, mesmo com a prerrogativa de envolvimento com o ensino de graduação.

VII- Para otimização da gestão acadêmica através do ensino entre a Unidade Acadêmica [incluir o nome] e a Unidade Hospitalar, caberá a Unidade Acadêmica [incluir o nome], através da sua Secretaria de Ensino encaminhar no início do período letivo e sempre que for necessário à Unidade Hospitalar [incluir o nome], a relação nominal dos alunos através do e-mail institucional que irão cursar a disciplina [incluir o nome da(s) disciplina(s) do [...] período, bem como dos estágios curriculares e/ou internatos rotatório e eletivo em [incluir as áreas], com antecedência mínima de [a definir entre as partes] dias antes do início do período letivo.

VIII- Caberá aos docentes que atuam na Unidade Hospitalar [incluir o nome do hospital], encaminhar os graus e frequências para o Setor de Ensino da Unidade Hospitalar [incluir o nome do hospital] dentro do prazo previsto conforme o calendário do ano letivo e, a Secretaria de Ensino da [Unidade Hospitalar] encaminhar a relação para a Unidade Acadêmica [incluir o nome da Unidade], através do departamento [incluir o nome do departamento] devidamente assinada pelo docente responsável pela disciplina, internatos e/ou estágios curriculares.

IX- Caberá a Unidade Hospitalar [incluir o nome] dar conhecimento aos docentes e alunos das normas e rotinas assistenciais nas diversas áreas de atuação.

#### **No eixo ensino**

X- A unidade Acadêmica [incluir o nome da Unidade], através da Coordenação de Graduação deverá se relacionar diretamente com a Direção Adjunta de Ensino da Unidade Hospitalar [incluir o nome do hospital] para atender as demandas necessárias, tais como relação nominal dos alunos seguido do CPF, com antecedência mínima de [definir entre as partes], com a discriminação das áreas, a carga horária a ser cumprida e o nome do professor que será o responsável pela disciplina do [...] período, estágio curricular e/ou dos internatos. A relação deverá estar devidamente assinada.

XI- A Unidade Acadêmica [incluir o nome da Unidade] é a responsável pelas ementas das disciplinas ministradas na Unidade Hospitalar [incluir o nome] e a Unidade Hospitalar [incluir o nome] deverá ser a responsável pelo desenvolvimento das atividades teórica e prática, sendo o professor da unidade de origem o responsável direto pelo aluno.

XII- A Unidade Hospitalar [incluir o nome], através da Direção Adjunta de Ensino em concordância do Conselho Diretor ou instância correlata da Unidade Hospitalar, definirá a viabilidade das atividades em consonância as condições e limites previstos por cada setor clínico fazendo a devida interlocução com a Unidade Acadêmica [incluir o nome da Unidade].

XIII- Caberá ao docente responsável da Unidade Acadêmica [incluir o nome da Unidade] em exercício na Unidade Hospitalar [incluir o nome do hospital], monitorar através do departamento [incluir o nome do hospital] sobre o cumprimento fiel das ementas curriculares das atividades do ensino de graduação a nível teórico e prático, bem como acompanhar o aluno durante toda a sua trajetória acadêmica curricular na Unidade Hospitalar [incluir o nome do hospital].

XIV- Caberá a Unidade Hospitalar [incluir o nome do hospital] manter o banco dos preceptores devidamente atualizado e capacitado para as atividades acadêmicas no ensino da graduação.

#### **No eixo pesquisa**

XV- Os docentes e técnicos-administrativos da Unidade Acadêmica [incluir o nome] que pretendam desenvolver projetos de pesquisa na Unidade Hospitalar [incluir o nome], deverão dar entrada na solicitação apresentando a proposta da pesquisa [a definir pelas partes] no Conselho Gestor de Pesquisa ou Divisão de Pesquisa e ou equivalente através do link [adicionar o endereço digital]. Após a aprovação, o requerente poderá fazer a submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa da Unidade Hospitalar [incluir o nome do hospital], mesmo com aprovação anterior de CEP de outra unidade da UFRJ ou não [a definir entre as partes].

XVI- Caberá aos pesquisadores-proponentes integrantes da Unidade Acadêmica [incluir o nome] obedecer às normas estipuladas pelo CEP da Unidade Hospitalar [incluir o nome do hospital] para a submissão dos projetos

XVII- Caberá as Unidades envolvidas a responsabilidade de pesquisas para a promoção das atividades científicas e tecnológicas consideradas estratégicas para o desenvolvimento econômico e social.

XVIII- Caberá obrigatoriamente ao pesquisador incluir as logomarcas da Unidade Acadêmica [incluir o nome da Unidade] e da Unidade Hospitalar [incluir o nome do hospital], bem como seu nome completo e a Unidade Acadêmica [incluir o nome da Unidade] a que está vinculado em toda a sua produção científica resultante de dados gerados de pesquisa realizada no âmbito da Unidade Hospitalar [incluir o nome do hospital]. Também quando da divulgação dos resultados na imprensa nacional e internacional.

XIX- Caberá a Unidade Acadêmica [incluir o nome da Unidade] e a Unidade Hospitalar [incluir o nome do hospital] o interesse de desenvolver pesquisas com a ótica da inovação, “introduzidas de novidade ou aperfeiçoamento no ambiente produtivo e social que resulte em novos produtos, serviços ou processos ou que

compreenda a agregação de novas funcionalidades ou características a produto, serviço ou processo que já existe, porém que possa resultar em melhorias e em efetivo ganho de qualidade ou desempenho”.

#### **No eixo extensão**

XX- Caberá a Unidade Acadêmica [incluir o nome] e a Unidade Hospitalar [incluir o nome do hospital] a possibilidade de criar programas interinstitucionais preferencialmente de caráter multidisciplinar, interdisciplinar e transdisciplinar e integrado a atividades de ensino e pesquisa (pós-graduação) para o desenvolvimento de projetos de extensão de forma conjunta envolvendo o seu corpo social.

XXI- Caberá a Unidade Acadêmica [incluir o nome da Unidade] e a Unidade Hospitalar [incluir o nome do hospital], propor cursos de extensão de “caráter teórico e/ou prático, presencial ou à distância, planejada e organizada de modo sistemático, com carga horária mínima de 8h e critérios de avaliação definidos”, apreciados pela Congregação da Unidade Acadêmica [incluir o nome da Unidade], conforme Resolução PR5 01/2016, § 1º O proponente do curso terá a função de coordenador sendo, por isso, o responsável pela equipe, manter e disponibilizar todas as informações necessárias às instâncias às quais o curso foi submetido e aprovado. § 2º Um curso pode ter mais de um coordenador, porém, deverá ser designado apenas um responsável pelo cadastramento do mesmo.

#### **Cláusulas Gerais**

XXII- Este Protocolo deverá ter periodicidade de revisão acordado entre as partes signatárias de acordo com as necessidades institucionais, devendo acompanhar as transformações legais, sociais e políticas que abarquem o ensino, pesquisa e extensão e a ciência e tecnologia e inovação.

XXIII- Deverá também ser discutido conjuntamente pelas partes interessadas e encaminhado à Congregação da Unidade Acadêmica para apreciação no sentido de institucionalizá-lo.

XXIV- Qualquer uma das partes signatárias poderá solicitar a revisão do protocolo, encaminhando a solicitação à Congregação da Unidade Acadêmica [incluir o nome da Unidade].

## 5 DISCUSSÃO

### 5.1 Discussão 1ª parte: descrevendo os Protocolos de Relacionamento, Acordos de Cooperação e congêneres entre as Unidades Acadêmicas e as Unidades Hospitalares, vigentes na UFRJ

Para a discussão do primeiro objetivo utilizou-se a análise documental que culminou na identificação do único protocolo de relacionamento da Faculdade de Medicina da UFRJ com um dos nove hospitais, o HU, atualmente HUCFF que é o hospital geral, instituído na estrutura organizacional da UFRJ, em 1978.

No protocolo de relacionamento entre a FM e o HUCFF, que encontra vigente, há descrito as competências no âmbito administrativo, ensino e pesquisa, porém, não inclui a extensão.

Iniciando pelo plano administrativo do protocolo de relacionamento, observa-se que consta de forma clara e minuciosa as competências da Faculdade de Medicina e do HU. O pessoal docente pertence ao quadro de pessoal da Faculdade de Medicina e a própria FM é quem designava os docentes para o exercício das atividades no HU, porém a frequência dos docentes é verificada no HU, conforme as normas que estão estabelecidas pela gestão das duas unidades, cabendo ao HU, a responsabilidade da comunicação à Faculdade de Medicina FRAGA FILHO (1978, p.155.)

Também consta descrito que as escalas de férias dos docentes estão sob a responsabilidade dos departamentos, considerando as atividades didáticas e assistenciais no âmbito do HU, com prazo estipulado no mês de novembro de cada ano.

Os pedidos de afastamentos eventuais dos docentes para participação em congressos e demais reuniões, serão encaminhadas à direção da FM com uma antecedência de pelo menos um mês, porém a Unidade Acadêmica para dar o seu aval considera as necessidades das atividades didáticas e assistenciais desenvolvidas no HU.

Logo para qualquer solicitação com relação aos afastamentos dos mais variados tipos, precisa da avaliação do planejamento das atividades docentes e assistenciais realizadas no HU, por intermédio dos Serviços das especialidades médicas que são do HU, da apreciação do departamento, e anuência da FM.

Desta forma, depreende-se que a organização e planejamento das atividades acadêmicas do pessoal docente da FM, perpassa pelos Serviços das especialidades médicas do HUCFF e

segue para o departamento que pertence à FM fazendo a interlocução com a FM da UFRJ. Portanto, quanto aos médicos contratados e não docentes a responsabilidade cabe exclusivamente ao HU.

Passando para a questão do orçamento da Faculdade para manter o ensino, anteriormente reservados às várias clínicas abrigadas no HU, serão aplicadas em despesas de custeio das mesmas. Em primeiro lugar entende-se que como está descrito, havia previsão de recursos no orçamento da FM para o ensino, contudo não está claro quando faz menção “*as várias clínicas*”.

Outro assunto que também chamou à atenção é com relação ao relacionamento administrativo descrito no Protocolo de Relacionamento entre a FM e o HU, pois para “*comodidade dos docentes, a Faculdade manterá um serviço de Secretaria, em área indicada pelo HU*”. De fato, isto proporciona uma maior integração e a percepção que se tem é que otimiza as relações de trabalho no âmbito da docência, assistência e da gestão entre ambas as Unidades da UFRJ. A impressão que remonta a este discurso é a integração do corpo administrativo da Faculdade ao HU.

Uma questão bastante relevante é a indicação das chefias de Serviços do HU que deverá ser submetida ao Conselho Departamental da FM e de acordo com o disposto no Regimento do Hospital. Segundo relatos de alguns ex-diretores da FM por muitos anos se cumpriu esta premissa do Protocolo de Relacionamento, contudo, no momento, não há como afirmar se tal fato vem ocorrendo.

Outro ponto abordado no Protocolo de Relacionamento é o segmento ensino, atividade-fim da Universidade. Nesta parte do protocolo há relatado o ensino da graduação e pós-graduação da Faculdade de Medicina (FRAGA FILHO, 1978, p.156).

Houve algumas mudanças no ensino com a Reforma Universitária de 1968, as universidades brasileiras incorporaram oficialmente o modelo americano flexneriano. Há uma tendência de alguns autores que afirmam que esse modelo enfatiza a profissionalização precoce, em direção à especialização e subespecialização, sendo o hospital o principal cenário de prática. Esta atribuição é decorrente do Relatório de Flexner, publicado nos Estados Unidos da América (EUA), em 1910 (VERAS; FEITOSA, 2019).

No entanto, para Pagliosa e Da Ros (2008) esse relatório criou condições para a organização e padronização do funcionamento das escolas médicas, porém, acabou aniquilando outras formas de atenção à saúde, como a medicina alternativa. Por outro lado, Almeida-Filho (2011), destacou a relevância desse relatório para a inserção de critérios de cientificidade e

institucionalidade necessárias à regulação da formação acadêmica e profissional no campo da saúde (VERAS; FEITOSA, 2019).

No ensino as atividades docentes assistenciais são realizadas no âmbito dos hospitais universitários e para conceituar as atividades docentes assistenciais no Hospital Universitário, Brehmer e Ramos (2014) comentam que as concepções da Integração Doente Assistencial e articulação entre instituição de ensino e serviços de saúde fazem parte do movimento das universidades e a gestão da área da saúde acampadas as transformações desses setores (BREHMER; RAMOS 2014).

Neste contexto, a ideia que se remete é que o HU, tem uma forte atuação na questão acadêmica concomitantemente com a FM, pois o planejamento das atividades curriculares ficará a cargo dos departamentos da FM e da Comissão Didática, colegiado consultivo da graduação da Faculdade de Medicina, bem como a avaliação de rendimento escolar, tendo a Coordenação de Atividades Escolares (CAE) que é órgão do HU, participante deste processo.

No entanto, o HU por meio da CAE, assegura as disponibilidades didáticas promovendo a coordenação executiva dos cursos e sua avaliação operacional. O HU oferece à FM, então, uma estrutura de secretaria executiva em apoio as atividades didáticas do curso médico sediada no próprio HU, porém as solicitações acadêmicas dos discentes e docentes deverão seguir para a FM.

Quanto as questões disciplinares dos discentes e docentes são da competência da FM, cabendo apenas ao HU encaminhar as eventuais faltas.

Inicialmente a esta discussão foi abordado o ensino de graduação, contudo neste momento será comentado sobre o programa de residência médica que é de competência exclusiva do HU, porém com o quadro docente atuante pertence a FM.

Dentro das responsabilidades que também cabe as instituições de ensino, reza na Constituição Federal de 1988, inciso III do art. 200 “*determina como competência do Sistema Único de Saúde (SUS) “ordenar a formação de recursos humanos na área de saúde”*” (GONÇALVES *et al.*, 2014).

Com relação ao ensino de pós-graduação stricto-sensu descrito no protocolo de relacionamento entre a FM e o HU, cabe a competência da FM devendo, portanto, ser estimada em função das disponibilidades dos serviços e do programa de residência médica do HU. Novamente ambas as Unidades interagindo por intermédio do ensino de pós-graduação e da residência médica.

Quanto aos demais cursos para graduados deverão ser programados de forma conjunta entre a FM, através dos departamentos e pelo HU, por meio da Divisão Médica e CAE, ou seja,

os cursos de especialização, por exemplo, são encaminhados pelos Serviços que pertencem a estrutura do HU à Faculdade de Medicina, ficando configurada a atividade conjunta com a FM.

Com relação ao quadro docente da FM, o regime de trabalho docente é determinado pelos departamentos, em consonância as normas previstas pela administração superior da Universidade. Em referência aos serviços hospitalares, estes são integrantes da Divisão Médica com a competência de estabelecer a distribuição de tarefas e de horários.

De fato o protocolo de relacionamento entre a Faculdade de Medicina e o Hospital Universitário (HUCFF) está vigente e tem integração das atividades acadêmicas e assistenciais envolvendo o tripé acadêmico da UFRJ, contudo não incorpora atualmente as transformações legais, institucionais e políticas no campo da saúde e da educação, sofridas ao longo desses quarenta e um anos abarcando o pilar da Universidade Pública no Brasil.

Para ilustrar sobre a necessidade da revisão de qualquer documento que venha a ser estabelecido entre instituições que são coirmãs nas suas atividades-fim, Brehmer e Ramos (2014) comenta que partir da década de 1970 ocorreram muitas transformações legais, institucionais e políticas no campo da saúde e da educação.

Dentre essas transformações políticas no campo da saúde e educação que vem norteando o ensino médico, destaca-se um dos marcos na saúde foi a Reforma Sanitária Brasileira, a VIII Conferência Nacional de Saúde. Seguidamente ao marco da Reforma Sanitária tivemos a promulgação da Constituição Federativa do Brasil (CF) de 1988 que, em seu Art. 196º nos *“garante que a saúde é direito de todos e dever do estado, dando a garantia mediante a orientação para a criação de um Sistema Único de Saúde (SUS)”*, e posteriormente a garantia é dada pela criação da Lei Orgânica da Saúde nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e regulamentada pelo Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011.

No entanto, a reforma do setor da saúde ocorrida em 1990, materializada com a criação do SUS foi responsável pela expansão do setor público, implicando em novas formas de trabalho, principalmente para os profissionais médicos, bem como na formação do curso médico.

Partindo para o ensino tivemos a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases em 1996. E a aprovação da LDB levou a elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) promulgada primeiramente em 2001, têm como base as competências necessárias para a atuação dos médicos frente as novas tecnologias, bem como para enfrentarem os desafios do desenvolvimento do SUS (ALMEIDA, *et al.*, 2007).

Concomitantemente a esse modelo educacional da década de 1970 ocorreu uma proliferação de conferências e seminários para repensar o cuidado à saúde da população, e

destacamos o Relatório Lalonde de 1974, Declaração de Alma-Ata de 1978 e a Conferência de Ottawa de 1986. O Relatório de Lalonde indaga o papel exclusivo do profissional médico no tratamento das doenças, principalmente nos problemas crônicos, evidenciando seu alto custo e pouca eficácia. A declaração de Alma-Ata é um relevante marco político no âmbito da Atenção Primária à Saúde (APS), estabelecendo como objetivo “*saúde para todos nos anos 2000*” (VERAS; FEITOSA, 2019).

Contudo, foi a partir da Conferência de Ottawa que oficialmente foi formulada a proposta de promoção da saúde vinculada a uma concepção mais complexa do processo saúde-doença (VERAS; FEITOSA, 2019).

A efervescência desses movimentos aproximou o campo da saúde e educação. A DCN de 2014 homologada pelo Conselho Nacional de Educação, através da Resolução nº 3, de 20 de junho de 2014, dentre a divisão dos capítulos ressaltamos aqui o último apresentado pela DCN, o qual traz a indicação dos conteúdos curriculares que são fundamentais para o curso médico, bem como a orientação para a organização do Projeto Pedagógico (PPC) do curso de graduação em medicina (VERAS; FEITOSA, 2019).

Relembrando sobre esses movimentos na educação em saúde, no Brasil, desde a década de 1990 as discussões referentes a formação em saúde foram intensificadas mobilizadas pela CF/88 e a Lei n. 8.080/90 (GONÇALVES *et al.*, 2014).

Por fim, embora haja percepção da integração das atividades acadêmicas entre a FM e o HU, através deste protocolo, não está evidenciada no Protocolo de Relacionamento entre a FM e o HU, nenhuma cláusula que indique a periodicidade de revisão, entendendo que um protocolo envolvendo as atividades que são o pilar da Universidade, não deve ser estático. Ele precisa ser um instrumento em movimento que possa acompanhar o avanço da educação em saúde, diante do contexto social, político, econômico e da inovação da ciência e tecnologia.

Continuando na discussão sobre a descrição do Protocolo de Relacionamento entre a FM e o HU, no plano da pesquisa, os projetos eram elaborados pelos departamentos e submetidos para apreciação quanto ao mérito da Comissão de Investigação Científica pertencente ao Hospital, ou seja, o texto publicado no livro de Fraga Filho (1978, p.157.) deixa depreender que a chancela da pesquisa basicamente ficava com o HU. Para cada projeto de pesquisa havia um responsável que contava com o apoio da estrutura do HU, especialmente para essa finalidade. As matérias ligadas ao financiamento das pesquisas eram apreciadas pela Comissão Especial, indicada pela Direção do Hospital.

Nesse contexto, observa-se claramente que embora os docentes sejam do quadro de pessoal da Faculdade de Medicina, a pesquisa apresentava-se um tanto dissociada das demais

atividades acadêmicas desenvolvidas no âmbito da Faculdade de Medicina, pois do modo que está descrito no Protocolo de Relacionamento subte-se que o processo da apreciação do mérito da pesquisa ficava apenas no âmbito no Hospital Universitário. Também não há como evidenciar o protagonismo da Faculdade de Medicina. Contudo, não se observa também nenhuma informação quanto os desdobramentos da pesquisa dos docentes da Faculdade de Medicina em exercício no Hospital Universitário da UFRJ.

Para endossar a discussão sobre a descrição do Protocolo de Relacionamento entre a Faculdade de Medicina da UFRJ e o Hospital Universitário, atualmente Hospital Universitário Clementino Fraga Filho, quanto ao ensino Munari (1996) com suas ideias deixa claro a influência da pesquisa na educação, mostrando que o movimento que leva o indivíduo a pesquisar fortalece sua base para ensinar. Defende a tese de que a pesquisa é incorporada como uma atitude no cotidiano da atividade laborativa do docente e do discente e a educação é o processo de formação de competência humana e política.

Por outro lado, Demo (2015) define o papel do docente como orientador do trabalho conjunto, coletivo e individual. O discente é o parceiro na construção do conhecimento e deve ser incentivado para saber argumentar e questionar, ou seja, saber ser crítico e reflexivo.

E para finalizar a discussão do primeiro objetivo, a UFRJ tem apenas um Protocolo de Relacionamento que está vigente, estabelecido entre uma Unidade Acadêmica e um Hospital Universitário, ou seja, entre a Faculdade de Medicina e o HUCFF nos seguimentos administrativo, ensino e pesquisa. Depreende-se que na época (1978), em que foi estabelecido atendia as necessidades de ambas as Unidades, intrinsecamente relacionadas por meio das atividades acadêmicas, porém não se têm elementos para comentar o motivo pelo qual a extensão não tenha sido incluída no documento.

Contudo, vale ressaltar que a extensão universitária está no seio da universidade desde o Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931, que determinou as bases do ensino superior no Brasil, cujo Estatuto das Universidades Brasileiras - Lei Francisco Campos, em seu art. 42º afirma “a extensão universitária será efetivada por meio de cursos e conferências de caráter educacional ou utilitário, uns e outros organizados pelos diversos institutos da universidade, com prévia autorização do conselho universitário” (PAULA, 2013).

E ainda, a Constituição Federativa do Brasil (CF) de 1988 em seu art. 207, afirma “as universidades passaram a gozar de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, obedecendo o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. Ademais, não somente no Brasil, o processo de institucionalização continuava incompleto (PAULA, 2013).

Também não identificamos neste protocolo nenhuma cláusula que faça referência a extensão nem tampouco com relação a periodicidade de revisão, entendendo que um protocolo envolvendo as atividades que são o pilar da Universidade, não deve ser estático. Ele precisa ser um instrumento em movimento que possa acompanhar o avanço da educação em saúde, diante do contexto social, político, econômico e da inovação da ciência e tecnologia.

## **5.2 Discussão 2ª parte descrevendo as interseções das atividades no ensino, pesquisa, extensão/assistência entre a Faculdade de Medicina e a Maternidade Escola, previstas no Estatuto da UFRJ, Regimento Geral e nos Regimentos destas Unidades**

Para a discussão do segundo objetivo utilizou-se a análise documental para descrever as interseções das atividades acadêmicas entre ambas Unidades da UFRJ. Inicialmente, destaca-se a parca descrição, tanto no Estatuto quanto no Regimento Geral da UFRJ sobre os Hospitais Universitários apresentados como Órgãos Suplementares.

O Estatuto da UFRJ define a estrutura do conjunto dos seus órgãos em 3 (três) dimensões: órgãos de infraestrutura, órgãos de estrutura média e órgãos da estrutura superior. A Faculdade de Medicina é uma unidade acadêmica da UFRJ, e está caracterizada como órgão de infraestrutura.

Ainda de acordo com o Estatuto, Seção II Das Unidades Universitárias, Subseção I Da Classificação e das Finalidades, reza o art. 23º

A Faculdade ou Escola destina-se à formação profissional, à pesquisa e à extensão. Parágrafo único. São suas finalidades a pesquisa, a extensão e o ensino nos ciclos profissionais de um ou mais cursos e atividades referentes à graduação e pós-graduação, na forma do art. 9º, e demais dispositivos, deste Estatuto.

Contudo a Maternidade Escola é um Órgão Suplementar, vinculado ao Centro de Ciências da Saúde. No Estatuto, Seção III, dos Órgãos Suplementares, o art. 36º afirma “Os Órgãos Suplementares, integrantes da infraestrutura, compreendem:

I – Os Núcleos que, com recursos próprios ou congregando recursos de uma ou mais Unidades Universitárias, se destinam ao desenvolvimento de projetos de programas de pesquisa, de extensão e de treinamento de interesse da Universidade Federal do Rio de Janeiro ou de instituições públicas ou privadas;

II – As Organizações de Prestação de Serviços que, além de colaborarem com as Unidades Universitárias na execução do ensino, da pesquisa e da extensão, visam ao atendimento de problemas da comunidade; e

III – Os Institutos Especializados.”

E ainda no art. 53, reza: “O Centro de Ciências da Saúde constitui-se das seguintes Unidades Universitárias: I – Faculdade de Medicina; II – Faculdade de Odontologia; III – Faculdade de Farmácia; IV – Escola de Enfermagem Anna Nery;

V – Instituto de Ciências Biomédicas; VI – Instituto de Microbiologia Paulo de Góes; VII – Instituto de Nutrição Josué de Castro; VIII – Escola de Educação Física e Desportos; IX – Instituto de Biologia; e X – Instituto de Estudos em Saúde Coletiva”.

Parágrafo primeiro: “Integram, no plano pedagógico, a estrutura departamental da Faculdade de Medicina, os seguintes Órgãos Suplementares, do Centro de Ciências da Saúde: I – o Instituto de Ginecologia; II – o Instituto de Neurologia Deolindo Couto; III – o Instituto Psiquiatria; IV – o Instituto de Puericultura e Pediatria Martagão Gesteira; V – o Instituto de Doenças do Tórax; e VI – o Instituto do Coração”.

Parágrafo segundo: Integra, no plano pedagógico, a estrutura do Instituto de Ciências Biomédicas, o seguinte Órgão Suplementar do Centro de Ciências da Saúde: I – o Instituto de Bioquímica Médica.” (Revogado pela Resolução nº 04/2012 – CONSUNI).

Parágrafo terceiro Integra, ainda, o Centro de Ciências da Saúde como Órgãos Suplementares: I – o Instituto NUTES de Educação em Ciências e Saúde; II – o Instituto de Pesquisas de Produtos Naturais Walter Mors; III – o Instituto de Biodiversidade e Sustentabilidade; IV – o Hospital Universitário Clementino Fraga Filho; V – a Maternidade Escola (grifo nosso); VI – o Instituto de Atenção à Saúde São Francisco de Assis; VII – o Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho; VIII – o Instituto de Bioquímica Médica Leopoldo de Meis; IX – o Núcleo de Biologia Estrutural e Bioimagem; e X – o Núcleo de Bioética e Ética Aplicada”. Redação dada pela Resolução nº 11/2018 (CONSUNI, 2018).

De acordo com o Regimento Geral da UFRJ de 1970, capítulo I – dos departamentos estão descritas as competências dos departamentos que é a célula *mater* da Unidade Acadêmica.

O art. 2º reza:

Ao Departamento, constituído na forma do art. 19º do Estatuto, compete: I - planejar as atividades de ensino e pesquisa; II - distribuir os trabalhos entre seus membros, respeitados a especialização e o nível hierárquico dos docentes; III - executar e coordenar o ensino das diversas disciplinas que o integram; IV - encaminhar ao Diretor, para aprovação dos colegiados da Unidade, os programas de ensino, sob a forma de planos de cursos; V - propor a admissão, a transferência e o afastamento do pessoal docente e administrativo; VI - indicar à Congregação seis nomes para a escolha dos três membros estranhos à Unidade, que deverão integrar a comissão julgadora de concurso para professor adjunto e titular; VII - propor a criação de novas disciplinas; VIII - sugerir medidas que visem à melhoria do ensino; IX - elaborar proposta dos recursos necessários à realização dos trabalhos; X - controlar as aplicações dos recursos colocados à disposição do Departamento; XI - prestar serviços que lhe forem solicitados através do Diretor da Unidade; XII - dar assistência técnica solicitada pela autoridade própria; XIII - colaborar com outros Departamentos da mesma Unidade ou de outras Unidades, quando autorizado pelo Diretor da Unidade à qual pertença o Departamento; XIV - sugerir ao Diretor a publicação de trabalhos produzidos pelos seus membros; XV - elaborar os projetos de regime de tempo integral e de dedicação exclusiva; XVI - aprovar normas de funcionamento do Departamento; XVII - eleger o Chefe do Departamento, na forma do art. 3º.

Parágrafo Único –“Quando uma disciplina for ministrada em Instituto Especializado, integrará, no plano pedagógico, a estrutura Departamental da Unidade correspondente; no plano administrativo, a estrutura do próprio Instituto, na forma do disposto no art. 37º do Estatuto.”

Logo, depreende-se do Art. 53º do Estatuto e do Art. 2º, parágrafo único do Regimento Geral da UFRJ, que a Maternidade Escola não integra no plano pedagógico, a estrutura departamental da Faculdade de Medicina, por não ser ainda caracterizada como um Instituto Especializado.

Entretanto, o Regimento da Maternidade Escola, Título II – dos fins no art. 4º destacamos alguns dos objetivos gerais: a) participar do ensino de graduação no âmbito da Faculdade de Medicina, na área de obstetrícia e neonatologia; b) colaborar com outras Unidades acadêmicas no ensino de áreas afins ao seu campo de conhecimento; c) promover atividades de educação para a saúde e cooperar com os programas de saúde comunitária da UFRJ; d) realizar treinamento e estimular o aperfeiçoamento do pessoal técnico, administrativo e auxiliar em atividade na ME; e) prestar assistência clínica e/ou cirúrgica de natureza obstétrica e neonatal; f) promover o uso e desenvolver as tecnologias mais avançadas no cuidado as pacientes obstétricas e seus conceptos exercendo sobre elas avaliação crítica e definindo seu papel na assistência e no ensino médico e g) promover e realizar pesquisa científica nos campos da obstetrícia e da neonatologia.

Em consonância ao Estatuto e Regimento Geral da UFRJ, e o Regimento da Faculdade de Medicina (1971), Capítulo III, art. 8º destacamos as competências relacionadas com a temática: I) compete ao departamento, pelo seu corpo deliberativo, planejar as atividades anuais de ensino e pesquisa e III) executar e coordenar o ensino das diversas disciplinas que o integram.

Porém, no Regimento da Faculdade de Medicina (FM) reza no seu art. 1º “da Faculdade e seus fins, destinando-se à educação e pesquisa médica”. De acordo com o Regimento da FM, a extensão não era contemplada dentre as suas finalidades.

Ainda no Regimento da FM, Capítulo IV, da classificação e das disciplinas, art. 13º - “*os departamentos que integram a Faculdade são os discriminados com as respectivas disciplinas*”: citamos apenas o departamento de ginecologia e obstetrícia, que integra as disciplinas de forma individual em ginecologia e obstetrícia.

Desse modo, o Programa Pedagógico do Curso de Medicina (2018) nos remonta as atividades que são realizadas na Maternidade Escola, através do departamento de ginecologia/obstetrícia por meio do ensino de graduação.

A disciplina de obstetrícia (FMG 591) é ministrada para o oitavo período do curso médico, além dos internatos rotatórios nos períodos 9º, 10º e 11º, a saber: FMGU33 obstetrícia; FMIU36 pediatria; FMSU39 saúde coletiva II (ginecologia, obstetrícia/pediatria), este último ocorre de forma agrupada e longitudinal. No 12º ocorrem os eletivos: FMGU18 obstetrícia e FMIU18 pediatria.

Nesse contexto, a Maternidade Escola, de acordo com a Resolução nº 3, de 20 de junho de 2014 (DCN), em seu art. 24º, temos:

a formação em medicina incluirá, como etapa integrante da graduação, estágio curricular obrigatório de formação em serviço, em regime de internato, sob supervisão, em serviços próprios, conveniados ou em regime de parcerias

estabelecidas por meio de contrato organizativo da Ação Pública Ensino-Saúde com as Secretarias Municipais e Estaduais de Saúde, conforme previsto no art. 12º da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, que institui o Programa Mais Médicos.

Ainda de acordo com a DCN (2014), art. 24º Parágrafo primeiro – “a preceptoría exercida por profissionais do serviço de saúde terá supervisão de docentes próprios da Instituição de Educação Superior (IES)”.

Contudo, as DCN (2014) no seu art. 24º -

definiram as mudanças na formação médica que deverá ser orientada pelas necessidades de saúde dos indivíduos e das populações, usando metodologias que privilegiem a participação ativa do aluno na construção do conhecimento e a integração do ensino, pesquisa, extensão e assistência, promovendo a integração e interdisciplinaridade aprendendo e atuando em equipes multiprofissionais.

Vale destacar a Lei nº 12.871/2013, que institui o Programa Mais Médicos, no seu Capítulo III – da formação médica no Brasil, art. 4º -

norteou o funcionamento dos cursos de medicina sujeitando-os a efetiva implantação das DCN, com orientação da carga horária de 30% do internato em atenção básica e em serviço de urgência e emergência do SUS, respeitando-se o tempo mínimo de 2 (dois) anos de internato, a ser disciplinado nas diretrizes curriculares nacionais (BRASIL, 2013).

Em consonância, temos o teor da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, em seu art. 4º - “o conjunto de ações e serviços de saúde, prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo Poder Público, constitui o Sistema Único de Saúde (SUS)” (BRASIL, 1990). Logo, tem dentre as atribuições, a realização de pesquisas e estudos na área de saúde, bem como promover a articulação com os órgãos de educação e de fiscalização do exercício profissional e com entidades representativas de formação de recursos humanos na área da saúde.

Para reforçar a discussão do segundo objetivo em observância ao Estatuto da UFRJ (versão 27.06.2019), a interseção das atividades no ensino entre a Faculdade de Medicina e a Maternidade Escola, considerada Órgão Suplementar, também integrante da infraestrutura, colabora sendo uma das corresponsáveis no ensino da Faculdade de Medicina. Não foi observada com clareza a descrição das competências dos Órgãos Suplementares, portanto, não há como afirmar de acordo com o Estatuto a questão da interseção no ensino, embora saibamos comprovadamente que há.

No entanto, considerando o Estatuto quanto a interseção das atividades de pesquisa entre a FM e ME, art. 10, há interseção, entretanto, para a extensão entre a FM e a ME da UFRJ, art. 95, não há descrição dos Órgãos Suplementares/Hospitais Universitários.

Também com relação aos Órgãos Suplementares, foi identificado o art. 36, II, Organizações de Prestação de Serviços que além de colaborarem com as Unidades Universitárias na execução do ensino, da pesquisa e da extensão, visando o atendimento de problemas da comunidade, também não ficou claro se nestas Organizações estão considerados os Hospitais Universitários, bem como não foi identificado nenhuma cláusula específica que trate deste tema.

No que diz respeito ao Regimento Geral da UFRJ (versão 1970), há interseção das atividades de ensino entre a FM e ME, mediante o art. 2, entretanto, somente há descrição para a Unidade Acadêmica, ou seja, para a Faculdade de Medicina. Não havendo descrição para os Órgãos Suplementares.

Todavia, com relação a interseção das atividades de ensino e pesquisa entre FM e ME, art. 282, há interseção, entretanto, quanto a interseção das atividades de extensão, não foi identificado nenhum artigo com relação aos Órgãos Suplementares/Hospitais Universitários.

E de acordo com os Regimentos da Faculdade de Medicina e da Maternidade Escola da UFRJ, há interseção das atividades acadêmicas no ensino, pesquisa e extensão envolvendo a FM e a ME.

E para finalizar a discussão do segundo objetivo em se tratando do Estatuto e Regimento Geral da UFRJ, há uma certa dificuldade na compreensão de alguns artigos que trata o ensino, pesquisa e extensão quando as Unidades estão enquadradas como Órgãos Suplementares (Hospitais Universitários) e as Organizações de Prestação de Serviços. Quanto aos Regimentos da Faculdade de Medicina e Maternidade Escola, está bem descrito não pairando nenhuma dúvida sobre os temas.

### **5.3 Discussão 3ª parte - propondo um modelo de protocolo de relacionamento para a interlocução entre a Faculdade de Medicina e a Maternidade Escola da UFRJ**

O terceiro objetivo, resultou de um projeto aplicativo que foi desenvolvido como parte dos requisitos do mestrado profissional da ME.

Para responder a este objetivo, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os ex-diretores e diretores da Faculdade de Medicina e da Maternidade Escola, durante o período da gestão de 1990 a 2019. Todos participantes da pesquisa assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Contudo, um ex-diretor não pôde participar. As entrevistas ocorreram no período de abril a agosto de 2019.

Contudo, os dados das narrativas dos respondentes culminaram da análise de conteúdo de Bardin (1974) que foi associada a análise documental através da interpretação analítica da legislação abarcando as categorias do estudo. Buscou-se evidenciar os aspectos centrais para a elaboração do modelo do Protocolo de Relacionamento entre a FM e a ME e um modelo geral para servir como referência para demais Unidades da UFRJ, se assim desejarem.

De acordo com a análise de conteúdo de Bardin (2011), dos dados das entrevistas emergiram quatro categorias: ensino (51,8%), pesquisa (22,2%), extensão/assistência (5,9%) e gestão (19,9%).

A partir deste momento, será discutido sequencialmente as categorias que emergiram do tratamento dos dados através da análise de conteúdo.

➤ **Ensino**

➤ **Unidade Acadêmica**

A Faculdade de Medicina é uma Unidade Acadêmica da UFRJ localizada conforme o Art. 16 do Estatuto da UFRJ, como órgão de execução do ensino, da pesquisa e extensão:

*“[...] Nós temos quatro cursos medicina, fonoaudiologia, fisioterapia e terapia ocupacional. Nós temos cerca de dois mil alunos de graduação, temos nove programas de pós-graduação stricto sensu, dois deles em parceria com o ICES e IESC e cerca de 400 a 500 alunos de pós-graduação e, em torno de 100 funcionários. Então você dá para ver que uma instituição desse tamanho é muito complexa de se administrar, têm muitos problemas.” (E9)*

Embora a Faculdade de Medicina da UFRJ tenha quatro cursos de graduação, nosso objeto de estudo envolveu o curso médico. Para tanto, em consonância com as DCN 2014, a FM da UFRJ, atualizou seu Projeto Pedagógico do Curso de Medicina em 2018.

A Resolução nº 3 do Ministério da Educação, de 20 de junho de 2014, institui as DCN e dá outras providências,

Tem o propósito de promover uma formação médica mais geral, humanista e crítica com capacidade para atuar nos diferentes níveis de atenção à saúde com responsabilidade social e compromisso com a defesa da cidadania, dignidade humana e saúde integral da população (BRASIL, 2014).

*“[...] Do ponto de vista acadêmico, nós fizemos adequação final curricular. Hoje o curso, no caso de medicina, o curso de medicina é um curso em que têm dois anos cumprindo as Diretrizes Curriculares Nacionais.” (E9)*

Várias ações foram significativas para emergir propostas para uma política nacional para os cursos de medicina no Brasil. A partir de 2001, essas iniciativas vêm contribuindo para fomentar a discussão sobre a formação de profissionais da saúde.

Um grande marco para o ensino da graduação em medicina, iniciou-se com as DCN (2001), que já expressava uma atenção à formação do médico generalista, humanista, reflexivo e crítico, trazendo para a orientação curricular as competências divididas em temáticas: atenção à saúde; tomada de decisões; comunicação; liderança; administração e gerenciamento; e educação permanente.

A partir de 2013, o governo brasileiro lança mão do Programa Mais Médicos através da Lei nº 12.871, que estabelece diretrizes para orientar a educação médica na graduação e pós-graduação. Entre os seus objetivos, destaca-se a constituição de novos parâmetros para a formação médica no país (FERREIRA *et al.*, 2019).

As DCN (2014) ampliaram as áreas do internato médico na Atenção Primária em Saúde em específico e pelo baixo planejamento e execução de atividades orientadas pela determinação do processo saúde-doença, bem como a inserção da saúde coletiva quando dispõem de ações chave planejadas e realizadas a partir do reconhecimento de dados demográficos, epidemiológicos, sanitários e ambientais, considerando dimensões de risco e vulnerabilidade da população (FERREIRA, *et al.*, 2019).

#### ➤ **Formação de aluno – internato**

Segundo Cândido e Batista (2019), o internato foi regulamentado pela primeira vez no Brasil através da Resolução nº 8 de 1969 do Conselho Federal de Educação (CFE). Em 1983, foi regulamentado pela Resolução do Conselho Federal de Educação como um período obrigatório de ensino-aprendizagem. Hoje é regido pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) do Curso de Graduação em Medicina estabelecidas em 2014 (TELES FILHO, 2019).

No que se refere a graduação, essas duas narrativas sobre ensinar através da assistência aparece como uma forma de preocupação com relação ao ensino do internato envolvendo os cenários de práticas nos Hospitais Universitários da UFRJ e a prestação de serviços via SUS.

O entrevistado remete a questão da produtividade no âmbito da assistência, que por vezes acaba comprometendo o ensino no Hospital Universitário, a Maternidade Escola da UFRJ.

*“[...]O que a gente tinha de crítica e eu sempre tive muita crítica a isso é que numa Unidade de Ensino, atrelado à assistência, uma situação de demanda que é muito difícil. Porque não se pode querer que um professor atenda por conta de uma agenda preocupada com a demanda para ter retorno financeiro ensinando medicina. Eu não posso pegar um aluno e colocar um aluno para atender 16, 20 pacientes, em um turno 4 horas comigo, porque eu não vou conseguir. Ele está ali para aprender. Eu poderia seguramente sozinho, como um médico obreiro, vamos dizer e, assim dá para cumprir essa demanda, mas ensinando é humanamente*

*impossível. Até porque tem também uma limitação do próprio número do aluno, pela nossa especialidade, porque a obstetrícia tem que ter um pouco de cuidado também né. Cuidado com a própria paciente no sentido da sua intimidade e tudo. Então, isso foi uma situação que gerava às vezes um certo desconforto e as pontas ficam muito no limite.” (E6)*

Depreende-se desse depoimento que se faz necessário a assistência para ter subsídios para o ensino da obstetrícia de alta qualidade na UFRJ. Assim, no âmbito de um Hospital Universitário a assistência tem um valor imprescindível para o ensino, pesquisa e extensão.

*“[...] A gente atende para ter o material para ensinar e aí a gente já atende uma média e alta complexidade. As unidades básicas, elas oferecem aí essa prática e, hoje tem um internato de saúde coletiva e da família, enfim tem tudo para suprir o básico, mas aqui na Maternidade Escola a gente tem inúmeras linhas de assistência que são só encontradas aqui no Rio de Janeiro, na medicina fetal. Todos os avanços da obstetrícia e da neonatologia, eles estão muito atrelados ao fato daqui ser uma Unidade já de média e alta complexidade e, de referência para várias coisas.” (E8)*

Ao reportar sobre a mudança curricular no internato, remete-se ao Art. 24 das DCN (2014, p.?) que diz

*a formação em medicina, incluirá, como parte integrante da graduação, estágio curricular obrigatório de formação em serviço, em regime de internato, sob supervisão, em serviços próprios, conveniados, ou em regime de parcerias estabelecidas por meio de contrato com as Secretarias Municipais e Estaduais de Saúde.*

De acordo com Cândido e Batista (2019), o internato do curso médico representa uma etapa imprescindível na formação do médico, na qual o aluno, por meio do treinamento em serviço, aprimora, consolida e dá um novo significado ao seu conhecimento. Desse modo, desempenha um relevante papel no aperfeiçoamento das técnicas e habilidades médicas contribuindo para a profissionalização do aluno através do desenvolvimento progressivo de responsabilidade e de autonomia e cidadania na prática da medicina.

O art. 24 das DCN (2014), parágrafo terceiro, reza,

*O mínimo de 30% (trinta por cento) da carga horária prevista para o internato médico da graduação na medicina será desenvolvido na atenção básica e em serviço de urgência e emergência do SUS, respeitando-se o mínimo de dois anos deste internato.*

Na narrativa do entrevistado a referência é sobre o internato em atenção básica, urgência e emergência que foi institucionalizado no decorrer da gestão.

*[...]Ah sim, tem uma outra coisa também muito importante, foi que nós institucionalizamos o internato de urgência e emergência. Já está institucionalizada através de acordo que nós temos com o Hospital Municipal*

*Paulino Werneck, o Ser da Ilha e o Ser do Leblon ligado Hospital Municipal Miguel Couto Já estamos desde 2018 com dois anos no internato. Ainda têm turmas que talvez o aluno não tenha feito o internato. Se caso o aluno não tenha feito o internato e estiver no décimo período, décimo segundo ainda não fez o internato, ele é prioridade de fazer naquela vaga. Acaba tendo vaga para todo mundo, mas ele tem prioridade. Desde que nós implantamos o internato em dois anos, todos os alunos logo no M9, eles têm lá a vaga deles garantida no internato, ou seja, os 30% por cento de atenção básica, urgência e emergência eles estão cumprindo integralmente.” (E9)*

### ➤ **Preceptorial/Tutoria**

A Lei nº 8.080/1990, preconiza o papel ordenador do SUS na formação de recursos humanos para a área da saúde. Este processo de transformação na formação envolve a integração ensino-serviço com o trabalho coletivo entre gestores das Instituições de Ensino Superior (IES), da Secretaria Municipal de Saúde (SMS), docentes, discentes e os profissionais de saúde atuantes nos serviços. Sua aplicação visa: à formação profissional, à qualificação e satisfação do preceptor, e a possibilidade de uma melhor assistência ao usuário, implicando um novo modo de ensinar, aprender e fazer (LIMA; ROZENDO, 2015).

Ao refletir sobre a preceptorial, o Art. 24 da DCN 2014, parágrafo primeiro, reza, “a preceptorial exercida por profissionais do serviço de saúde terá supervisão de docentes próprios da Instituição de Educação Superior (IES)”.

As narrativas surgiram como uma reflexão de alguns pontos que permeiam o treinamento em serviço através do ensino do internato na Maternidade Escola da UFRJ:

*“[...] as turmas de medicina elas estão ficando cada vez maiores e esse aprendizado que eu volto a insistir é um aprendizado, na minha visão é tutorial, ou seja, o aluno tem que seguir o docente né. E aí ele sabe muito bem, que o ensino médico, é um ensino eminentemente prático. Ele não é teórico. Eu não estou falando nem da minha época. Eu estou falando de hoje principalmente, também porque hoje inclusive a facilidade de o aluno ter na informática, nos sites de informação e tudo mais. Ele pode ter um conhecimento melhor que assistir a minha aula, agora o que ele não vai ter é a prática que eu tenho. Então, ele tem que estar me seguindo esteja eu aonde eu estiver. Então é um ensinamento eminentemente assistencial. Ele é assistencial.” (E6)*

Ficou evidente que o preceptor contribui para a formação dos alunos na medida em que facilita o contato do aluno com os usuários e suas necessidades, favorecendo também a aproximação com a realidade epidemiológica e social da comunidade e a interação com os profissionais do serviço. Também é um mediador do processo de aprendizagem que contribui para a troca de saberes e para o desenvolvimento de perfis profissionais capazes de responder as demandas do SUS (LIMA; ROZENDO, 2015).

*“[...] A casa é uma casa de ensino (ME). Uma maneira que o médico participa o tempo todo ensinando quando ele está com residente, com aluno. O professor deveria também estar ensinando não só para os internos, os alunos, mas também para os médicos aqui da casa. Eu acho que esse é um grande desafio para a gente.” (E8)*

Ao fazer esta narrativa o entrevistado faz menção à uma Unidade Conveniada do SUS com a Faculdade de Medicina da UFRJ para o estágio curricular em atenção básica, urgência e emergência.

Uma das inquietações que surgiu é sobre a questão da preceptoria com supervisão docente fora do âmbito da UFRJ. Neste sentido é que se remontam as preocupações do gestor responsável pela Unidade e todos os envolvidos no ensino da graduação em medicina, conforme preconiza o art. 24 das DCN (2014), descrito acima.

*“[...] essas duas são Unidades de excelência da atenção de urgência e emergência e CTI e, nós estamos tendo um acompanhamento regular através de reuniões com esses colegas. Na verdade, a nossa ideia é de termos colegas nossos supervisores, lá em campo. Infelizmente há uma resistência muito grande do colega. Até eu entendo né por que não é só o fato de se deslocar para o lugar, mas é um ambiente totalmente novo em que ele não tem nenhuma gerência sobre o aluno. É complicado, mas a nossa ideia é de ter preceptor que iria lá uma vez. Todos os dias termos preceptor e o preceptor todos os dias com os nossos alunos, isso seria o ideal, porém não conseguimos.” (E9)*

### ➤ **Professor e médico**

No que tange aos professores de medicina, cabe a responsabilidade de como ofertar aos estudantes conhecimentos básicos e possibilidades para o desenvolvimento de habilidades, de construir o pensamento crítico e reflexivo conscientizando-os sobre as necessidades da comunidade de modo a contribuir para a formação de uma escala de valores que coordene a execução de suas atividades. Há também que ter uma postura pedagógica adequada dentro dos preceitos da sua Unidade (COSTA; CARDOSO; COSTA, 2012).

Neste trecho da narrativa as ações no campo de trabalho no Hospital Universitários se imbricam entre as categorias docente e médico. Os dois atuam no ensino, portanto, o docente com a responsabilidade que o cargo lhe atribui e, o médico no exercício da sua prática assistencial nos serviços de saúde da mesma Unidade Hospitalar. Muitas vezes, essa relação acaba gerando alguns conflitos no processo do trabalho.

*“[...] O docente está envolvido no ensino diretamente. O ensino cabe basicamente ao docente.” (E8)*

*“[...] o docente que está atrelado a Faculdade de Medicina já há muitos anos, não é de hoje, ele foi se afastando muito do dia-a-dia. Não só dá assistência, mas do dia-a-dia, então isso atrapalha até no ensino. Porque eles não sabem*

*das rotinas quando ele está com algum aluno interno no ambulatório, ele não sabe direito como é que faz, como é que não faz. Quer dizer, eu acho que é fundamental, além de aproveitar o docente na assistência o que eu acho que enriqueceria muito. Sempre existiu um pouco essa dicotomia, mas de uns anos para cá ela foi muito pronunciada.” (E8)*

*“[...] É porque o médico, a remuneração do médico é outra, ele é mais bem remunerado. Todo docente se sente muito desobrigado a fazer além das 8 horas que o MEC estabelece. Eu acho que não é bem assim.” (E8)*

➤ **Interseção nas atividades acadêmicas (ensino, pesquisa e extensão)**

➤ **Estatuto da UFRJ**

No ensino, conforme preconiza o Art. 36º -

Os Órgãos Suplementares, integrantes da infraestrutura, compreendem: [...] II – As Organizações de Prestação de Serviços que, além de colaborarem com as Unidades Universitárias na execução do ensino, da pesquisa e da extensão, visam ao atendimento de problemas da comunidade.

Não fica claro quem são as Organizações de Prestação de Serviços, e se estão incluídas ou se dentro delas estão os Hospitais Universitários que estão enquadrados como Órgãos Suplementares. Contudo, nos remete ao fato de os Órgãos Suplementares colaborarem com as Unidades Acadêmicas, como é o caso da Maternidade Escola com a Faculdade de Medicina.

Quanto a pesquisa, reza o Art. 10º - “A pesquisa, feita nas Unidades Universitárias, nos Órgãos Suplementares e no Museu Nacional, constituir-se-á em: I – Processo obrigatório na atividade acadêmica, em todas as áreas do conhecimento”. Logo, a interseção está evidentemente descrita, já que a Maternidade Escola é um dos Órgãos Suplementares da UFRJ e a Faculdade de Medicina está incluída como Unidade Universitária”.

Com relação a extensão à luz do Art. 95º -

A área de extensão abrange as atividades relativas à: II – Coordenação de programas e projetos de extensão e supervisão e controle de sua execução pelos Centros e Unidades Universitárias. No estatuto da UFRJ, não se encontrou especificamente a descrição da extensão para os Órgãos Suplementares.

Depreende-se assim que esse fato poderá gerar algumas incertezas com relação ao desenvolvimento das atividades de extensão nos Órgãos Suplementares.

➤ **Regimento Geral da UFRJ**

Com relação ao Art. 2º -

*Ao Departamento, constituído na forma do Art. 19 do Estatuto, compete: I - planejar as atividades de ensino e pesquisa”. Nesse artigo é comentado as competências do departamento, que é a célula da Unidade Acadêmica, porém a extensão mais uma vez se faz ausente.*

*Parágrafo Único – Quando uma disciplina for ministrada em Instituto Especializado, integrará, no plano pedagógico, a estrutura Departamental da Unidade correspondente; no plano administrativo, a estrutura do próprio Instituto, na forma do disposto no art. 37 do Estatuto.*

No parágrafo único do art. 2º - claramente é descrito que a integralização do plano pedagógico compete apenas aos Hospitais Universitários que são Institutos Especializados. No caso da maternidade Escola que ainda não é um Instituto Especializado, integra de fato e não de direito no plano pedagógico através do departamento de ginecologia/obstetrícia no ensino, pesquisa e extensão/assistência.

Contudo, no Art. 282 –

A pesquisa constituirá atividade obrigatória nas Unidades Universitárias, Museu Nacional, respeitado o texto do art. 24, e Órgãos Suplementares, desenvolvendo-se em plano de igualdade ao ensino em todos os campos de conhecimentos e níveis de ensino, representando instrumento para que neste se alcance a maior eficiência.

A pesquisa está muito bem definida, quanto aos Órgãos Suplementares, diante de algumas lacunas observadas anteriormente com relação ao ensino e extensão.

Referente a extensão, não foi localizada no Regimento Geral da UFRJ um artigo específico sobre a sua finalidade, incorporada as Unidades Universitárias e Órgãos Suplementares, porém, o Art. 29 discrimina a competência do Conselho de Extensão Universitária (inserida pela Resolução nº 12, de 30/05/2019).

#### ➤ **Regimento da Faculdade de Medicina da UFRJ**

No Art. 123º - “A Faculdade de Medicina manterá cursos das seguintes modalidades; a) graduação; b) pós-graduação; c) de especialização, aperfeiçoamento, atualização, treinamento pessoal e extensão universitária e; d) de pós-doutorado”. Como foi comentado anteriormente fez-se uso do Regimento de 1971, pois o novo Regimento da FM está para ser apreciado pelo CONSUNI, porém, naquela época abarcava os pilares da Universidade.

#### ➤ **Regimento da Maternidade Escola da UFRJ**

No Art. 4º

São objetivos gerais da Maternidade Escola: a) participar no ensino de graduação no âmbito da Faculdade de Medicina, na área de obstetrícia e neonatologia; b) colaborar com outras Unidades Acadêmicas no ensino de áreas afins ao seu campo de conhecimento; c) promover atividades de educação para a saúde e cooperar com os programas de saúde comunitária da UFRJ; g) promover e realizar pesquisa científica nos campos da obstetrícia e da neonatologia bem como em áreas correlatas do saber (MATERNIDADE ESCOLA, 2011).

Nesse momento, foi incluído apenas esses objetivos para mostrar a particularidade da interseção nas atividades acadêmicas entre a FM e a ME, corroboradas pelo Estatuto e Regimento Geral da UFRJ.

As duas narrativas abaixo ilustram essas interseções entre as atividades acadêmicas envolvendo uma Unidade Acadêmica e um Hospital Universitário da UFRJ, ou seja, entre a FM e a ME.

*“[...] Você pode ser professor numa sala de aula ou em um hospital universitário como médico. Você pode ser médico num hospital ou hospital universitário. Então quando você está na fusão dessas duas atividades, você está no clímax da sua responsabilidade e quando você utiliza isso para fazer pesquisa você está, ou seja, no limite de todas as suas ponderações.” (E1)*

*“[...] A gente sempre teve uma relação forte com o HU, por exemplo Professor Papi, tinha uma relação forte das pacientes de colagenose com a Maternidade Escola, tese de mestrado e doutorado da Evelise. e, uma série de outros. A Maternidade sempre teve uma relação muito forte com a Radiologia em função do ultrassom, em função do doppler, em função de tudo isso. Então, às vezes você enxerga, mas não vê, você não consegue ver que existe, por que as pessoas acham que a sua relação é somente com unidades externas. Não, a nossa relação, são com as unidades da própria Universidade. Porque os nossos objetivos são comuns, ensino, pesquisa e extensão.” (E7)*

### ➤ **Pesquisa**

Conforme as narrativas desses entrevistados a pesquisa interagindo através dos seus pares, envolvendo a integração entre Unidades da UFRJ e Instituições externas à UFRJ.

### ➤ **Com Unidades da UFRJ e externas à UFRJ**

*“[...] Toda e qualquer pesquisa fosse de dentro da instituição ou fora passava por mim antes de ir ao Comitê. Eu analisava a pesquisa, eu via se ela era possível de ser realizada, se era de interesse da instituição. se àquela pesquisa fosse contra o interesse da instituição, enfim se teria algum aspecto ético aberrante que eu achasse que não ia [...]. Então eu dava uma filtrada em todos esses trabalhos, fossem eles de dentro ou de fora da instituição. Foi assim inclusive que eu tive uma experiência interessante, porque eu percebi o absurdo que era a quantidade de pesquisadores externos à UFRJ que vinham a Maternidade Escola, para fazer a sua pesquisa de campo. Isto mostrou para a gente uma situação que foi um outro diagnóstico né que nós fizemos. O pessoal, pesquisadores de fora, de outras instituições [universidade] vinham à Maternidade, colhiam todos os seus dados e publicavam suas pesquisas e a Maternidade Escola, nunca teve nenhum crédito desses trabalhos.” (E5)*

*“[...] A Susie Andries, desenvolveu aqui o primeiro trabalho do teste rápido para HIV, foi aqui e foi para a gestante e, a gente participou desse trabalho. Foi o primeiríssimo no Brasil e a gente até achava que os resultados seriam diferentes. A gente achava que a gestante não ia aceitar etc. Então foi muito interessante. Ela*

*passou a oferecer os testes para as gestantes que chegavam na emergência. Esse trabalho foi publicado e até hoje é um dos trabalhos mais citados e ela [Susie] colocou a Maternidade e eu fui colocada como coautora porque participei diretamente também e, eu vejo a importância disso porque é um dos trabalhos mais citados que a gente tem.” (E5)*

*“[...] Depois teve o “Ships” que foi da hipertensão na gravidez. Foram grandes estudos que são hoje divisores de água na obstetrícia.” (E5)*

*“[...]Uma pessoa vive direto no HU, eles, muitos professores fazem suas publicações e bota HUCFF. Ele não é do HUCFF. Ele é da Faculdade de Medicina. Tudo bem, põe a Faculdade de Medicina e o HUCFF. É um problema. parecer que o HU é quem produz a pesquisa. Produz pesquisa também, têm médicos lá, enfermeiros, pessoas da área técnica que produzem pesquisa de qualidade, mas quando é docente, a gente não é só uma Unidade.” (E9)*

### ➤ **Hospital Universitário**

Houve vários depoimentos sobre os Hospitais Universitários, dado a sua complexidade e importância na inserção das atividades acadêmicas em colaboração com as Unidades Acadêmicas, porém, um fato chamou à atenção: a extensão, foi muito pouco comentada.

De fato, ficou evidenciado nas narrativas dos entrevistados que os hospitais universitários têm grande compromisso com o ensino de graduação, através dos internatos, bem como na pesquisa, pois através da assistência se ensina e se faz pesquisa.

O que remonta a especificidade e relevância que este complexo organismo exerce na estrutura do ensino superior no Brasil, em consonância com a Lei nº 8.080/1990 do SUS, que coaduna com formação de recursos humanos na área da saúde.

O art. 27º da Lei nº 8.080/90 reconhece que os serviços públicos que integram o SUS formam campo de prática para o ensino e a pesquisa, de modo a articular os interesses das Instituições de Educação Superior (IES) e do SUS, visando à melhoria da qualidade do atendimento à população (CAVALHEIRO; GUIMARÃES, 2011).

No entanto, a Resolução nº 3/2014 do CNE, por meio da adequação das DCN, enfatiza comprometer ainda mais a formação médica com a consolidação do SUS, interligando o ensino, a pesquisa e a extensão ao serviço e assume o desdobramento da formação do aluno em três grandes áreas formativas: Atenção à Saúde, Gestão em Saúde e Educação em Saúde (ZARPELON; TERCENIO; BATISA, 2018).

Ao instituir determinadas diretrizes para os conteúdos curriculares e projeto pedagógico dos cursos, as novas DCN praticamente impossibilitam a formação médica centrada apenas no

tradicional aparato formador, impulsionando decisivamente as escolas médicas na direção da integração com o serviço e a comunidade (ZARPELON; TERCENIO; BATISA, 2018).

Neste contexto, a Integração Ensino Serviço constitui uma ferramenta fundamental para a construção de profissionais críticos e reflexivos. Para que esta integração ocorra de forma efetiva é indispensável que haja uma aproximação entre os diversos atores, ou seja, docentes, discentes e profissionais da saúde e comunidade. Dessa forma, cada segmento vai se apropriando da sua função melhorando assim, a qualidade da assistência prestada (SILVA; SANTOS; AMORIN, 2018).

De acordo com Albuquerque *et al* (2008), entende-se por integração ensino-serviço o trabalho coletivo, pactuado e integrado de discentes e docentes dos cursos de formação na área da saúde com trabalhadores que compõem as equipes dos serviços de saúde, incluindo-se os gestores, visando à qualidade de atenção à saúde individual e coletiva, à qualidade da formação profissional e ao desenvolvimento/satisfação dos trabalhadores dos serviços. Embora tenha passado onze anos dessa publicação, o conceito continua sendo muito aplicado nas publicações que abarcam o tema (ZARPELON; TERCENIO; BATISA, 2018).

E, de acordo com Zarpelon, Terêncio e Batista (2018) a integração ensino-serviço, antes normalmente restrita a acordos entre duas instituições, uma da saúde e outra da educação, adquire, agora, novos e mais complexos contornos.

Esse novo cenário pode contribuir para superar algumas dificuldades frequentemente identificadas, tais como: as instabilidades políticas originadas pelas frequentes mudanças dos gestores; a infraestrutura limitada dos serviços de saúde; o isolamento das IES em relação à rede de serviços e à sociedade; as falhas na compreensão de ambos os atores nos reais objetivos da integração ensino-serviço; a dificuldade em ordenar, pactuar e absorver a demanda de campo de práticas em municípios que contêm um maior número de escolas de saúde; a articulação interprofissional insuficiente dentro da IES para desenvolvimento das atividades de integração ensino-serviço; os conflitos diante da indefinição quanto aos compromissos das instituições de ensino e dos serviços de saúde em relação à preceptoria e à responsabilidade sanitária (ZARPELON; TERCENIO; BATISA, 2018).

*“[...] Ele é fundamental. Ele é um hospital que tem que ter todo apoio, e assim, digamos ele tem que ser pensado. Tem que ser planejado em todos os seus aspectos. Você imagina se você vai fazer uma cirurgia e tem um cirurgião aprendendo, um anestesista aprendendo, um enfermeiro aprendendo, um instrumentador aprendendo. Então um hospital universitário é digamos assim é o clímax da nossa responsabilidade enquanto profissionais de saúde, e enquanto professores.” (E1)*

*“[...] Foi feito para atender uma outra demanda que é muito mais do ensino, da graduação, então a gente teve alguns conflitos por conta da demanda que a Faculdade teve via Congregação de que o hospital fosse da Faculdade de Medicina.” (E2)*

*“[...] O Hospital Universitário é um hospital que eu já te disse, para mim ele não é um hospital de assistência, ele é primariamente, ele é de ensino, de pesquisa e de extensão. A assistência é consequência desse produto, a assistência é um instrumento de ensino que eu tenho. Se eu me rendo as necessidades do município de volume de assistência, eu deixo de fazer o meu objetivo primeiro que é um ensino e, esse nunca foi o nosso, esse nunca foi o nosso objetivo e, nosso objetivo é ensino, pesquisa e extensão.” (E7)*

*“[...] O hospital universitário, ele é fundamental para as Unidades Acadêmicas, para a formação do aluno. Por quê? Porque está lá também nas Diretrizes Curriculares que a gente tem de formar o aluno em todos os níveis de assistência. Então isso é a primeira questão [...].” (E9)*

#### ➤ **Extensão/assistência**

As atividades de extensão nas instituições de ensino superior no Brasil iniciou-se a partir de 1911, em São Paulo, posteriormente no Rio de Janeiro, e ainda, Viçosa e Lavras, nas Minas Gerais, reproduzindo no país as vertentes tradicionais europeias: “educação continuada e educação específicas para as classes populares, extensão voltada para a prestação de serviços na área do campo” (NOGUEIRA, 2005, p.16-17).

Contudo, o Marco Legal da Extensão, Resolução nº 7/2018 do CNE, estabelece as diretrizes para a extensão na Educação Superior Brasileira. Todavia a UFRJ em 2013, por meio da Resolução do Conselho de Ensino da Graduação/CEG nº 02, regulamenta o registro e a inclusão das atividades de extensão nos currículos de graduação da instituição.

No ano de 2016, a UFRJ por meio da Resolução 01/16 da Pró Reitoria de Extensão/PR5, regulamentou os cursos de extensão universitária no âmbito da UFRJ, considerando a necessidade de aperfeiçoar as diretrizes e, a necessidade de referenciar a creditação dos cursos de extensão universitária nos currículos de graduação, conforme preconiza a Resolução CEG nº 2/2013.

Ainda na mesma Resolução nº 01/2016 da PR5, no seu Art. 5º -

Os cursos de Extensão Universitária poderão ser propostos e realizados por integrantes do corpo docente ou do corpo técnico-administrativo das unidades acadêmicas, dos órgãos suplementares e centros da UFRJ, devendo ser aprovados pelo respectivo órgão colegiado máximo.

Contudo, a Resolução 02/2016 da PR5 altera a redação do art. 27º da Resolução 01/2016 e dispõe o Sistema de Gestão de Extensão da UFRJ, SIGPROJ, ou seja, a partir desse momento, as atividades extensionistas passam a ter registro oficial no sistema de créditos da UFRJ.

No ano de 2019, a PR5, por meio da sua Plenária, discutiu e instituiu duas Resoluções respectivas: nº 01 “Nova abordagem para a introdução dos Requisitos Curriculares Suplementares (RCS) de extensão no Sistema de Gerenciamento Acadêmico da UFRJ (SIGA) e, nº 02 – “critérios de transição para registro de horas curriculares de extensão”.

Todavia, o Estatuto da UFRJ, através do Art. 95. prevê a extensão no âmbito dos Centros e Unidades Universitárias, porém, em momento algum cita os Órgãos Suplementares e/ou Institutos Especializados. Entretanto, no Regimento Geral da UFRJ, também não foi possível identificar nenhum artigo que retrate sobre a especificidade da extensão incorporada as Unidades Universitárias e Órgãos Suplementares.

Deste modo, o nosso estudo apurou que ainda há vários entendimentos e dúvidas sobre extensão universitária na comunidade acadêmica. Talvez as mais diversas percepções e, a incipiência na discussão da extensão nas IES conforme se observa na literatura, justifica os 1,29% das narrativas dos entrevistados quando se referiram a assunto que depreendesse sobre a extensão.

Muitos autores têm se debruçado sobre esse tema, que tem na CF/88 a garantia da indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e extensão, porém, Sampaio (2018) contextualiza a extensão como a promoção da saúde no sentido que deva ser um processo que vise a capacitação dos sujeitos e comunidades para desenvolverem seus potenciais de saúde. Isso quer dizer que possibilitará oportunidades de conhecimento e controle sobre fatores determinantes.

Olhando com essa vertente, os hospitais universitários intrinsecamente realizam a extensão por meio das suas atividades acadêmicas que ocorrem permeada pela assistência.

Percorrendo a DCN 2001, em seu Art. 9º -

o curso de graduação em medicina deve ter um projeto pedagógico, construído coletivamente, centrado no aluno como sujeito da aprendizagem e apoiado no professor como facilitador e mediador do processo ensino-aprendizagem. Este projeto pedagógico deverá buscar a formação integral e adequada do estudante por meio de uma articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão/assistência (grifo nosso).

Conforme Paula (2013) é diante do contexto do repertório ampliado e complexo de sujeitos e direitos, que a extensão universitária será chamada a atuar, sem negligenciar as pautas tradicionais da extensão. Também foram ampliadas a expansão e aprofundamento do grande capital no Brasil, as demandas pela extensão universitária como instrumento de transferência de tecnologia e prestação de serviços.

*“[...] A gente em 1996, nós criamos um projeto de extensão, que na verdade não era a criação de um projeto de extensão. Na verdade, era esse projeto de extensão pulando o muro, indo a sua origem que era ao encontro das comunidades, só que não para trabalhar grávida e, sim para a prevenção de gravidez, da prevenção de DST, prevenção de isso tudo. Então, daí surgiu um embrião do Papo Cabeça, que passou depois de algum tempo a ser talvez o maior projeto de extensão da Faculdade de Medicina.” (E7)*

*“[...] Em primeiro lugar eu considero que a assistência é extensão. Eu não sei por que, uma vez conversando com uma pessoa que tem mais inserção extensionista, eu também já tive projetos de extensão. Passei agora a coordenação do projeto, mas continuo no projeto. Ah, mas a atividade de assistência médica, ela é típica atividade de extensão porque ela atende diretamente a população extramuros que é uma das concepções da extensão. Ah, mas é atividade de ensino, mas ela não computa para a atividade de ensino. Porque quando um professor vai pedir sua progressão, se ele falar que dá ambulatório de tantas em tantas horas e ele não vai ganhar nada para a sua progressão. Então não é uma atividade de ensino reconhecida pela Universidade. Então, ela (assistência) deveria ser uma atividade de extensão, primeiramente isso e em [...] lugar, o ensino, a pesquisa. e mesmo a extensão, ela sofre um impacto dessa falta de maior integração entre as Unidades Acadêmicas e as Unidades Hospitalares. E nós, diríamos que todos nós perdemos.” (E9)*

### ➤ **Integração Docente Assistencial (IDA)**

A integração docente assistencial tem sido assunto de preocupação das Universidades, há bastante tempo, exigindo dos seus pares esforços tanto dos docentes quanto dos profissionais de saúde que exercem suas atividades na assistência.

No Brasil, a IDA foi considerada elemento relevante, a partir da Reforma universitária de 1968 com o objetivo de melhorar a qualificação profissional a ser formada e a melhoria da assistência a ser prestada (CAETANO; DINIZ; SOARES, 2009).

*“[...] Eu acho que o grande desafio hoje é justamente, essa maior integração-docente-assistencial. Acho que a Maternidade Escola vai muito bem no ponto de vista de funcionamento. É uma casa arrumada, é uma casa que dentro das dificuldades segue bem, funciona bem, mas [...].” (E8)*

*“[...] Muitos docentes que não estão inseridos na assistência, que eles voltem para a assistência. Porque o que a gente tem assistido ao longo dos anos é como o CNPq tem estimulado muito e, cobrado muito na pós-graduação, a pesquisa e tudo mais. Muitos colegas se afastaram um pouco da assistência médica para fazer pesquisa [...], mas quem atua na área clínica, na área cirúrgica não poderia ao meu juízo, não poderia deixar de estar lá com o pé na assistência. Porque aqui a gente propugna aquela velha massa do Professor Clementino Fraga Filho que é a integração docente assistencial.” (E9)*

➤ **Gestão**

O processo de trabalho dos gestores de um Hospital Universitário Federal retrata aspectos gigantescos do modelo de gestão. Estudar os aspectos políticos do trabalho dos gestores é importante porque evidencia a existência de questões que ainda estão veladas aos olhares de pesquisadores, gestores e demais profissionais de saúde. Nos serviços de saúde, o processo de trabalho adquire contornos peculiares e a ação do trabalhador demonstra como será realizada a transformação do objeto de trabalho (LITTIKE; SODRÉ, 2015).

De acordo com Littike e Sodré (2015) nos serviços de saúde, o processo de trabalho adquire aspectos peculiares e a ação do trabalhador demonstra como será realizada a transformação do objeto de trabalho. Marx (2008) descreve o trabalho como o propulsor dos modos de organizar e viver dos homens em sociedade, o qual não somente modifica a natureza, mas também opera transformações no próprio homem.

Este autor preceitua o processo de trabalho, como a atividade humana em si, ou seja, o próprio trabalho, o objeto a que se aplica o trabalho e as ferramentas utilizadas. Em qualquer setor de produção, sobre o objeto de trabalho incide a ação do trabalhador, que apresenta intencionalidades, a fim de produzir o produto mentalmente idealizado (LITTIKE; SODRÉ, 2015).

Por sua vez, a Administração Pública nacional migra do patrimonialismo para a burocracia, buscando, a partir da Reforma do Estado de 1995, incorporar ações mais pautadas e avaliadas sob a perspectiva gerencial (ALMEIDA, 2012a).

➤ **Grau de satisfação dos gestores**

De modo geral, todos os entrevistados relataram que a experiência foi boa ao assumir a gestão, embora tenham destacado as dificuldades diversas que enfrentaram durante o mandato. Contudo, em uma narrativa foi expressa a questão da importância do preparo docente para assumir cargos na gestão da Universidade.

De acordo com Antonello e Ruas (2005) os investimentos em treinamento e desenvolvimento continuam sendo feitos sem considerar uma avaliação sistemática que demonstre os resultados da formação gerencial de gestores.

No setor público, não é diferente. A desordem econômica nos países latino-americanos, gerada pela crise do capitalismo nos anos 80, provocou, em escala mundial, nas últimas décadas, o debate sobre qual o papel do Estado na sociedade (BRESSER-PEREIRA, 2010).

*“[...] Aquilo foi algo bem súbito, ou seja, os colegas dentro de um contexto de uma eleição me pediram que eu me candidatasse. Eu tive muita afinidade com*

*toda a equipe, tanto com o professor. Antonio Ledo, como com o diretor de graduação e pós-graduação, ou seja, eram pessoas que a gente tinha um trabalho muito bom em conjunto, mais ainda sim era muito difícil porque eu não tinha sido formalmente preparado para isso.” (E1)*

*“[...] Olha eu acho que foi uma experiência boa. Eu acho que todo mundo, todos os docentes deveriam em algum momento ocupar algum cargo de direção. Então quando você ocupa algum cargo você começa a conhecer como é o sistema da gestão, do seu trabalho e você pode influenciar isso de alguma forma. Então eu acho que essa experiência na direção me deu esse know-how que eu não tinha.” (E2)*

*“[...] Eu tive um prazer muito grande de trabalhar com o prof. Almir Valladares, que me convidou para ser seu vice-diretor. Foi uma experiência muito boa em todos os seus aspectos, porque eu sempre me dediquei muito na minha área médica cirúrgica.” (E3)*

*“[...] Eu fui vice-diretor em 1998, na verdade do professor Montenegro., já falecido e foi um período muito gratificante. Porque foi uma experiência [...]. Eu já tinha um curso da [...] de administração hospitalar na época. Ainda não se falava em MBA e outros cursos mais relevantes, mas deu uma base para a gente poder trabalhar. Já que naquela ocasião a nossa Universidade, a Maternidade Escola, as verbas de fomento eram muito escassas e, nós dependíamos muito de uma coisa que é o Sistema Único de Saúde, onde estava muito presa a produtividade.” (E6)*

*“[...] Uma experiência muito enriquecedora, porque na direção a gente acaba conhecendo as entranhas da Faculdade de Medicina, o dia a dia e as questões, tanto que aceleram o desenvolvimento da Faculdade contra aquelas que imperam e que atrasam seu desenvolvimento. Então, eu diria que esses quase oito anos, foram de muito crescimento profissional, de muito trabalho porque realmente é uma unidade muito grande.” (E9)*

### ➤ **Recurso orçamentário e financiamento do SUS**

De acordo com Frank, Angonese e Lavarda (2011), o processo orçamentário é uma das ferramentas de gestão que nos últimos anos vem recebendo críticas por parte dos pesquisadores. Entretanto, é uma das ferramentas mais citadas na literatura em nível de importância para subsidiar as funções administrativas de planejamento e controle.

#### **Quadro 20- Resumo das principais críticas atribuídas ao processo orçamentário**

Principais Críticas Atribuídas ao Processo Orçamentário
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Consome muito tempo para sua elaboração, burocrático</li> <li>- Sua implementação e acompanhamento é dispendiosa, não apresentando relação custo x benefício adequada</li> <li>- Privilegiam o engessamento em detrimento da flexibilidade gerencial</li> <li>- É responsável por problemas comportamentais e antiéticos</li> </ul>

- Possui foco na redução de custo e não na criação de valor
- Está centrado em informações passadas e não oferece perspectiva futura
- Estabelece uma situação propícia para a centralização das ações pela alta administração
- Torna a estimativa de receitas e despesas uma tarefa difícil
- Não acompanha o ambiente de informação competitiva e econômica

Fonte: Fank; Angonese; Lavarda, 2011.

Desse modo, o orçamento público é um assunto que tem implicações diretas nas atividades das instituições.

*“[...] Maternidade Escola, as verbas de fomento eram muito escassas e, nós dependíamos muito de uma coisa que é o Sistema Único de Saúde né, onde estava muito presa a produtividade. Então se a Maternidade Escola atendesse um número satisfatório, nós tínhamos um retorno financeiro satisfatório. Óbvio que nós tínhamos muitos encargos com pessoal. No primeiro momento era tranquilo já que Universidade cumpria esse pagamento né e, depois começou a ficar um pouco mais escasso porque nós tivemos que assumir.” (E6)*

*“[...] Ao longo desses últimos anos, a carência de recursos financeiros foi o principal entrave para muita coisa que a gente queria fazer, que se agravou. Tem se agravado nos últimos anos, especialmente este ano de 2019.” (E9)*

### ➤ **Interlocação**

As instituições, em suas Unidades, precisam apostar no diálogo, no (com)partilhar ideias, práticas e repertórios, na escuta, no acolhimento e no entendimento do contexto entre as partes como elementos basilares para a compreensão do fazer docente em sua complexidade (BEHREND; COUSIN; SCHMIDT, 2019).

Com essa premissa das narrativas dos entrevistados, ficou evidente que através dos Colegiados, também se faz a interlocação entre as Unidades Universitárias no seio acadêmico.

*“[...] Como eu disse há alguns anos a gente convida os diretores das nossas Unidades Hospitalares para vir participar por voz, por voto não pode por questões estatutárias e, muitas vezes chamei o diretor para fazer apresentação das suas unidades para que a gente pudesse interagir mais. Então eu acho que essa interlocação dos diretores com os colegiados ela é fundamental. Primeiro os colegiados, os docentes entenderem as dificuldades e o que ele pode ajudar para aprimorar a gerência das unidades hospitalares. Segundo os gestores das Unidades Hospitalares entenderem e conhecer os problemas mais de perto. Não que não entendem, entendem, pois são professores da Faculdade.” (E9)*

*“[...] numa Congregação, eu vejo uma falta muito grande de certos representantes, não entrando no mérito do problema. Se é longe ou falta de tempo, mas eu vejo essa dificuldade.” (E3)*

➤ **Infraestrutura/ambiente**

Nesse depoimento o entrevistado se reportou a década de 1990. A infraestrutura da Maternidade Escola da UFRJ, foi remodelada com recursos parlamentares.

*“[...] reestruturamos a Maternidade com top de linha de mais moderno na época, porque a receita que a gente adquiriu propiciou e, eu vejo dedicação do Dr. Joffre, diretor e eu como vice-diretor, um empenho muito grande o que nos levou a assumir uma posição dentro da Universidade, assim[...]. O funcionamento da Maternidade, funcionando pianinho, laboratório, ultrassom, análises clínicas, implantação da genética pré-natal, que não tinha aqui. A gente conseguiu a trancos e barrancos, a gente conseguiu levar a implantação do projeto mãe Canguru, UTI Neonatal novo remodelado. Tudo novo, centro cirúrgico, centro de estudo e, várias salas de aula. Criamos tudo da sala de aula a biblioteca e centro e, tudo etc. Então é o que eu vejo na parte estrutural da Maternidade.” (E4)*

Na maioria das instituições, os estudantes enfrentam dificuldades nas suas condições de estudo: salas de aula superlotadas, bibliotecas e instalações inadequadas de laboratório, e poucos, se houver, dos serviços de acolhimento aos estudantes. O sistema de financiamento que se tem enfrentado, continua pela maioria das universidades públicas em condições precárias (MARQUES; PEREIRA; ALVES, 2010).

*“[...] entender mais diretamente a importância que tem, por exemplo, é ter luz em todas os auditórios. Para um diretor de hospital isso é um problema tão pequeno, tão pequeno, que realmente ele acaba não priorizando, mas é um problema pequeno, de fácil solução e que ele pode resolver. E isso já daria, olha eu diria, um problema fácil de resolver nas nossas Unidades Hospitalares que apoiaria muito as atividades acadêmicas, é luz nos anfiteatros com o retroprojetor funcionando e cadeiras. Têm várias cadeiras quebrados e que não são trocadas. Às vezes a Unidade tem um monte de cadeira já comprada no almoxarifado, mas é só alguém ir lá e trocar. Então são coisas pequenas como essas que com uma boa comunicação e interação se resolveria.” (E9)*

➤ **Protocolo de Relacionamento**

O tema sobre a importância do modelo do protocolo de relacionamento entre a Faculdade de Medicina e a Maternidade Escola surgiu pelo menos uma vez na fala dos entrevistados (1,94%), ou seja, embora o percentual pareça baixo, ele representa quase a totalidade dos nove entrevistados.

Desta maneira o modelo do protocolo de relacionamento entre a FM e a ME, será construído mediante as narrativas dos respondentes associado a análise documental, obedecendo as questões norteadoras abordadas nas entrevistas das partes signatárias. Cabe

destacar também, que será aportado neste estudo o modelo geral de protocolo para demais Unidades da UFRJ, que desejarem tê-lo como referência.

*“[...] Porque você está fazendo a parte da Faculdade de Medicina, mas existem outras instituições que estão aqui dentro com o número significativo de alunos, muito significativo. A Escola de Enfermagem Ana Nery, têm turmas grandes de alunos. O Instituto de Psicologia também, a Nutrição também. Então, isso acaba se misturando e por isso a beleza do teu tema porque, pode ser, como você falou replicado para as outras instituições. Então eu penso que esse Protocolo de Relacionamento, ele é fundamental. Não só para Maternidade Escola, como para outra qualquer instituição.” (E5)*

*“[...] Não é fácil porque a sociedade ela está sempre evoluindo, as relações interpessoais estão evoluindo e, digamos assim as tarefas que cada um dos profissionais tem que cumprir também estão evoluindo, então qualquer tipo de protocolo que vá se formar, ele tem que partir do princípio que está acontecendo, ele tem que poder ter previsão de revisão, ter essa abertura. O protocolo não é uma coisa fechada, para você fazer e rever daqui a dez anos. É algo que tem que estar em permanente discussão. Por uma questão muito simples, ele tem que estar funcionando. [...] Você não pode ter uma das partes se sentindo aviltada pelo trabalho da outra ou se sentindo eclipsada no trabalho que a outra faz.” (E2)*

*“[...] Melhorar em todos esses aspectos, uma coisa que vai bastante bem. Só acho que é bem-vindo. Mal comparando é um pop.” (E8)*

*“[...] Para você ter uma ideia, a primeira Unidade durante anos, a única que tinha Protocolo de Relacionamento, era da Faculdade com o HU. Tem aprovado e assinado, mas não é cumprido. Para você ter uma ideia, os chefes de serviços do HU, deverão ser referendados no Conselho Departamental da Faculdade de Medicina. Eles não mandam e não são [...].” (E9)*

*“[...] Que a nossa relação seja profícua, que a comunicação seja ágil. Que [...] os Hospitais Universitários consigam entender os problemas que nós temos nas Unidades Acadêmicas que dependem deles e, com isso a gente possa melhorar a qualidade do ensino, com isso a gente possa ampliar os nossos projetos de pesquisa [...].” (E9)*

E para finalizar a discussão do terceiro objetivo a história oral foi relevante, pois a oralidade dos ex-diretores e diretores da Faculdade de Medicina e Maternidade Escola da UFRJ, se destacou no processo difusor das informações sobre as categorias que emergiram da análise de conteúdo.

## 6 CONCLUSÕES

### 6.1 Fase análise documental

1) Na Universidade Federal do Rio de Janeiro, encontrou-se somente um documento intitulado como protocolo de relacionamento entre uma Unidade Acadêmica e um Hospital Universitário. Este protocolo foi estabelecido em 1978, entre a Faculdade de Medicina e o HU, atualmente Hospital Universitário Clementino Fraga Filho, que é o hospital geral da UFRJ. O documento está dividido em 3 (três) segmentos: administrativo, ensino e pesquisa. A extensão não está abarcada no protocolo de relacionamento.

O Protocolo de Relacionamento entre a Faculdade de Medicina e o Hospital Universitário (HUCFF) está vigente e apresenta integração nas atividades acadêmicas e assistenciais envolvendo o tripé acadêmico da UFRJ, não incorporando atualmente as transformações legais, institucionais e políticas no campo da saúde e da educação, sofridas ao longo desses quarenta e um anos abarcando os pilares da Universidade Pública no Brasil.

No segmento do ensino e administrativo está bem definido a integração destas atividades. A pesquisa apresentava-se um tanto dissociada das demais atividades acadêmicas desenvolvidas no âmbito da Faculdade de Medicina, pois do modo que está descrito no Protocolo de Relacionamento subtende-se que o processo ocorria apenas no âmbito do Hospital Universitário, sem a interação da Faculdade de Medicina.

Também não identificamos neste protocolo nenhuma cláusula que indique a periodicidade de revisão, entendendo que um protocolo envolvendo as atividades que são os pilares da Universidade, não deve ser estático. Ele precisa ser um instrumento em movimento que possa acompanhar o avanço da educação em saúde, diante do contexto social, político, econômico e da inovação da ciência e tecnologia.

Sendo assim, o modelo de protocolo de relacionamento entre as Unidades da UFRJ necessitará conter o ensino, pesquisa, extensão/assistência e gestão, dentro dos preceitos legais e institucionais (fase documental) associada a história oral, de acordo com as categorias culminadas pela análise de conteúdo.

2) Para concluir sobre a interseção das atividades acadêmicas, foi usado como base o Estatuto da UFRJ (versão 27.06.2019), Regimento Geral da UFRJ (versão 1970) e Regimentos da Faculdade de Medicina (versão 1971) e da Maternidade Escola (versão 2011).

➤ **Estatuto da UFRJ**

2.1) A interseção das atividades no ensino entre a Faculdade de Medicina (FM) e a Maternidade Escola (ME) da UFRJ, art. 36, a conclusão que se chegou é que não há clareza, sobre a descrição em relação aos Órgãos Suplementares/Hospitais Universitários.

2.2) A interseção das atividades de pesquisa entre a FM e ME, art. 10, conclui-se que há interseção.

2.3) A interseção das atividades de extensão entre a FM e a ME da UFRJ, art.95, não há descrição dos Órgãos Suplementares/Hospitais Universitários.

2.4) Com relação aos Órgãos Suplementares, foi identificado o art. 36, II, Organizações de Prestação de Serviços que além de colaborarem com as Unidades Universitárias na execução do ensino, da pesquisa e da extensão, visando o atendimento de problemas da comunidade, também não ficou claro se nestas Organizações estão considerados os Hospitais Universitários.

➤ **Regimento Geral da UFRJ**

2.5) A interseção das atividades no ensino entre a FM e a ME da UFRJ, art. 2, há descrição para a Unidade Acadêmica, porém não há descrição para os Órgãos Suplementares.

2.6) Com relação a interseção das atividades de ensino e pesquisa entre FM e ME, art. 282, conclui-se que há interseção.

2.7) A interseção das atividades de extensão, não foi identificado nenhum artigo com relação aos Órgãos Suplementares/Hospitais Universitários.

2.8) De acordo com os Regimentos destas Unidades, conclui-se que há interseção das atividades acadêmicas no ensino, pesquisa e extensão envolvendo a FM e a ME.

Finalmente conclui-se que em se tratando do Estatuto e Regimento Geral da UFRJ, há uma certa dificuldade na compreensão de alguns artigos que trata o ensino, pesquisa e extensão quando as Unidades estão enquadradas como Órgãos Suplementares (Hospitais Universitários) e as Organizações de Prestação de Serviços. Quanto aos Regimentos da Faculdade de Medicina e Maternidade Escola, está bem descrito não pairando nenhuma dúvida sobre os temas.

## **6.2 Fase história oral – análise de conteúdo**

3) Das entrevistas realizadas com os ex-diretores e diretores da Faculdade de Medicina e Maternidade Escola da UFRJ, para propor um modelo de protocolo de relacionamento entre ambas as Unidades da UFRJ, surgiram as seguintes categorias: ensino 51,8%, pesquisa 22,2%,

extensão 5,94% e gestão 19,9%. Houve predomínio do ensino sobre as demais categorias, seguida da pesquisa e gestão. A extensão obteve a menor preponderância nas narrativas dos entrevistados.

Finalizando as conclusões do terceiro objetivo, a história oral foi relevante, dada que a oralidade dos ex-diretores e diretores da Faculdade de Medicina e Maternidade Escola da UFRJ, se destacou no processo difusor das informações sobre as categorias que emergiram da análise de conteúdo embasando a elaboração de um modelo de protocolo de relacionamento entre as partes signatárias.

## **7 RECOMENDAÇÕES**

### **Quanto ao Estatuto da UFRJ**

- ✓ 1) Recomenda-se uma discussão e possível revisão do Art. 36, devido à falta de clareza sobre as finalidades dos Órgãos Suplementares/Hospitais Universitários, definindo também quais as unidades da UFRJ que são consideradas como Organizações de Prestação de Serviços;
- ✓ 2) Recomenda-se também discutir e possível revisão do Art. 95, pois os Órgãos Suplementares/Hospitais Universitários não aparecem contemplados neste artigo;
- ✓ 3) Recomenda-se avaliar a possibilidade de agregar as finalidades dos Órgãos Suplementares/Hospitais Universitários em um artigo específico.

### **Quanto ao Regimento Geral da UFRJ**

- ✓ 4) Recomenda-se uma discussão e possível revisão do art. Art. 282, - dos Órgãos Suplementares/Hospitais Universitários, a fim de equiparar a descrição deste artigo ao Estatuto da UFRJ;
- ✓ Este estudo abre caminhos para a discussão sobre possível revisão de alguns artigos do Estatuto e Regimento Geral da UFRJ com relação ao ensino, pesquisa e extensão no âmbito dos Órgãos Suplementares/Hospitais Universitários com o intuito de melhorar a compreensão e aplicabilidade no âmbito da UFRJ.

### **Quanto ao atual Protocolo de Relacionamento da Faculdade de Medicina e HUCFF da UFRJ**

- ✓ 5) Recomenda-se atualizá-lo de acordo com as mudanças sofridas ao longo de todos esses anos incorporando as suas necessidades institucionais e legais de acordo com o avanço da educação em saúde e da ciência, inovação e tecnologia.

### **Quanto ao modelo do Protocolo de Relacionamento da Faculdade de Medicina e Maternidade Escola da UFRJ**

- ✓ 6) Recomenda-se que seja apreciado no Corpo Deliberativo do Departamento de Ginecologia e Obstetrícia e na egrégia Congregação da FM no sentido de ser firmado entre as partes signatárias.

## REFERÊNCIAS

ARAUJO, K. M. de; LETA, J. Os hospitais universitários federais e suas missões institucionais no passado e no presente. **Hist. Ciênc. Saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.21, n.4, p.1261-1281, 2014.

ALBERTI, V. **Indivíduo e biografia na história oral**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2000. [5] f. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6715/1525.pdf>. Acesso em: 2 dez. 2019.

ALBUQUERQUE, V. S., *et al.* A integração ensino-serviço no contexto dos processos de mudança na formação superior dos profissionais de saúde. **Rev. Bras. Educ. Med.**, Rio de Janeiro, v.32, n.3, p.356-362, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbem/v32n3/v32n3a10.pdf> . Acesso em: 2 dez. 2019.

ALMEIDA-FILHO, N. Higher education and health care in Brazil. *Lancet*, v. 377, n. 9781, p.1898-1900, 2011. Disponível em [https://www.thelancet.com/pdfs/journals/lancet/PIIS0140-6736\(11\)60326-7.pdf](https://www.thelancet.com/pdfs/journals/lancet/PIIS0140-6736(11)60326-7.pdf). Acesso em: 10 fev. 2020.

ALMEIDA, A. S. A importância da Comunicação Interna para a Motivação dos Colaboradores. **Exedra**. Portugal, Coimbra, n.8, p.91-103, 2013. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/ejemplar/368147>. Acesso em: 27 out. 2019.

ALMEIDA, D. R. Gerencialismo e Transformações no Ensino Superior Federal: uma Análise à Luz da Experiência UFBA. *In: ENCONTRO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO*. 36, 2012a. Rio de Janeiro. **Anais [...]**, Rio de Janeiro, 2012. p.1-16. Disponível em: [http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2012\\_APB507.pdf](http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2012_APB507.pdf). Acesso em: 7 dez. 2019.

ALMEIDA, D. F. A contribuição de Carlos Chagas Filho para a institucionalização da pesquisa científica na universidade brasileira. **Hist. Cienc. Saúde-Manguinhos**. Rio de Janeiro, v.19, n. 2, p.653-668, 2012b. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3861/386138063016.pdf> . Acesso em: 9 out. 2019.

ALMEIDA, M. J, *et al.* Implantação das Diretrizes Curriculares Nacionais na Graduação em Medicina no Paraná. **Rev. Bras. Educ. Med.**, Rio de Janeiro, v.31, n.2, p.156 -165, 2007. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-55022007000200006&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-55022007000200006&script=sci_abstract&tlng=pt) . Acesso em: 2 dez. 2019.

ARAGÃO, R. M. Introdução. *In: ARAGÃO, R. M. A reforma da Universidade Federal do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Gráfica da UFRJ, 1968.

ANTONELLO, C. S. As formas de aprendizagem utilizadas por gestores no desenvolvimento de competências. *In: ENCONTRO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO*, 28., 2004. Salvador. **Anais [...]**. Salvador: ANPAD, 2004.

ANTONELLO, C. S.; RUAS, A. Formação gerencial: pós-graduação lato sensu e o papel das comunidades de prática. **Rev. Adm. Contemp.**, Curitiba, v.9, n.2, p.35-38, 2005. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1415-65552005000200003](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-65552005000200003). Acesso em: 24 out. 2019.

BATISTA, N. A. (org.). **A formação médica na Unifesp: excelência e compromisso social** [online]. São Paulo: Unifesp, 2008. p.53-69. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/q8g25/pdf/puccini-9788561673666-04.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2017.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 1974.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARDIN; CÂMARA, 2011

BARDIN, L. **A análise de conteúdo**. Lisboa. Edições 70, 1970.

BEHREND, D. M.; COUSIN C. S.; SCHMIDT, E. B. A relação interinstitucional entre as escola e universidade no contexto dos estágios curriculares supervisionados. **Laplage Rev.**, Sorocaba, v.5, n.1, p.85-94, 2019. Disponível em: <http://www.laplageemrevista.ufscar.br/index.php/lpg/article/view/613>. Acesso em: 9 dez. 2019.

BELTRAME, M. M. L. L.; ALPERSTED, G. D. Construção de política de comunicação em instituições de educação profissional, científica e tecnológica: uma proposta com base na experiência do IFSC. **Navus Rev. Gestão Tecnol.**, Santa Catarina, v.5, n.2, p. 14-26, 2015. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/3504/350450617003.pdf>. Acesso em: 04 dez. 2017.

BREHMER, L. C. de F.; RAMOS, F. R. S. Experiências de integração ensino serviço no processo de formação profissional em saúde: revisão integrativa. **Rev. Eletr. Enf.**, Goiânia, v.16, n.1, p.228-237, 2014. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/fen/article/view/20132/16462>. Acesso em: 24 nov. 2019.

BRESSER-PEREIRA, L. C. A construção política do Estado. **Lua Nova**. São Paulo, n.81, p. 117-146, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n81/a06n81.pdf>. Acesso em: 9 dez. 2019.

BRITTO JÚNIOR, A. F.; FERES JÚNIOR, N. A utilização da técnica da entrevista em trabalhos científicos. **Evidência**. Araxá, v.7, n.7, p.237-250, 2011. Disponível em: <https://met2entrevista.webnode.pt/files/200000032-64776656e5/200-752-1-PB.pdf>. Acesso em: 2 dez. 2019.

BOURDIEU, P. **A miséria do mundo**. Tradução de Mateus S. Soares. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil/1988**. Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais. Senado Federal. Brasília: Senado Federal, 2016. Disponível em: [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88\\_Livro\\_EC91\\_2016.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf). Acesso em: 22 out. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Subsecretaria de Edições Técnicas. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Superior. Brasília: Senado Federal, 1997. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm). Acesso em: 05 dez. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Resolução CNE/CES nº 4, de 07 de novembro de 2001**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Medicina. Brasília: CNE, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES04.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Resolução CNE/CES nº 3, de 20 de junho de 2014**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Medicina e dá outras providências. Brasília: CNE, 2014. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=15874-rces003-14&category\\_slug=junho-2014-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15874-rces003-14&category_slug=junho-2014-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 05 dez. 2017

BRASIL. Ministério da Educação. Ministério da Saúde. Portaria Interministerial nº 285, de 24 de março de 2015. Redefine o Programa de Certificação de Hospitais de Ensino (HE). **D. O. U.**, seção. 1, Brasília, DF, n.57, p.31, 25 mar. 2015.

BRASIL. MESP. **Plano de Reorganização do Ministério da Educação e saúde Pública**. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional. 1935.

BRASIL. Ministério da Educação. **Hospitais Universitários**: apresentação, 2017. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/hospitais-universitarios>. Acesso em: 02 set. 2017.

BRASIL. **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, 1990. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8080.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8080.htm). Acesso em: 22 out. 2019

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm). Acesso em: 22 out. 2019.

BRASIL. **Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001. (2001-2010)**. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências, 2001. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/LEIS\\_2001/L10172.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10172.htm). Acesso em: 22 out. 2019.

BRASIL. **Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013**. Institui o Programa Mais Médicos, altera as Leis nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e nº 6.932, de 7 de julho de 1981, e dá outras

providências, 2013. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ Ato2011-2014/2013/Lei/L12871.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2011-2014/2013/Lei/L12871.htm). Acesso em: 22 out. 2019.

BRASIL. **Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014. (2014-2024)**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências, 2014. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm). Acesso em: 22 out. 2019.

BRASIL. **Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016 (Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação)**. Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação e altera a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, a Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, a Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, a Lei nº 8.010, de 29 de março de 1990, a Lei nº 8.032, de 12 de abril de 1990, e a Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, nos termos da Emenda Constitucional nº 85, de 26 de fevereiro de 2015. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/ Ato2015-2018/2016/Lei/L13243.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/ Ato2015-2018/2016/Lei/L13243.htm). Acesso em: 22 out. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Estatuto da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ**. Homologado pelo despacho do Ministro da Educação, as alterações no estatuto da UFRJ. Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, ano 144, n. 63, p.12, 2 abr. 2007. Texto com atualização em 27 jun. 2019. Disponível em: <https://consuni.ufrj.br/images/Legislacao/ESTATUTO DA UFRJ ATUAL 27-06-2019.pdf>. Acesso em: 24 out. 2019.

CAETANO, J. A.; DINIZ, R. C. M.; SOARES, E. Integração Docente-Assistencial sob a ótica dos profissionais de saúde. **Cogitare Enferm.** Fortaleza, v. 14, n. 4, p. 638-44, 2009. Out/dez. Disponível em <http://www.saude.ufpr.br/portal/revistacogitare/wp-content/uploads/sites/28/2009/10/16376-56801-3-PB.pdf>. Acesso 03 fev. 2020.

CÂNDIDO, P. T. S.; BATISTA, N. A. O Internato Médico após as Diretrizes Curriculares Nacionais de 2014: um Estudo em Escolas Médicas do Estado do Rio de Janeiro. **Rev. Bras. Educ. Med.** Rio de Janeiro, v.43, n.3, p. 36-45, 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbem/v43n3/1981-5271-rbem-43-3-0036.pdf>. Acesso em: 2 dez. 2019.

CASTELLS, M. **A galáxia da internet**: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, p. 2003.

CAVALHEIRO, M. T. P.; GUIMARÃES, A. L. Formação para o SUS e os Desafios da Integração Ensino Serviço. **Caderno FNEPAS**. São Paulo, v.1, p.19-27, 2011. Disponível em: [http://www.fnepas.org.br/artigos\\_caderno/v11/artigo2\\_formacao\\_para\\_sus.pdf](http://www.fnepas.org.br/artigos_caderno/v11/artigo2_formacao_para_sus.pdf). Acesso em: 7 dez. 2019.

CARVALHO, C.H.A. Política para a educação superior no governo Lula. **Rev. Inst. Estud. Bras.**, São Paulo, n.58. p.209-244, 2014.

CHANDLER, A. D. **Strategy and structure**. Cambridge, MA: MIT Press, 1962.

COSTA, N. M. S. C.; CARDOSO, C. G. L. V.; COSTA, D. C. Concepções sobre o Bom Professor de Medicina. **Rev. Bras. Educ. Med.**, Rio de Janeiro, v.36, n.4, p. 499-505, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbem/v36n4/08.pdf>. Acesso em: 7 dez. 2019.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL - CPDOC. **O que é história oral**, 2017. Entrevistas do Programa História Oral. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/acervo/historiaoral>. Acesso em: 11 jun. 2018.

CECÍLIO, L. C. de O. Trabalhando a missão de um hospital como facilitador da mudança organizacional: limites e possibilidades. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.16, n.4, p.973-983, 2000.

CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – CONSUNI/UFRJ. **Estatuto**, 2019. Disponível em: [https://consuni.ufrj.br/images/Legislacao/ESTATUTO\\_DA\\_UFRJ\\_ATUAL\\_27-06-2019.pdf](https://consuni.ufrj.br/images/Legislacao/ESTATUTO_DA_UFRJ_ATUAL_27-06-2019.pdf). Acesso em: 02 nov. 2019.

CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – CONSUNI/UFRJ. **Resolução CONSUNI n. 02 de 27 de março de 2008**. Altera o Estatuto da Universidade Federal do Rio de Janeiro em decorrência da criação do Campus de Macaé, 2008. Disponível em: <http://www.consuni.ufrj.br/images/Resolucoes/res02-08.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2019.

CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – CONSUNI/UFRJ. **Resolução CONSUNI n. 15 de 18 de dezembro de 2008**. Inclusão do Complexo Hospitalar na Estrutura Média da UFRJ, 2008. Disponível em: <http://www.consuni.ufrj.br/images/Resolucoes/res15-08.pdf>. Acesso em: 02 set. 2017.

CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – CONSUNI/UFRJ. **Resolução CONSUNI n. 16 de 18 de dezembro de 2008**. Implantação do Complexo Hospitalar da UFRJ, 2008. Disponível em: <http://www.consuni.ufrj.br/images/Resolucoes/res16-08.pdf>. Acesso em: 02 set. 2017.

CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – CONSUNI/UFRJ. **Resolução CONSUNI n. 03 de 28 de maio de 2009**. Alteração dos artigos 21, 29, 64 e 79 do Estatuto da Universidade Federal do Rio de Janeiro para incluir a categoria de professor Associado nos seus Colegiados, 2009. Disponível em: <http://www.consuni.ufrj.br/images/Resolucoes/res03-09.pdf>. Acesso em: 02 set. 2017.

CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – CONSUNI/UFRJ. Disponível em: <https://consuni.ufrj.br/> Acesso em: 20 out. 2019.

CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – CONSUNI/UFRJ. **Regimento Geral da UFRJ**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1970. Atualizado em 30 de maio de 2019. Disponível em: [https://consuni.ufrj.br/images/Legislacao/Regimento\\_Geral\\_1970\\_atualizado\\_-\\_30-05-2019.pdf](https://consuni.ufrj.br/images/Legislacao/Regimento_Geral_1970_atualizado_-_30-05-2019.pdf). Acesso em: 22 out. 2019.

CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – CONSUNI/UFRJ. **Resolução CONSUNI n. 28 / 2010 de 9 de dezembro de 2010**. Altera o §

4º do artigo 17 do Estatuto da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010. Disponível em: <https://consuni.ufrj.br/images/Resolucoes/res28-10.pdf>. Acesso em: 9 out. 2019.

CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – CONSUNI/UFRJ. **Resolução n. 19/2018 de 20 de dezembro de 2018**. Institui o Complexo de Formação de Professores na Estrutura Média da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ, 2018. Disponível em: [https://consuni.ufrj.br/images/Resolucoes/Resolucao\\_nº\\_19\\_de\\_2018.pdf](https://consuni.ufrj.br/images/Resolucoes/Resolucao_nº_19_de_2018.pdf). Acesso em: 9 out. 2019.

CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – CONSUNI/UFRJ. **Resolução CEG n. 02/2013, de 13 de junho de 2013**. Regulamenta o registro e a inclusão das atividades de extensão nos currículos dos cursos de graduação da UFRJ. Disponível em: [https://www.direito.ufrj.br/images/artigos\\_joomla/RESOLUO-02-DE-2013-DO-CEG.pdf](https://www.direito.ufrj.br/images/artigos_joomla/RESOLUO-02-DE-2013-DO-CEG.pdf). Acesso em: 10 dez. 2019.

DEMO, P. **Educar pela Pesquisa**. 10. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2015.

FEUERWERKER, L. C. M.; CECÍLIO, L. C. de O. O hospital e a formação em saúde, desafios atuais. **Ciênc. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.12, n.4, p.965-971, 2007.

FANK, O. L.; ANGONESE, R.; LAVARDA, C. E.F. A percepção dos gestores acadêmicos de uma IES quanto às críticas ao orçamento. **Contabilidade, Gestão e governança**. Brasília, DF, v.14, n.1 p.82–93, 2011. Disponível em: [https://www.revistacgg.org/contabil/article/view/291/pdf\\_153](https://www.revistacgg.org/contabil/article/view/291/pdf_153). Acesso em :7 dez. 2019.

FÁVERO, M. de L. de A. **A universidade no Brasil: das origens à reforma universitária de 1968**. **Educ. Rev.**, Belo Horizonte, n.28, p.17-36, 2006.

FÁVERO, M. L. A. **Universidade do Brasil: das origens à construção**. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.

FÁVERO, M. L. A.; LIMA, H. I. A Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ): origens, construção e desenvolvimento. *In*: BRASIL. Ministério da Educação. **A Universidade no Brasil: concepções e modelos**. 3.ed. Brasília, DF: INEP, 2011. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/documents/186968/484184/A+universidade+no+Brasil+concep%C3%A7%C3%B5es+e+modelos/136bcd85-aa8d-4b5c-83ed-d1c8d52c97a3?version=1.0>. Acesso em: 24 out. 2019.

FERNANDES, C. **A função do protocolo na comunicação institucional**, 2015. Disponível em: <https://cristinafernandes.com/a-funcao-do-protocolo-na-comunicacao-institucional/>. Acesso em: 9 nov. 2019.

FERRARI, M. **Edgar Morin, o arquiteto da complexidade**. 2008. Disponível em <https://novaescola.org.br/conteudo/1391/edgar-morin-o-arquiteto-da-complexidade>. Acesso 02 nov. 2019.

FERREIRA, J. B.; FOSTER A. C.; SANTOS, J. S. Reconfigurando a interação entre ensino, serviço e comunidade. **Rev. Bras. Educ. Med.**, Rio de Janeiro, v.36, n.1 supl.1, p.127-133,

2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbem/v36n1s1/v36n1s1a17.pdf>. Acesso em : 10 dez. 2019.

FERREIRA, S. Reformas na educação superior: de FHC a Dilma Rousseff (1995-2011). **Linhas Críticas**, Brasília, DF, n.36, p.455-472, 2012.

FERREIRA, M. J. M. *et al.* Novas Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Medicina: oportunidades para ressignificar a formação. **Interface.**, Botucatu, v.23, n. Supl. 1, p. 1-15, 2019. Disponível em: [http://www.scielo.br/pdf/icse/v23s1/pt\\_1807-5762-icse-23-s1-e170920.pdf](http://www.scielo.br/pdf/icse/v23s1/pt_1807-5762-icse-23-s1-e170920.pdf) . Acesso em: 8 out. 2019.

FERREIRA, M. M.; AMADO, J. (org.). **Usos & abusos da história oral**. 8.ed. Rio de Janeiro: FGV, p.1-155, 2006.

FRAGA FILHO, C. **A implantação do hospital universitário da UFRJ**. 2. ed. Rio de Janeiro: FUJB, p.209, 1990. (Coleção memória FUJB/UFRJ, 2000).

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Casa de Oswaldo Cruz. **Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930)**. Disponível em: <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/index.php>. Acesso em: 22 out. 2019.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas, 2017. Disponível em: [www.cpdoc.fgv.br](http://www.cpdoc.fgv.br) . Acesso em: 29 set. 2019.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas. **O Governo de Juscelino Kubitschek: Universidade do Distrito Federal (UDF)**, 2017. Disponível em: [https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/glossario/universidade\\_do\\_distrito\\_federal](https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/glossario/universidade_do_distrito_federal). Acesso em: 29 set. 2019.

GRIFFIN, R. W.; MOORHEAD, G. **Fundamentos do comportamento organizacional**. São Paulo: Ática. 2006.

GOMES, M. M.; VARGAS, S. S. M.; VALLADARES, A. F. **A Faculdade de Medicina Primaz do Rio de Janeiro: em dois dos cinco séculos da história do Brasil**. São Paulo: Atheneu, 2001.

GONÇALVES, C. N. S. *et al.* Integração ensino-serviço na voz de profissionais de saúde. **Rev. Enferm. UFPE online**. Recife, v.8, n.6, p.1678-1686, 2014.

GUIMARÃES, S. K. Desenvolvimento econômico-social e instituições no Brasil **Civitas-Rev. Ciênc. Soc.**, Rio Grande do Sul, v.16, n. 2, p.259-284, 2016. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=74247126005> . Acesso em: 27 out. 2019.

HORTALE, V. A. *et al.* Características e limites do mestrado profissional na área da saúde: estudo com egressos da Fundação Oswaldo Cruz. **Ciênc. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.15,

n.4, p.2051-2058, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v15n4/a19v15n4.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2017.

JESUS, K. C. B *et al.* Desenvolvimento de Competências Gerenciais de Gestores Públicos em Instituições Federais de Educação. **RIGS**. Salvador, BA, v.5, n.1, p.37-60, 2016. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/rigs/article/view/12292/11642>. Acesso em: 7 dez. 2019.

JESUS, L. L, *et. al.* Elaboração de ações de articulação ensino-serviço na área da saúde: visão dos gestores da atenção primária. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE ENFERMAGEM – CONENF. 2018. Aracaju, SE. **Anais** [...]. Aracaju: UNIT, 2018. Disponível em: <https://eventos.set.edu.br/index.php/conenf/article/view/9340/4244>. Acesso em: 9 out. 2019.

KUNSCH, M. M. K. Comunicação organizacional: contextos, paradigmas e abrangência conceitual. **Matrizes**, São Paulo, v.8, n.2, p.35-61, 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1430/143032897003.pdf>. Acesso: 09 nov. 2019.

KUNSCH, M. M. K. (org.). **Comunicação organizacional estratégica: aportes conceituais e aplicados**. São Paulo: Summus. Editorial, 2016.

KUNSCH, M. M. K. Relações Públicas e comunicação organizacional: das práticas à institucionalização acadêmica. **Organicom**, São Paulo, Ano 6, n.10/11, p.50-56, 2009. Edição Especial.

KUNSCH, M. M. K. A Comunicação estratégica nas organizações contemporâneas. **Rev. Media & Jornalismo**. Portugal, p.13-24. Artigo por convite. Disponível em <https://impactum-journals.uc.pt/mj/article/view/6020/4924>

KUSSAKAWA, D. H. B.; ANTONIO, C. A. Os eixos estruturantes das diretrizes curriculares nacionais dos cursos de medicina no Brasil. **Rev. Docência Ens. Sup.**, Belo Horizonte, v.7, n.1, p.165-184, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/rdes/article/view/2245>. Acesso em: 05 dez. 2017.

LITTIKE, D.; SODRÉ, F. A arte do improviso: o processo de trabalho dos gestores de um Hospital Universitário Federal. **Ciênc. Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v.20, n.10, p.3051-3062, 2015. Disponível em: <https://www.scielosp.org/pdf/csc/2015.v20n10/3051-3062/pt> . Acesso em: 7 dez. 2019.

LIMA, P. A. B.; ROZENDO C. A. Desafios e possibilidades no exercício da preceptoria do Pró-PET-Saúde. **Interface**. Botucatu, v.19, n. Supl 1, p.779-791, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/icse/v19s1/1807-5762-icse-19-s1-0779.pdf> . Acesso em: 7 out. 2019.

LIMA, S. M. L.; RIVERA, F. J. U. A contratualização nos Hospitais de Ensino no Sistema Único de saúde Brasileiro. **Ciências & Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v. 17, n.9, p.2507-2521, 2012.

MAIA, G. D. Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Praia Vermelha, [1918]. *In*: MAIA, G. D. **Biografia de uma Faculdade: História e Estórias da Faculdade de Medicina da Praia Vermelha**. São Paulo: Ed. Atheneu, 1996.

MAIA, G. D. Comunicação pública: direitos de cidadania, fundamentos e práticas. *In*: MATOS, H. (org.). **Comunicação pública**: interlocuções, interlocutores e perspectivas. São Paulo: ECA/USP, 2013. Disponível em: <http://www3.eca.usp.br/sites/default/files/form/ata/pos/quarto..pdf> . Acesso em: 24 out. 2019.

MAGALHÃES, M. S. B. **O Protocolo Autárquico e os novos sinais da modernidade**. 2016, 207f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação). Instituto de Ciências Sociais. Universidade do Minho. Portugal. 2016. Disponível em <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/42805>. Acesso 02 nov. 2019.

MARQUES, C. S.; PEREIRA, B. A. D.; ALVES, J. N. Identificação dos principais fatores relacionados à infraestrutura universitária: uma análise em uma IES pública. **Soc. Hum.**, Santa Maria, v.23, n.1, p.91-103, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/sociaisehumanas/article/viewFile/2100/1284> . Acesso em: 9 dez. 2019.

MARTINS, G. A. Estudo de caso: uma reflexão sobre a aplicabilidade em pesquisa no Brasil. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 2, n. 2, p. 9-18, 2008. Disponível em <https://www.revistas.usp.br/rco/article/view/34702>. Acesso 03 fev.2020.

MARTINS, V. F. Hospitais Universitários Federais e a nova reestruturação organizacional: o primeiro olhar, uma análise de um Hospital Universitário. **ReAC**. Feira de Santana, v.3, n.2, p.4-22, 2011. Disponível em: <https://www.reacfat.com.br/index.php/reac/article/view/27>. Acesso em: 27 out. 2019.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. 26.ed. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 2008. v.1.

MEIRELES, M. A. C.; FERNANDES, C.C. P.; SILVA, L. S. Novas diretrizes curriculares nacionais e a formação médica: expectativas dos discentes do primeiro ano do curso de medicina de uma Instituição de Ensino Superior. **Rev. Bras. Educ. Med.** Rio de Janeiro, v.43, n.2, p.67-78, 2019. <http://www.scielo.br/pdf/rbem/v43n2/1981-5271-rbem-43-2-0067.pdf>. Acesso em: 26 out. 2019.

MATUS, C. **Política, planejamento & governo**. Brasília; IPEA, 1993. (Série IPEA, n.143).

MATOS, H. (org.). **Comunicação pública**: interlocuções, interlocutores e perspectivas. Parte 1 Interlocuções da Comunicação Pública. KUNSH, M. M. K. Comunicação pública: direitos de cidadania, fundamentos e práticas, p. 13-30. São Paulo: ECA/USP, 2012. Disponível em: <http://www3.eca.usp.br/sites/default/files/form/ata/pos/quarto..pdf> . Acesso em: 24 out. 2019.

MENDONÇA, A. W. P.C. A universidade no Brasil. **Rev. Bras. Educ.** Rio de Janeiro, n.14, Maio/Ago. 2000. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a08> . Acesso 28 ago. 2017.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em Saúde. 9. ed., rev. aprim. São Paulo: Hucitec, 2006.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em Saúde. 14. ed., rev. aprim. São Paulo: Hucitec, 2012.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2016.

MUNARI, D. B. Resenha do livro "Educar pela pesquisa" de Pedro Demo. **Rev. Latino-am. Enferm.**, Ribeirão Preto, v.4, n.3, p.159-161, 1996. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rlae/v4n3/v4n3a13.pdf>. Acesso em: 24.11.2019. Acesso em: 2 dez. 2019.

MATERNIDADE ESCOLA. Universidade Federal do Rio de Janeiro. **Missão**, 2017. Disponível em: <http://www.maternidade.ufrj.br/portal/index.php/instituicao/missao>. Acesso em: 09 set. 2017.

NOGUEIRA, D. L. *et al.* Avaliação dos Hospitais de Ensino no Brasil: uma Revisão Sistemática. **Rev. Bras. Educ. Med.** Rio de Janeiro, v.39, n.1, p.151-158, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbem/v39n1/1981-5271-rbem-39-1-0151.pdf>. Acesso em: 24 out. 2019.

NOGUEIRA, M. D. P. **Políticas de extensão universitária brasileira**. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

OLIVEIRA, A. V. *et al.* Comunicação organizacional como estratégia de gestão. **RCA**. Mato grosso, v.7, n.14, p.1-10, 2018. Disponível em: <https://www.revista.ajes.edu.br/index.php/rca/article/view/143/111>. Acesso em: 24 out. 2019.

PONTES, O. D. A.; SOUZA-MUNÕZ, R. L. de. O internato médico no novo currículo de uma universidade pública: a apreciação do estudante. **Rev. Bras. Educ. Méd.** Rio de Janeiro. v. 38, n.4, p. 519-531, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbem/v38n4/14.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2017.

PAGLIOSA, F. L.; DA ROS, M. A. O relatório Flexner para o bem e para o mal. **Rev. Bras. Educ. Med.** Rio de Janeiro, v.32, n. 4, p. 492-499, 2008. <http://www.scielo.br/pdf/rbem/v32n4/v32n4a12.pdf>. Acesso em: 20 out. 2019.

PAULA, J. A. A extensão universitária: história, conceito e propostas. **Interfaces Revista de Extensão da UFMG. Belo Horizonte**, v.1, n.1, p.5-23, 2013. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/revistainterfaces/index.php/IREXT/article/view/5/pdf>. Acesso em: 1 nov. 2019.

PORTELLI, A. O que faz a história oral diferente. Tradução de Maria Therezinha Janine Ribeiro. **Projeto História**. São Paulo, n.14, p.25-39, 1997. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/11233>. Acesso em: 2 dez. 2019.

ROSA, A. R.; FRAGA FILHO, C.; PONTES, J. P. L. **Ensino médico: atualidade de uma experiência**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.

ROSA, A. R.; JOURVAL JUNIOR, H. E. **Fatos 1974-1985: Hospital Universitário Clementino Fraga Filho: Homenagem no Centenário do Nascimento do Fundador, 1917-2017**. Rio de Janeiro: Contraste, 2017.

RUÃO, T; KUNSCH, M. M. K. A Comunicação Organizacional e Estratégica: nota Introdutória. **Comunicação e Sociedade**. Portugal, Braga, v. 26, p.7-13, 2014. Disponível em: [https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/59854/2/2014\\_Ruao\\_Kunsch\\_Comunicacao-organizacional-estrategica\\_PT.pdf](https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/59854/2/2014_Ruao_Kunsch_Comunicacao-organizacional-estrategica_PT.pdf). Acesso em: 22 out. 2019.

SAMPAIO, H. **Evolução do ensino superior brasileiro, 1808-1990**. São Paulo: Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior da Universidade de São Paulo, 1991. Documento de trabalho 8 / 1991. Disponível em: <http://www.nupps.usp.br/downloads/docs/dt9108.pdf> . Acesso em: 24 out. 2019.

SAMPAIO, J. F, *et.al.* A Extensão Universitária e a promoção da saúde no Brasil: revisão sistemática. **Revista Portal: Saúde e Sociedade**. Maceió, v.3, n.3, p.921-930, 2018. Disponível em: <http://www.seer.ufal.br/index.php/nuspfamed/article/view/5282/4856>. Acesso em: 9 dez. 2019.

SILVA, R. R. da; SANTOS, R. L.; AMORIM, J. F. A teoria e a prática caminhando de mãos dadas. **Revista Docência do Ensino Superior**, Belo Horizonte, MG, v.8, n.1, p.179-188, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/rdes/article/view/2443>. Acesso em: 7 dez. 2019

SANTOS, M. R. dos *et al.* Estrutura organizacional e funcionamento das universidades brasileiras: revisão de literatura. In: SIMPÓSIO DE METODOLOGIAS ATIVAS, 2017, São Paulo. **Anais[...]** São Paulo: Blucher, 2017. (Blucher Education Proceedings, v.2, n.1).

STELLA, R.C.R.; PUCCINI, R.F. A formação profissional no contexto das Diretrizes Curriculares nacionais para o curso de medicina. *In* PUCCINI, RF., SAMPAIO, L.O; BATISTA, N.A.(orgs). **A formação médica na Unifesp: excelência e compromisso social**. São Paulo: Editora Unifesp, 2008. p. 53-69.

TASSIGNY, M. M, *et al.* Blog: ferramenta estratégica de comunicação organizacional. **ReA UFSM**. Santa Maria, v.5, n.2, p.262-276, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reaufsm/article/view/4809/pdf> . Acesso em: 24 out. 2019.

TELES FILHO, R. V. A importância do estágio eletivo durante o internato médico. **Rev. Med.**, São Paulo, v.98, n.5, p.365-366, 2019. Disponível em : <https://www.revistas.usp.br/revistadc/article/view/159978/157062> . Acesso em: 7 dez. 2019.

TEIXEIRA, L. A. S. *et al.* Internato médico: o desafio da diversificação dos cenários da prática. **Rev. Bras. Educ. Méd.**, Rio de Janeiro. v.39, n.2, p.226-232, 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA - UFBA. **Histórico**. Disponível em <https://ufba.br/historico>. Acesso: 02 nov. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. **A Reforma da Universidade Federal do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Gráfica da UFRJ, 1968.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. **Apresentação**. Disponível em: <https://xn--graduao-2wa9a.ufrj.br/index.php/cursos-de-graduao-mainmenu-124> . Acesso em: 09 out. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. **Cursos**. Disponível em: <http://ufrj.br/cursos-graduacao>. Acesso em: 09 out. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. **História**. Disponível em: <https://ufrj.br/historia> . Acesso em: 29 nov. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. **Hospital Universitário Clementino Fraga Filho - HUCFF**. Disponível em: <http://www.hucff.ufrj.br/>. Acesso: 23 out. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. **Instituto de Atenção à Saúde São Francisco de Assis- HESFA**. Disponível em: <http://hesfa.ufrj.br/>. Acesso em: 23 out. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. **Instituto de Doenças do Tórax - IDT**. Disponível em: <http://www.idt.ufrj.br/>. Acesso 23 out. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Instituto de Neurologia Deolindo Couto - INDC. Disponível em: <http://www.indc.ufrj.br/> . Acesso em: 23 out. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. **Instituto de Pediatria Martagão Gesteira - IPPMG**. Disponível em: <https://www.ippmg.ufrj.br/>. Acesso em: 23 out. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. **Instituto de Psiquiatra - IPUB**. Disponível em: <http://www.ipub.ufrj.br/portal/>. Acesso em: 23 out. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. **Instituto do Coração Edson Abdala Saad -ICES**. Disponível em: <https://ices.ufrj.br/>. Acesso em: 23 out. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. **Maternidade Escola da UFRJ**. Disponível em: <http://www.me.ufrj.br/>. Acesso em: 9 out. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. **Complexo Hospitalar da UFRJ**. Disponível em <http://www.ch.ufrj.br/>. Acesso 06 fev. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Pró Reitoria de Extensão. **Resolução PR-5 n. 01/2016, de 14 de abril de 2016**. Regulamentação dos Cursos de Extensão Universitária da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Disponível em: [https://xn--extenso-2wa.ufrj.br/images/Resolucao\\_1-2016.pdf](https://xn--extenso-2wa.ufrj.br/images/Resolucao_1-2016.pdf) . Acesso em: 10 dez. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Pró- Reitoria de Extensão. **Resolução PR-5 n. 02/2016, de 4 de maio de 2016**. Altera o artigo 27 e adiciona disposições transitórias à Resolução 01/2016 que institui a regulamentação dos cursos de Extensão universitária. Disponível em: [https://xn--extenso-2wa.ufrj.br/images/Resolucao\\_2-2016.pdf](https://xn--extenso-2wa.ufrj.br/images/Resolucao_2-2016.pdf) . Acesso em: 10 dez. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. **Pró Reitoria de Pós-Graduação**. Disponível em: <https://ufrj.br/pro-reitoria-de-pos-graduacao>. Acesso em: 09 out. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. **Pró Reitoria de Pós-Graduação. Missão institucional.** Disponível em: <http://www.pr2.ufrj.br/missaoInstitucional> . Acesso em: 9 out. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. **Faculdade de Medicina.** Quem somos, 2014c. Disponível em: <[http://www.medicina.ufrj.br/colchoes.php?id\\_colchao=707](http://www.medicina.ufrj.br/colchoes.php?id_colchao=707)>. Acesso em: 09 set. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. **Faculdade de Medicina.** Regras do Internato. Disponível em <[http://www.medicina.ufrj.br/colchoes.php?id\\_colchao=239](http://www.medicina.ufrj.br/colchoes.php?id_colchao=239)> Acesso em 09 set. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. **Faculdade de Medicina.** Programa Pedagógico do Curso de Medicina. PPC. Disponível em; <http://www.medicina.ufrj.br/ckeditor/ckfinder/files/PPC%20Medicina%20UFRJ.pdf> . Acesso 17 jun. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Faculdade de Medicina. **Regimento.** p. 1-72. 1971

VERAS, R. M.; FEITOSA, C.C. M. Reflexões em torno das Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em medicina a partir da Política Nacional de Promoção da Saúde. **Interface.** Botucatu, n.23 supl. 1, 2019. Disponível em: [http://www.scielo.br/pdf/icse/v23s1/pt\\_1807-5762-icse-23-s1-e170743.pdf](http://www.scielo.br/pdf/icse/v23s1/pt_1807-5762-icse-23-s1-e170743.pdf). Acesso em: 24 out. 2019.

VILLANOVA, J. (org). **Universidade do Brasil.** Rio de Janeiro: Service desPays, [1948].

YIN, R. K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookmam, 2001.

XAVIER, L. N. Universidade, pesquisa e educação pública em Anísio Teixeira. **Hist. Cienc. Saúde-Manguinhos.** Rio de Janeiro, v.19, n.2, p.669-682, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v19n2/17.pdf> . Acesso em : 24 out. 2019.

ZARPELON, L. F.B.; TERCENIO, M. L.; BATISTA, N. A. Integração ensino-serviço no contexto das escolas médicas brasileiras: revisão integrativa. **Ciênc. Saúde Coletiva.** Rio de Janeiro, v.23, n.12, p.4241-4248, 2018. Disponível em: <https://www.scielosp.org/pdf/csc/2018.v23n12/4241-4248/pt> . Acesso em: 7 dez. 2019.

ZHOURI, A.; PEREIRA, L. M. L. História oral e contemporaneidade. Tradução. Paul Thompson. **História Oral,** v. 5, 2002, p.9-28. Disponível em <http://revista.historiaoral.org.br/index.php?journal=rho&page=article&op=view&path%5B%5D=47&path%5B%5D=39>. Acesso 03 fev.2020.

## APENDICE A - TERMO DE COMPROMISSO DE UTILIZAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE DADOS

	<b>UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO</b> <b>MATERNIDADE ESCOLA</b>	
<b>TERMO DE COMPROMISSO DE UTILIZAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE DADOS</b>		
<b>Título da pesquisa: O Protocolo de Relacionamento entre as Unidades Acadêmicas e as Unidades Hospitalares da Universidade Federal do Rio de Janeiro: O Caso da Maternidade Escola.</b>		
<b>Pesquisador (a) responsável: Ismê Captureba Santos</b>		
<b>Grupo CONEP: ( ) I ( ) II ( ) III</b>		
<p>Eu, <b>Ismê Captureba Santos</b> responsável pela pesquisa acima identificada, declaro que conheço e cumprirei as normas vigentes expressas na <b>Resolução nº510/16 do Conselho Nacional de Saúde / Ministério da Saúde/MS</b> e assumo neste termo os compromissos de:</p>		
<p>1 – Ao utilizar dados e informações coletadas nos documentos da pesquisa a realizar-se na Faculdade de Medicina e na Maternidade Escola da UFRJ, assegurar a confidencialidade e a privacidade dos mesmos.</p>		
<p>2 – Destinar os dados coletados somente para o projeto ao qual se vinculam. Todo e qualquer outro uso deverá ser objeto de um novo projeto de pesquisa que deverá ser submetido à apreciação do <b>Comitê de Ética em Pesquisa da Maternidade Escola da Universidade Federal do Rio de Janeiro.</b></p>		
<p>3 – Quando da divulgação e/ou publicação da pesquisa, fazer referência à Maternidade Escola e Faculdade de Medicina (que deverão ser grafadas nos seguintes termos: <b>Maternidade Escola da Universidade Federal do Rio de Janeiro e Faculdade de Medicina Universidade Federal do Rio de Janeiro</b>) em todas as formas de divulgação (teses, dissertações, artigos, livros, resumos de trabalhos apresentados em reuniões e eventos) e qualquer outra publicação ou forma de divulgação de atividades que resultem, total ou parcialmente, do auxílio da Faculdade de Medicina e da Maternidade Escola.</p>		
<p>4 – As Unidades Acadêmicas dos pesquisadores envolvidos na pesquisa também deverão ser citadas, sem abreviações.</p>		
<p>Rio de Janeiro, 15 de setembro de 2017.</p>		
<p>Pesquisador(a) responsável</p>		

## APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
MATERNIDADE ESCOLA  
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM  
SAÚDE PERINATAL**



**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)  
O Protocolo de Relacionamento entre as Unidades Acadêmicas e as Unidades Hospitalares da  
Universidade Federal do Rio de Janeiro: O Caso da Maternidade Escola.  
Versão 01/06/2018**

**Pesquisador responsável: Ismê Captureba Santos**

Este documento que o senhor(a) está lendo é chamado de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Ele contém explicações sobre o estudo que o senhor(a) está sendo convidado(a) a participar. Antes de decidir se deseja participar (de livre e espontânea vontade), o senhor(a) deverá ler e compreender todo o conteúdo. Ao final, caso decida participar, o senhor(a) será solicitado(a) a assiná-lo(a) e receberá uma cópia do mesmo. Antes de assinar faça perguntas sobre tudo o que não tiver entendido bem. A equipe deste estudo responderá às suas perguntas a qualquer momento (antes, durante e após o estudo). Sua participação é voluntária, o que significa que o senhor(a) poderá desistir a qualquer momento, retirando seu consentimento, sem que isso lhe traga nenhum prejuízo ou penalidade, bastando para tanto entrar em contato com a pesquisadora responsável. Estas informações estão sendo fornecidas para sua participação voluntária na pesquisa intitulada **O protocolo de relacionamento entre as unidades acadêmicas e as unidades hospitalares da Universidade Federal do Rio de Janeiro: o caso da Maternidade Escola**. A gestão tem se destacado como uma peça fundamental para qualquer área do saber. Contudo, diante do perfil do mestrado profissional o processo de inovação e produção do conhecimento tem resultado em projetos voltados para responder aos problemas apontados na área de atuação do indivíduo, avaliando o impacto das intervenções, dando subsídios para o desenvolvimento das Instituições. Diante desta realidade, a comunicação organizacional neste terceiro milênio, tem se destacado dada a complexidade vivida pelas instituições e organizações nesta era digital que vem contribuindo para repensar suas formas e estratégias no sentido da interlocução entre as unidades acadêmicas e os hospitais universitários devido à relação acadêmica estabelecida entre as instituições que são objeto do estudo. Desse modo, o objetivo da pesquisa é contribuir para a sustentabilidade das instituições através da melhoria da interlocução entre as unidades acadêmicas e os hospitais universitários da UFRJ.

Tipo do estudo, pesquisa descritiva, do tipo estudo de caso, de abordagem qualitativa a ser realizada por meio de análise documental e história oral. A história oral é uma metodologia que consiste em realizar entrevistas gravadas com pessoas que podem testemunhar sobre acontecimentos, conjunturas, instituições, modos de vida ou outros aspectos da história contemporânea (PORTELLI, 1993). Participarão do estudo a Unidade Acadêmica, Faculdade de Medicina e o Hospital Universitário, Maternidade Escola, vinculados ao Centro de Ciências da Saúde da UFRJ.

Caso decida aceitar o convite nos concedendo uma entrevista, do tipo semiestruturada, o senhor(a) assinará o TCLE em duas vias, a primeira ficará com o senhor(a) e a outra via com a pesquisadora. A entrevista tem sido conceituada na literatura como uma coleta restrita de informações sobre determinado tema científico. Ela é acima de tudo um diálogo estabelecido entre o entrevistado e o entrevistador para a captação de dados subjetivos.

Fica garantido ao senhor(a) o direito de não responder as perguntas que possam a vir lhe causar algum constrangimento e/ou situações dolorosas de qualquer natureza. As respostas serão transcritas através do *software Dictation, Voicer Meeter*, e posteriormente analisadas de acordo com a metodologia da história oral.

Quais são os riscos envolvidos com sua participação?

De maneira geral é decorrente de qualquer pesquisa, porém, a equipe se compromete em preservar a dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social e cultural do ser humano em qualquer etapa da pesquisa conforme a Resolução nº 510/2016 do Ministério da Saúde. Caso este procedimento possa gerar algum tipo de constrangimento ao senhor(a), fica garantido(a) a liberdade de não querer participar do projeto de pesquisa ou de retirar o consentimento a qualquer momento.

Qual o(s) benefício(s) ao participar da pesquisa?

Somente no final do estudo poderemos chegar à conclusão de algum benefício, portanto, com os resultados obtidos será possível propor um Protocolo de Relacionamento entre a Faculdade de Medicina e a Maternidade Escola da UFRJ, institucionalizado, que possa servir de referência para as outras unidades universitárias se assim desejarem.

Sua participação poderá contribuir globalmente para a sustentabilidade das instituições da UFRJ mantendo sua excelência no cenário acadêmico, garantindo assim o compromisso com a sociedade brasileira.

Todas as informações obtidas através da entrevista serão armazenadas sob sigilo. O material com as suas informações constará do relatório que fará parte da fase para análise e interpretação dos dados. Ele ficará guardado em local seguro sob a responsabilidade da pesquisadora principal com a garantia de manutenção do sigilo, confidencialidade e a privacidade. Não será permitido o acesso das informações de qualquer pessoa que não esteja envolvida com o estudo. O senhor(a) terá direito de conhecer os resultados obtidos pela pesquisadora. A divulgação dos resultados será feita de forma autorizada quanto à identidade dos entrevistados e quais são dentre as informações que forneceu, as que podem ser tratadas de forma pública. O resultado do estudo será utilizado em publicações científicas, entretanto, ele mostrará apenas os resultados obtidos como um todo, revelando seu nome mediante prévia autorização e preservando qualquer informação que esteja relacionada com sua privacidade.

Conforme previsto pelas normas brasileiras de pesquisa com a participação de seres humanos o senhor(a) não receberá nenhum tipo de compensação financeira pela sua participação neste estudo. Se o senhor(a) tiver algum gasto que seja devido à sua participação na pesquisa será ressarcido, caso solicite.

O senhor(a) ficará com uma cópia deste Termo e toda a dúvida que tiver a respeito desta pesquisa, poderá perguntar diretamente para Ismê Catureba Santos, Av. Carlos Chagas Filho 373 -Prédio do CCS, Boco K, 2º andar, sala 21, Cidade Universitária, Rio de Janeiro, CEP 21941-902, fone (21) 3938-6631 e 98585-4801, [ismecatureba@gmail.com](mailto:ismecatureba@gmail.com)

Dúvidas ou considerações sobre a pesquisa envolvendo princípios éticos poderão ser questionadas ao **Comitê de Ética em Pesquisa da Maternidade Escola da UFRJ**, localizada na Rua das Laranjeiras, 180, Laranjeiras, Rio de Janeiro, CEP: 22240-003, Telefone: (21) 2205-9064, de segunda a sexta-feira, das 9 às 15 horas, ou através do e-mail: [cep@me.ufrj.br](mailto:cep@me.ufrj.br)

#### Consentimento Livre e Esclarecido

Acredito ter sido suficientemente informado(a) e esclarecido(a) a respeito das informações sobre o estudo acima citado que li ou que foram lidas para mim.

Eu discuti com a pesquisadora Ismê Catureba Santos, sobre a minha decisão em participar nesse estudo. Ficaram claros para mim quais são os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizados, seus desconfortos e riscos, as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos permanentes. Ficou claro também que minha participação é isenta de despesas. Concordo voluntariamente em participar deste estudo. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isso me traga prejuízo ou penalidade. Eu receberei uma cópia desse Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e a outra ficará com o pesquisador responsável por essa pesquisa. Além disso, estou ciente de que eu (ou meu representante legal) e o pesquisador responsável deveremos rubricar todas as folhas desse TCLE e assinar na última folha.

Participante (entrevistado/a):

\_\_\_\_\_  
Nome do(a) entrevistado(a)

\_\_\_\_\_  
Data \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do(a) entrevistado(a)

\_\_\_\_\_  
Pesquisador responsável:  
Ismê Catureba Santos  
Nome do Pesquisador responsável

## APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**  
**MATERNIDADE ESCOLA**  
**PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM**  
**SAÚDE PERINATAL**



O Protocolo de Relacionamento entre as Unidades Acadêmicas e as Unidades Hospitalares da Universidade Federal do Rio de Janeiro: O Caso da Maternidade Escola.

**Roteiro das Entrevistas**

- 1) O(a) senhor (a) poderia começar falando como foi sua experiência ao assumir a direção da Faculdade de Medicina / Maternidade Escola?
- 2) Como o (a) senhor (a) vê um hospital universitário? E em se tratando de um hospital especializado?
- 3) Como o(a) senhor(a) vê a relação interinstitucional entre as Unidades Acadêmicas e os Hospitais Universitários da UFRJ?
- 4) O(a) senhor(a) acredita que a cultura da comunicação organizacional influencia no diálogo entre as Unidades Acadêmicas e os HU?
- 5) O que o/a senhor(a) pensa a respeito da interlocução entre estas unidades envolvendo as atividades de ensino, pesquisa e extensão/ assistência?
- 6) Poderia falar da relação entre a FM e a ME envolvendo o ensino de graduação, pós-graduação e a pesquisa?
- 7) Como o senhor (a) avalia o papel dos Colegiados na interlocução entre estas Unidades universitárias?
- 8) A gestão atual da UFRJ retomou a discussão do Complexo Hospitalar. Já se passaram 11 anos da sua criação. Atualmente qual é a sua percepção sobre o CH?
- 9) Como o senhor avalia a integração docente em atividades do tripé acadêmico nos HU? E na pesquisa levando em consideração o Marco Legal da Ciência e tecnologia?
- 10) Sendo o senhor diretor da FM/ME, o que o senhor espera com a possibilidade de estabelecer um Protocolo de Relacionamento entre Unidades Acadêmicas e Hospitais Universitários da UFRJ?

Observação: As perguntas foram para os ex-diretores 1 a 7 e diretores de 1 a 10.

**APÊNDICE D – JUSTIFICATIVA TÍTULO DO PROJETO CADASTRADO  
NA EMENDA**

Prezado (a) Senhor (a),

Cumprimentando (a) cordialmente, informo que no momento em que eu realizava o cadastro dos dados para a Emenda na Plataforma Brasil, foi registrado equivocadamente o título do projeto do Mestrado Profissional em Saúde Perinatal da Maternidade Escola da UFRJ. Desta forma submeto esta justificativa a fim de esclarecimentos, conforme os arquivos que foram anexados à Emenda.

Onde se lê:

Influência da Cultura da Comunicação Organizacional na Interlocação entre as Unidades Acadêmicas e os Hospitais Universitários da Universidade Federal do Rio de Janeiro. .

Leia-se:

Importância da Proposta de Protocolo de Relacionamento entre as Unidades Acadêmicas e os Hospitais Universitários da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 24 de Agosto de 2018.

Ismê Catureba Santos  
DRE 118098296

Assinatura \_\_\_\_\_

Data \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

**ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP****PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP****DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

**Título da Pesquisa:** IMPORTÂNCIA DA PROPOSTA DE PROTOCOLO DE RELACIONAMENTO ENTRE AS UNIDADES ACADÊMICAS E OS HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

**Pesquisador:** Ismê Catureba Santos

Área Temática:

**Versão:** 1

**CAAE:** 78979317.3.0000.5275

**Instituição Proponente:** Maternidade Escola da Universidade Federal do Rio de Janeiro

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

**DADOS DO PARECER**

**Número do Parecer:** 2.347.730

**Situação do Parecer:**

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

RIO DE JANEIRO, 25 de  
Outubro de 2017

---

Assinado por:

**Ivo Basílio da Costa Júnior**  
(Coordenador)

**ANEXO B – PARECER CONSUBSTANCIADO – EMENDA****DADOS DA EMENDA**

**Título da Pesquisa:** Influência da cultura da comunicação organizacional na interlocução entre as unidades acadêmicas e os hospitais universitários da Universidade Federal do Rio de Janeiro

**Pesquisador:** Ismê Catureba Santos

Área Temática:

**Versão:** 2

**CAAE:** 78979317.3.0000.5275

**Instituição Proponente:** Maternidade Escola da Universidade Federal do Rio de Janeiro

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

**DADOS DO PARECER**

**Número do Parecer:** 2.852.931

Apresentação do Projeto:

Trata-se de emenda de projeto de pesquisa já aprovado, justificado pela inclusão de pesquisadora (Profa. Diana Maul de Carvalho) e pela inclusão de metodologia – história oral com a aplicação de entrevistas do tipo semiestruturadas. Os sujeitos da pesquisa serão os ex-diretores, os atuais diretores da Faculdade de Medicina e da Maternidade Escola, no período de 1990-2019. Esses serão convidados a participar na qualidade de entrevistados, e os que aceitarem, assinarão o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido/TCLE. No caso de ex-diretores já falecidos, serão convidados a participar do estudo os seus respectivos substitutos eventuais à época. Caso haja algum conflito de interesse, dos atuais diretores, poderão ser representados pelos seus substitutos eventuais. Foi anexado um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido/TCLE, com linguagem adequada.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O projeto é relevante, é bem escrito e atende às recomendações das Resoluções vigentes.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

O TCLE foi incluído e está adequado.

Recomendações:

Nenhuma

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Nenhuma.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações básicas do Projeto	PB informações básicas 1193595 E1. Pdf	24/082018 15:15:35		Aceito
Outros	Justifica titulo. Jpg	24/08/2018	Ismê Catureba	Aceito

Situação do Parecer:

**Aprovado**

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Rio De Janeiro, 29 de Agosto de 2018

Assinado por:

\_\_\_\_\_  
Ivo Basílio da Costa Júnior (Coordenador)